



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

O EMPREGO FORMAL NA REGIÃO SUL CATARINENSE NO PERÍODO DE 1985 A
1999

MANOEL VIANA DE SOUSA

Florianópolis, abril de 2002.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

O EMPREGO FORMAL NA REGIÃO SUL CATARINENSE NO PERÍODO DE 1985 A
1999

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas, para a obtenção de carga horária na disciplina – CNM 5120 – Monografia.

Acadêmico: Manoel Viana de Sousa

Orientador: Prof. Dr. Antônio Pedro Vieira

Área de Concentração: Economia do Trabalho

Palavras chaves: 1-Mercado formal de trabalho

2-Sul de Santa Catarina

3-Industria Extrativa Mineral

4-Comércio Varejista.

Florianópolis, abril de 2002.

TÍTULO: O EMPREGO FORMAL NA REGIÃO SUL CATARINENSE NO PERÍODO DE
1985 A 1999

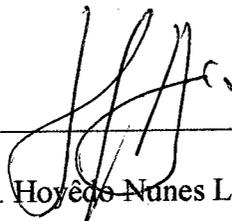
MANOEL VIANA DE SOUSA

Monografia apresentada e aprovada pelo programa de Graduação em Ciências Econômicas da
Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências
Econômicas. Obtendo nota: ... 8,5

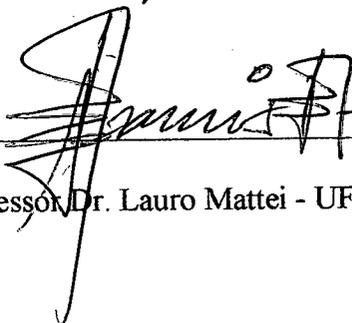
EXAMINADORES



Professor Dr. Antônio Pedro Vieira (Orientador) - UFSC



Professor Dr. Hoyedo Nunes Lins - UFSC



Professor Dr. Lauro Mattei - UFSC

Aprovada em 22/04/2001.

“Não basta Ter belos sonhos para realizá-los. Mas ninguém realiza grandes obras se não for capaz de sonhar grande. Podemos mudar nosso destino, se nos dedicarmos à luta pela realização de nossos ideais. É preciso sonhar, mas com a condição de crer em nosso sonho; de examinar com atenção a vida real; de confrontar nossa observação com nosso sonho, de realizar, escrupulosamente, nossa fantasia. Sonhos acredite neles”. (Lenin)

A Deus, a meus pais Domingos e Maurina
e aos meus segundos pais Paulo e Ideci.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é reviver e correr o risco de cometer injustiça ao esquecer de indivíduos que contribuíram para a minha formação e que estiveram diretamente envolvidos na confecção desse trabalho.

A Deus por permitir a concretização dessa etapa;

Aos meus pais Domingos e Maurina, pelo amor, apoio, compreensão, dedicação, conselhos, etc;

Aos meus tios Paulo e Ideci, pelo apoio, compreensão e principalmente pela paciência e ‘investimento’;

À Elza(minha querida noiva), pelo amor, apoio e o incansável incentivo;

Aos professores Nildo, Renato Campos, Roberto Meurer, Sanson, Silvio, em especial Pedrinho (pela orientação) e o Hoyêdo e Lauro, por aceitarem participar da banca;

Aos amigos, companheiros e colegas da turma 96.2 noturno (economia): Audísio, Krystiana, Leandro Boeira, Silvana, Silvinei, em especial Fabiano Rodolfo e Janaina;

Aos membro do NIPP: Gilmar, Otávio em especial o Seibel;

Não poderia deixar de mencionar amigos e colegas, que muito contribuíram nessa “caminhada”: Alexandre, Cesinha, Chico, Erich, Fábio, Kelly, Ivonete e José Carlos, Juaci do Amaral, Júlio, Júnior, Luciano Boico, Márcio, Manuela, Rubia, Sandro, Sidnei, Telma e Wolnei.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	viii
LISTA DE FIGURAS.....	ix
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	x
RESUMO.....	xii
Capítulo I – Introdução.....	1
1.1 – Problemática.....	2
1.2 – Objetivos.....	4
1.2.1 Objetivo Geral.....	4
1.2.2 Objetivos específicos.....	4
1.3 – Hipóteses.....	4
1.4- Metodologia.....	4
Capítulo II - Transformações Recentes na Economia Mundial e o Impacto sobre o Mercado de Trabalho.....	7
2.1 – Neoliberalismo.....	8
2.2 – Globalização.....	10
2.3 - Reestruturação Produtiva.....	11
Capítulo III - As transformações na economia brasileira e os aspectos sócio-econômicos locais.....	18
3.1 - As transformações recentes na economia brasileira.....	18
3.2 - Aspectos Sócio-Econômicos Catarinenses.....	24
3.2.1 - Aspectos Sociais Catarinense.....	27
3.3 - Aspectos Sócio-Econômicos da Região Sul catarinense.....	29
3.3.1 - População e povoamento do Sul catarinense.....	29
3.3.2- Formação Econômica da Região Sul Catarinense.....	31
3.3.3 - Aspectos sociais.....	35
Capítulo IV – As Transformações no Mercado Formal de Trabalho (MFT) no Sul de Santa Catarina, de 1985/99.....	36
4.1 Aspectos Gerais do MFT no sul de Santa Catarina de 1985/99.....	36
4.2 - Subsetores que apresentavam desempenho negativo no MFT de 1985/99.....	46
4.2.1 - Extrativo Mineral.....	46
4.2.2 - Outros subsetores que no período apresentaram declínio no número de PFT.....	52
4.2.2.1 – Indústria de Calçados.....	52
4.2.2.2 – Indústria de Produtos Minerais Não-metálicos.....	53
4.2.2.3 – Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização.....	55
4.3 Subsetores que Geraram Emprego.....	56
4.3.1 - Subsetor do Comércio Varejista.....	56
4.3.2 - Indústria têxtil e Vestuário.....	58
4.3.3 - Administração Pública Direta e Autárquica (APDA).....	65

4.3.4 - Indústria Química.....	69
4.3.5 - Demais subsetores em que houve geração de empregos.....	75
Capítulo V - Considerações Finais.....	78
VI - Referência Bibliográfica	82
VII – Anexos.....	86

ÍNDICE DAS TABELAS

Tabela 1 - Taxas médias anuais de crescimento do PIB, emprego, produtividade, demanda e acumulação - EUA e União Européia - 1960-73 e 1980-99
Tabela 2 - Países Receptores dos Investimentos Mundiais
Tabela 3 - Investimento direto do exterior e taxa de investimento* Brasil 1980/98.
Tabela 4 - Distribuição de renda entre pessoas economicamente ativas com rendimento - Brasil - 1960/1990
Tabela 5 - Distribuição dos ocupados por posição na ocupação total regiões metropolitanos - dez. 1989 e jun. /1999
Tabela 6 - População, PEA, PFT e PEA/PFT do Brasil - 1985, 1999, variação absoluta e relativa
Tabela 7 - Indicadores econômicos - Brasil - 1989/98
Tabela 8 - Evolução da produtividade no setor empresarial (porcentagem de aumento anual médio), nos países membros do OCDE
Tabela 9 - Esperança de Vida ao Nascer
Tabela 10 - Taxa de Mortalidade Infantil por mil nascido vivo
Tabela 11 - Percentagem da população que residem em domicílio construído com material durável
Tabela 12 - População, PEA, PFT e PEA/PFT de Santa Catarina - 1985, 1999, variação absoluta e relativa.
Tabela 13 - Empresas Pioneiras na Produção de Embalagens Plásticas na Região Sul Catarinense
Tabela 14 - População, PEA, PFT e PEA/PFT da Região Sul Catarinense – 1985 e 1999 - variação absoluta e relativa
Tabela 15 - Variação absoluta e relativa dos PFT no Sul Catarinense entre 1985 e 1999
Tabela 16 - Representação por Subsetores dos PFT do Sul Catarinense em relação ao Estado
Tabela 17 - Variação absoluta e relativa das empresas em operação no Sul Catarinense entre 1985 e 1999
Tabela 18 - Distribuição dos PFT por faixa etária e gênero na Região Sul Catarinense
Tabela 19 - Distribuição dos PFT por Tamanho das Empresas e gênero na Região Sul Catarinense
Tabela 20 - Distribuição dos PFT por Nível de Escolaridade e gênero na Região Sul Catarinense
Tabela 21 - Volume de Produção de carvão em toneladas em Santa Catarina de 1985 à 1999

Tabela 22 - Valor da produção nas indústria de fiação, tecelagem e malharia brasileira nos, 1990-97 (em US\$ mil)

Tabela 23 - Número de empregados e de Indústrias no Subsetor "Indústria Química" e no segmento plástico

Tabela 24 - Evolução da importação e do consumo aparente de resinas termoplásticas no Brasil de 1984 à 1998

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Célula de Fabricação

Figura 2 – Mapa do Sul de Santa Catarina

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES.

AL - América Latina.
BADESC - Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.
BNDS - Banco Nacional do Desenvolvimento Social.
BNH - Banco Nacional de Habitação.
BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.
CBCA - Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá.
CCU - Companhia Carbonífera de Urussanga.
CECRISA - Cerâmica Criciúma S/A.
CESACA - Cerâmica Santa Catarina S/A.
CEUSA - Cerâmica Urussanga S/A.
CSN - Companhia Siderúrgica Nacional.
ELETROSUL - Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A.
FATMA - Fundação de Amparo a Tecnologia e ao Meio Ambiente.
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IBRAP - Indústria Brasileira de Chapas S/A.
ICC - Indústria Carbonífera Catarinense S/A.
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de qualquer natureza.
IDE - Investimento Direto do Exterior.
IED - Investimento Externo Direto.
Kwh - Kilowatts/hora.
MECRIL - Metalúrgica Criciúma LTDA.
MFT - Mercado Formal de Trabalho.
Mwh - Megawatts/hora.
NIPP - Núcleo Interdisciplinar de Políticas Públicas.
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômicos
OIT - Organização Internacional do Trabalho.
PEA - População Economicamente Ativa.
PETROBRÁS - Empresa Brasileira de Petróleo S/A.
PIA - População em Idade Ativa.
PIB - Produto Interno Bruto.
PFT - Posto Formal de Trabalho.
PMES - Pequenas e Médias Empresas.
RFFSA - Rede Ferroviária Federal S/A.
SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina.
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.
SFH - Serviço Financeiro de Habitação.
SIECESC - Sindicato das Indústrias de Extração do Carvão em Santa Catarina.
SINDICERAM - Sindicato das Indústrias Cerâmicas de Santa Catarina.

SINDIVEST - Sindicato das Indústrias do Vestuário Criciúma.

SI - Substituição de Importação.

SM - Salário Mínimo.

SOTELCA - Sociedade Termelétrica de Capivari.

ton - toneladas.

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

UNESC - Universidade do Extremo-Sul Catarinense.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo estudar as transformações que estão ocorrendo no Mercado Formal de Trabalho (MFT), da Região Sul Catarinense no período de 1985 a 1999. Iniciamos estudando as transformações que estão ocorrendo na economia mundial: neoliberalismo, globalização e reestruturação produtiva, que são frutos da crise do modelo de produção fordista-tylorista e o impacto que terão na relação capital X trabalho.

No final dos anos 80 e início dos anos 90, no Brasil, ocorre, simultaneamente, forte liberalização econômica, reestruturação produtiva defensiva e participação do processo de globalização econômica como coadjuvante.

Abordamos os aspectos sócio-econômicos de Santa Catarina dando maior destaque para a região sul catarinense, espaço geográfico em que estudamos as transformações que estão ocorrendo no Mercado Formal de Trabalho (MFT), no período de 1985 a 1999. No estudo do MFT do sul de Santa Catarina, analisamos as transformações que estão ocorrendo no mercado de trabalho da região; os subsetores que apresentaram saldo negativo na geração de empregos, dando maior destaque para o subsetor extrativo mineral; os subsetores que apresentaram saldo positivo na geração de empregos, destacando os subsetores do comércio varejista, indústria têxtil e do vestuário, administração pública direta e autárquica e indústria química (segmento plástico, principalmente); por último, apresentamos as considerações finais sobre o MFT da região.

PALAVRAS-CHAVE:

1-Mercado formal de trabalho

2-Sul de Santa Catarina

3-Indústria Extrativa Mineral

4-Comércio Varejista.

Capítulo I - Introdução

Nas três décadas seguintes, à Segunda Guerra, houve melhor distribuição dos resultados da produção ou distribuição menos desigual. Isto aconteceu principalmente na Europa e nos E.U.A., com o auge do Estado do Bem Estar Social, e fruto do “novo ciclo de lutas operárias”, nos anos 60 e 70 nesses países (Vieira, 1989: 71-75).

A partir do final dos anos 60 e início dos anos 70, com a elevação do preço das matérias-primas, principalmente, petróleo e com o aumento dos salários acima da produtividade, fica mais visível a incompatibilidade entre os interesses do capital e do trabalho. Os trabalhadores reagiram com greves, objetivando manter a distribuição dos resultados da produção através da manutenção dos salários. No primeiro momento, o capital cede, mas a reação não tarda a ocorrer de forma bem articulada:

Com o neoliberalismo, o Estado se exime da proteção aos trabalhadores. E com a globalização, o capital passa a escolher a região ou país que oferece melhores condições de obter maiores quantidades de trabalho não-pago. E, por último, o capital passa a reorganizar a produção, redesenhando a relação capital - trabalho (reestruturação produtiva).

O que foi dito nos parágrafos acima, de forma reduzidíssima, tem sido assunto de vários livros, teses, dissertações, etc. O objetivo deste trabalho é estudar as mudanças que ocorreram no Mercado Formal de Trabalho (MFT), da região sul catarinense de 1985 a 1999, destacando os subsetores que apresentaram maiores contrações no número de trabalhadores e, especialmente, o subsetor extrativo mineral. Também destacamos os subsetores que foram responsáveis por maior expansão do MFT da região, especialmente os subsetores comércio varejista, indústria têxtil e do vestuário, administração pública direta e autárquica, indústria química (segmento plástico, principalmente).

No capítulo 1, estaremos apresentando a problemática, o objetivo geral e os objetivos específicos e a metodologia utilizada.

No capítulo 2, abordaremos as transformações recentes na economia mundial como o neoliberalismo, a globalização e a reestruturação produtiva. Também observamos a necessidade de compreendermos o impacto que essas transformações têm causado na relação capital X trabalho.

No capítulo 3, estaremos analisando as transformações que estão ocorrendo na economia brasileira, desde o fim dos anos 80: liberalização da economia, reestruturação produtiva e globalização. A segunda parte deste capítulo, dedicaremos aos aspectos sócio-econômicos de Santa Catarina enquanto, na última sessão analisaremos os aspectos sócio-econômicos do sul catarinense.

No capítulo 4, estaremos analisando as transformações que estão ocorrendo no emprego formal da região no período de 1985 a 1999; serão analisados os subsetores que apresentaram saldo negativo no número de PFT na região, dando maior destaque ao subsetor extrativo mineral; e, por último, enfocaremos os subsetores que apresentaram saldo positivo na geração de empregos formais na região. O maior destaque será para os subsetores 'comércio varejista', 'indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos', 'indústria química' e administração pública direta e autárquica (APDA).

No capítulo 5, apresentaremos as considerações finais.

1.1 – Problemática

Nos anos 70, o esgotamento do fordismo abre espaço para um novo padrão de crescimento, com a adoção de uma nova trajetória tecnológica, centrada na microeletrônica, biotecnologia, engenharia genética, tecnologia de automação flexível, processamento e transmissão de dados etc. Por outro lado, fatores como mão-de-obra e as matérias-primas passam a ter uma importância menor. Essa mudança no padrão de acumulação capitalista foi denominada de III Revolução Industrial (SUZIGAN, 1989). Na mesma década, o Brasil ainda estava buscando completar sua malha industrial, internalizando a produção de bens de capital e intermediários, objetivo expresso nas metas do II PND, formulado e parcialmente implementado a partir de 1974 (SERRA, 1982). Portanto, enquanto os países avançados estavam reestruturando suas economias, em busca de uma forma mais “enxuta” de produzir, o Brasil optou pelo crescimento dentro do fordismo¹, apesar da conjuntura internacional desfavorável.

A opção pelo complemento da malha industrial levou o governo a buscar financiamento externo, opção mais fácil no cenário de grande liquidez em que se achava a economia internacional nos anos 70. Essa escolha cobrará seu preço nos anos 80, com a contração de liquidez no mercado financeiro internacional. No Brasil, o Estado mergulhará em uma profunda crise fiscal e financeira, perdendo a capacidade de intervir na economia. Na primeira metade dos anos 80 o governo canalizará seus esforços na gestão da dívida externa (CARNEIRO & MODIANO, 1990), já a segunda metade, o objetivo do governo será controlar o processo inflacionário, que então assumia níveis exorbitantes (MODIANO, 1990). Desse modo, a década de 80 ficaria conhecida como a “década perdida”, do ponto de vista social, econômico e político.

A eleição de Fernando Collor de Mello à presidência deu início à aplicação da agenda neoliberal no Brasil. Essa agenda, baseada no Consenso de Washington, terá como pilares a

abertura comercial, a privatização e a estabilidade monetária. As políticas recomendadas serão às realizadas em nível macroeconômico, no sentido de reestabelecer os “fundamentos corretos” da economia para que os mercados passem a operar “perfeitamente” e produzir o melhor resultado possível (ERBER & CASSIOLATO, 1997). Os impactos sociais do neoliberalismo serão violentos. De fato, desde o momento em que foi concebido, o neoliberalismo entende que o aumento da desigualdade e do desemprego contribui para redinamizar a economia mundial. Em vários países que adotaram o receituário neoliberal aumentou o desemprego e a desigualdade, mas a a redinamização dessas economias não aconteceu (ANDERSON, 1995). No Brasil, a adoção das políticas ligadas ao Consenso de Washington vai impactar fortemente sobre o setor industrial que, no lugar de modernizar-se, dará início a uma reestruturação defensiva o que, entre outras medidas, compreende reduzir o nível de emprego (TIGRE *et alli*, 1999). Alguns subsetores serão beneficiados com a política de abertura, como é o caso do segmento plástico, uma vez que tal setor pode ser considerado maduro, tendo vantagens competitivas naturais.

Na economia da região sul de Santa Catarina, a abertura também vai impactar de forma diferente nos diversos subsetores. No subsetor² carbonífero, que tradicionalmente foi o “carro-chefe” da economia sulina, o impacto será especialmente violento. O subsetor que, desde os anos 30, havia crescido, beneficiado por incentivos estatais e reserva de mercado já se encontrará em dificuldades na segunda metade dos anos 80 (pós 1986), com a progressiva saída do Estado da economia. A adoção do programa neoliberal constitui o tiro de misericórdia no decadente setor (SANTOS, 1995). Assim, o nível de emprego formal na indústria carbonífera, que em 1985 atingia 13.781 ocupados, em 1990 desliza para 6.361, sendo que em 1999 estará ocupando apenas 3.568 trabalhadores. Contudo, o nível de emprego formal na região sul aumenta no período considerado. Em 1985, o total de postos de trabalho no setor formal era de 88.804, chegando em 1999 com 121.384 ocupados (Anexo 1). Isso acontece apesar do aumento do setor informal na composição do emprego, que se observa tanto no Brasil como nos demais países latino-americanos (VIEIRA & OURIQUES, 1998).

Paralelamente à decadência do subsetor carbonífero há o crescimento de outros subsetores, especialmente o do comércio varejista, da indústria têxtil e do vestuário, da administração pública direta e autárquica, da indústria química (principalmente o segmento plástico) etc.

¹ Para muitos autores, o Brasil viveu um fordismo periférico ou semi-fordismo. Já que o fordismo era centrado em dois pilares: no modo de regulação (Estado do Bem Estar Social) e na organização da produção. No Brasil a organização da produção era fordista, mas a regulação era deficiente.

² Subsetor refere-se a uma das classificações das atividades econômicas definidas pelo IBGE e adotada pela RAIS. Nessa classificação, as atividades econômicas são definidas em 26 categorias (na realidade, são 25 subsectores; o último, denominado *outros* ou *ignorados*, é destinado as informações indefinidas) (RAIS CD 1999).

No novo cenário que se desenha na economia da região sul de Santa Catarina e no mercado de trabalho formal, deve aparecer, vinculado ao desempenho da economia local e em especial os subsetores mais dinâmica, o comércio varejista, indústria têxtil e do vestuário, administração pública direta e autárquica, indústria química (principalmente o segmento plástico). Além disso, a evolução do emprego formal deverá aparecer ligada a outros fatores como a flexibilidade do mercado de trabalho, paradigma neoliberal, e ainda com o crescimento do setor informal na composição do emprego.

1.2 – Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a evolução do emprego formal na Região Sul de Santa Catarina entre 1985 e 1999.

1.2.2 Objetivos específicos

2.2.a) Observar se as transformações que estão ocorrendo no mercado mundial de trabalho formal também estão ocorrendo na região sul de Santa Catarina.

2.2.b) Analisar a crise do subsetor carbonífero de Santa Catarina e seus impactos sobre o emprego formal no Sul de Santa Catarina.

2.2.c) Analisar o desenvolvimento dos subsetores comércio varejista, indústria têxtil e do vestuário, administração pública direta e autárquica, indústria química (segmento plástico, principalmente) como amortecedores do impacto da crise do subsetor carbonífero.

1.3 – Hipóteses

1.3.1 A crise do subsetor carbonífero que vinha se arrastando desde a segunda metade da década de 80 teve como ponto crucial a abertura desprogramada do governo Collor, que foi responsável pelo declínio da economia na região e pelo aumento do desemprego.

1.3.2 A partir da segunda metade dos anos 80, começam a se desenvolver no sul catarinense os subsetores de comércio varejista, indústria têxtil e do vestuário, administração pública direta e autárquica, indústria química (segmento plástico, principalmente), que passam a ter um papel fundamental para a economia da região, sendo capazes de amortecer parte do impacto da crise carbonífera.

1.4- Metodologia.

O espaço geográfico que estaremos estudando será a região sul catarinense. No decorrer do trabalho, nos referiremos, algumas vezes, à região sul de Santa Catarina apenas empregando os termos região ou sul. Na primeira parte do trabalho, iremos focar espaços geográficos

maiores - Mundo, Brasil, Santa Catarina – com objetivo de entender com maior clareza o que vem ocorrendo no mercado informal de trabalho da região.

Nosso objeto de estudo é o Mercado Formal de Trabalho (MFT) ou setor estruturado³ (segundo a OIT- Organização Internacional do Trabalho), que engloba trabalhadores celetistas, estatutários, regidos por contratos temporários e determinados, e empregados avulsos - quando contratados por sindicatos⁴ (Registros administrativos, 9).

“O mercado formal emergiria da proteção decorrente de legislações estabelecendo salários mínimos, credenciais para exercício de atividades profissionais ou empresariais, contribuições à previdência social e diversos aspectos das condições de trabalho por salários, bem como a pressão de sindicatos restringindo a oferta de trabalhadores e pressionando por salários mais altos, criando, assim um mercado ‘protegido’ não acessível a todos os trabalhadores” (Macedo, 1982: 154 apud Viera & Ouriques, 1998: 6).

As informações que estaremos usando sobre o MFT são oriundas da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais. A RAIS foi instituída a partir de dezembro de 1975 pelo decreto número 76.900/75, com a finalidade de “(...) controlar a entrada de mão de obra estrangeira no Brasil e os registros relativos ao FGTS para subsidiar o controle da arrecadação e concessão de benefícios pelo ministério da previdência social e para servir de base de cálculo do PIS/PASEP” (Registros Administrativos, 1999: 7-8). Todas as empresas registradas no país têm a obrigatoriedade de responder anualmente os formulários da RAIS, mesmo se durante o período não houver nenhuma movimentação no contingente de funcionários das empresas. Isso torna a RAIS um verdadeiro censo do MFT, cobrindo em torno de 90% dos PFT – Postos Formais de Trabalho⁵ (idem).

A lapidação dada a esse universo de informações e a facilidade de uso da base RAIS, colocam à disposição uma série de informações por municípios, microregiões, estados e país. São fornecidos número de empregados, estabelecimentos, admissões, desligamentos, gêneros, faixa etária, rendimento, grau de instrução etc. Essa massa de informações, nos dá condições para estudarmos o MFT da região sul catarinense com tranquilidade, pois sabemos da confiabilidade dos dados (idem). Além dos dados da RAIS, estaremos utilizando uma série

³ As principais características do setor não estruturado são as atividades muito diversificadas; as empresas contratantes são pequenas; trabalho realizado praticamente em domicílio; grande quantidades de atividades invisíveis (sem nenhum tipo de contrato); a produtividade e a sobrevivência do estabelecimento depende da sua capacidade de inserir sua produção no mercado, de formação profissional e o ambiente competitivo em que estão atuando. O setor estruturado apresenta geralmente características inversas das apresentadas no setor não-estruturado (OIT, 1998: 184-187).

⁴ Para melhor compreensão da definição de emprego formal, ver Ouriques & Vieira, 1998: 3-8.

⁵ Os registros da RAIS apresentam algumas limitações “(...) resposta incompletas por parte dos empregadores (omissão de vínculo ou ausência de respostas), preenchimento incorreto dos formulários (causado por falta de informação do

de outras informações complementares e/ou explicativas do comportamento do MFT, como site, artigos, livros, etc.

Gostaríamos de destacar o levantamento que realizamos junto às secretarias dos mestrados de economia, sociologia política, história e geografia da UFSC. Esse levantamento foi efetuado com o objetivo de observar dissertações defendidas, principalmente na década de 90, que enfocassem aspectos econômicos do sul catarinense. Nessa pesquisa bibliográfica, encontramos mais de uma dezena de ótimos trabalhos, que abordam direta ou indiretamente questões ligadas à economia sul catarinense (Anexo 2). A grande quantidade e a duplicidade das informações existente nessas dissertações, forçou-nos a realizar uma seleção mais rigorosa, o que nos levou a dedicar o estudo de apenas quatro dissertações⁶ com especial destaque para o trabalho de Santos (1995), “Crescimento e Crise na Região Sul Catarinense”, que foi muito útil na compreensão da formação econômica da região, possibilitando entender a dinâmica do MFT e de vários subsetores da região, de 1985 a 1994. Após este período (1994), utilizamos outros trabalhos que, em vários subsetores, já estavam sendo utilizados suas análises, juntamente com as de Santos.

Antes de abordar o tema principal deste trabalho, que é analisar a evolução do emprego formal na Região Sul de Santa Catarina entre 1985 e 1999, apresentamos a forma como atingimos os objetivos específicos.

Objetivo específico a): atingido através de revisão bibliográfica e de análises da evolução do emprego formal e da população economicamente ativa (PEA), a partir de dados da RAIS (Relatório Anual de Informações Sociais) e do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Que será apresentado no item 4.1.

Objetivos específicos b) e c): atingidos através de revisão bibliográfica e de análises da evolução do emprego formal e produção total, através de dados da RAIS e IBGE. Que serão apresentado nos itens 4.2 e 4.3.

declarante ou erros de interpretação das instruções), distorções geográficas e setoriais se as declarações forem prestadas equivocadamente pelas empresas e, por último, erros ou omissões propositais na declaração” (Ouriques e Vieira, 1998: 3)

⁶ MILIOLI, Geraldo. *Mineração de Carvão e Desenvolvimento Sustentado na Região Sul de Santa Catarina. Estudo Exploratório de Percepção, Valores e Atitude num Bairro do Município de Criciúma*. Florianópolis, 1993. 133 p. Dissertação Sociologia Política - UFSC; GASTALDON, Murialdo Canto. *O segmento plástico no Sul Catarinense: uma abordagem sobre a situação recente à luz da problemática dos clusters e distritos industriais*. Florianópolis, 2000. 225 p. Dissertação Mestrado Economia - UFSC; TURMINA, Sandra Caroline. *Base Institucional do cluster de confecção de Criciúma/SC: Observações com base na análise fatorial de correspondências e no método de classificação*. Florianópolis, 1999. 156 p. Dissertação Mestrado Economia - UFSC; SANTOS, Maurício A. *Crescimento e Crise na Região Sul de Santa Catarina*. Florianópolis, UFSC, 1995 (Dissertação de Mestrado em Geografia).

Capítulo II - Transformações Recentes na Economia Mundial e o Impacto sobre o Mercado de Trabalho

No período pós II Guerra Mundial até o fim dos anos 70, a economia mundial atravessou um período de grande expansão econômica e social – "fase de ouro" do capitalismo no século XX⁷.

A partir do final da década de 60⁸, começaram a surgir os primeiros sinais de "cansaço" da economia mundial, mas é na década de 70 que surgem outros complicadores e/ou tornam-se mais visíveis os problemas econômicos, que ainda estavam camuflados nos anos 60. As principais causas da crise econômica dos anos 70 foram, em linhas gerais:

- 1) O aumento dos preços das matérias-primas, principalmente o preço do petróleo (1973 e 79);
- 2) As alterações no sistema monetário mundial. O fim do acordo de Bretton Woods, em 1971, representou o fim de uma taxa de câmbio fixo, aumentando a instabilidade do sistema monetário internacional (Soares e Nakatani, 1999: 8);
- 3) Trata-se de uma "crise de acumulação de capital ou de incapacidade de manter o nível de reprodução" com as mesmas taxas históricas de acumulação dos anos 60, sinal de crise gerada pela: queda no crescimento do aumento da produtividade, aumento real dos salários, rigidez na organização do trabalho taylorista/fordista, queda no potencial de aumento das taxas de lucros, "super acumulação de mercadorias nos países centrais"⁹, "formação de grandes excedentes financeiros" e endividamento das famílias, empresas e Estados (DIEESE, 1996: 20);
- 4) A crise na organização de produção fordista, com "as relações de produção nas grandes cadeias produtivas, com tarefas extremamente divididas, rotinizadas e repetitivas, banalizadas e monótonas, com ritmos intensos e condições de trabalho insalubres e penosas". Esse tipo de organização de produção era predominante principalmente nos complexos metal-mecânico e automobilístico. A essa situação, os operários reagiram com

⁷ A economia brasileira gozou de extraordinária expansão no período de 1945-80, o PIB cresceu 10 vezes com taxas média de 7% ao ano. Crescimento igual ao da média dos países socialistas, crescimento do PIB em média de 2% ao ano acima dos demais países da América Latina (AL) e maior crescimento do PIB por habitante entre os países do Terceiro Mundo. A relação importação/PIB declinou de 14,8% em 1947 para 7,6% em 1980. No período de 1947-80, as taxas de exportação cresceram 7,1% ao ano e as de importação em 5,6% ao ano (em quantidade). Houve também uma ampla diversificação da pauta de exportação, o café em 1949/50 que representava 60% das exportações caiu para 13,4% em 1978/79. Os produtos manufaturados que representavam 10,5% das exportações em 1968 saltaram para 45% em 1980 (Serra, 1982).

⁸ Segundo Arrighi: "a crise iminente do regime norte-americano foi assinalada entre 1968 e 1973". Primeiro militarmente, o exercito americano entra em dificuldade no Vietnã. Segundo financeiramente, o sistema de Reserva Federal do Estados Unidos não consegue cumprir a emissão regular de dinheiro mundial estabelecida em Bretton Woods. Terceiro ideologicamente, a cruzada anticomunista perde "legitimidade no país e no exterior" (ARRIGHI, 1996: 310).

⁹ A estratégia adotada pela IBM (1965-85) foi a de produzir no país onde houve demanda, isso possibilitou "(.....) aparecer em todos os países como produtora nacional e negociar o acesso aos mercados" (Chesnais, 1996: 133).

greves, com grande massa de trabalhadores colaborando para a formação de grandes lideranças sindicais⁹ (DIEESE, 1996: 20);

5) As conquistas salariais e contratuais se generalizaram para os demais setores (inclusive os pouco- produtivos), sendo que nos setores produtivos o aumento salarial foi maior que o aumento da produtividade (DIEESE, 1996: 20);

6) A forte “hierarquia de poder dentro da empresa” na produção fordista elevou o custo final da produção (DIEESE, 1996: 21);

7) A crise financeira do Estado que se endividou para garantir a “reprodução de trabalho, com extensão e ampliação dos benefícios sociais” e incentivos e socorro para o capital¹⁰ (DIEESE, 1996: 21).

A partir dos anos 80, os reflexos da crise da década anterior tornaram-se mais visíveis com a diminuição da taxa de crescimento do PIB, do emprego, da produtividade, da demanda, da acumulação e do aumento do desemprego e da taxa de juros¹⁰ nos E. U. A. e na União Européia (Tabela 1).

Tabela 1 - Taxas médias anuais de crescimento do PIB, emprego, produtividade, demanda e acumulação - EUA e União Européia - 1960-73 e 1980-99

Período	Emprego	PIB	Produtividade**	Demanda	Acumulação***
1960-73	2,2	5,4	3,7	5,2	6,3
1980-99*	1	2,6	0,9	2,5	2,9

Fonte: OECD Economic Outlook apud Mattoso, 2000:32

*Dados estimados e projetados para 1998 e 1999.

** Business sector ref. Período 1979-1997.

***Formação Bruta de Capital Fixo.

Apesar do dilema que toda sociedade está enfrentando seja ela oriental ou ocidental com a problemática do desemprego, a verdade é, que toda sociedade que fundamentou na atividade trabalho a base de integração e reprodução social, está vivendo problemas, as antigas teorias não conseguem mais explicar o cotidiano.

Para fugir das implicações decorrentes da crise dos anos 70, o capital e o Estado tornaram-se protagonistas de várias iniciativas que merecem, resumidamente, ser apresentadas:

2.1 - Neoliberalismo

Neoliberalismo, “revolução” iniciada por Thatcher na Inglaterra e Reagan nos E.U.A no início dos anos 80, sendo protagonistas de “uma mudança no regime de acumulação de capital”.

⁹ Esse fenômeno no Brasil ocorre principalmente a partir da segunda metade da década do milagre econômico e colabora para a formação do líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva.

¹⁰ Sobre medidas tomadas pelo capital para enfrentar essa crise, ver DIEESE. Reestruturação Produtiva e Emprego na Indústria de Santa Catarina. Florianópolis, Estudo Especial n. 01, 1996, p. 21-23.

¹⁰ Elevação das taxas de juros mundial foi puxada pela elevação da taxa de juros estadunidense para atrair o capital que tinha migrado para os países periféricos, Europa e Japão.

Com a liberação e desregulamentação econômica e financeira (Chesnais, 1998:3). Centrado na desregulamentação econômica, estabilidade macroeconômica e liberalização comercial (Quitero, 1995: 156). Com a advento das políticas neoliberais, que em seguida foram adotadas por vários governos, aumentou a instabilidade e retirou-se do Estado o controle sobre as políticas monetária e cambial. “Este processo leva os países da periferia do capitalismo a adotarem medidas que reduzem a taxa de crescimento elevando ainda mais o desemprego” (Soares & Nakatani, 1999: 15).

Essa “revolução” irá estimular a financeirização da economia. Os ativos que giravam em torno de 10 trilhões de dólares em 1980, saltaram para 35 trilhões em 1991 - graças aos crescentes déficits públicos financeiros pelo capital financeiro (Chesnais, 1998).

Segundo Chesnais (1998), “ao contrário do que diz a propaganda, o novo regime [neoliberalismo] não é produto de uma evolução “natural” dos mercados, mas de uma intervenção política massiva dos Estados Capitalista, com objetivo de destruir o consenso social então existente, e subordinar as posições do trabalho diante do capital. Frente a queda da demanda interna nos países centrais, a estratégia neoliberal consistiu em aumentar a produtividade através da reestruturação industrial, fusões a aquisições; em quebrar o poder do trabalho organizado, para reduzir a dispersão dos lucros; e em fechar as “janelas de oportunidades” que haviam se aberto, através das políticas de substituição das importações, para diversas nações do Terceiro Mundo” (Chesnais, 1998:3).

O objetivo da liberação e desregulamentação econômico-financeira do Estado era resolver dois fatores que contribuíram para a crise dos anos 70:

- 1) O fim do acordo de Bretton Woods aumentou a incerteza, a insegurança e a instabilidade do sistema financeiro internacional, fruto da expansão, liberalização, desregulamentação e fortalecimento do o sistema financeiro privado¹¹
- 2) O sistema financeiro privado tornou-se o grande financiador de vários Estados, que estavam atravessando dificuldades financeiras (resultado do compromisso keynesiano). Em 1991, dos 35 trilhões de dólares de ativos financeiros circulando no sistema financeiro internacional, ¼ era dívida pública (Chesnais, 1998: 3).

Segundo Chesnais (1996), o neoliberalismo é primeiramente incapaz de “(...) gerir a existência do trabalhador assalariado como forma predominante de inserção social e de acesso a renda: depois de destruir boa parte do campesinato e boa parte dos artesão urbanos, desertificando regiões inteiros apelando para o exercito industrial de reserva os trabalhadores imigrantes, criado concentrações urbanas desumanas inadmissíveis, ele condena milhões de assalariados e jovens ao desemprego estrutural, isto é, a marginalização, passando facilmente a decadência social” – além de aumentar as diferenças profissionais e sociais, dentro do mesmo país; segundo, “confiou completamente aos mercados o destino da moeda das finanças”; por último, "os Estados viram sua

capacidade de intervenção reduzidas (...) pela crise fiscal, e os fundamentos de suas instituições solapadas a ponto de torná-los quase incapazes de impor qualquer coisa no capital privado”¹¹ (Chesnais, 1996: 300).

2.2 - Globalização

Chesnais (1996) prefere usar o termo mundialização ao invés de globalização. Para esse autor, o termo globalização foi esculpido no início dos anos 80 nas escolas de administração de empresas dos E.U.A como Harvard, Columbia, Standfort. O termo francês mundialização teve dificuldade de se impor em virtude da força do termo inglês e também “(...) tem o defeito de diminuir, pelo menos um pouco, a falta de nitidez conceitual dos termos “global” e “globalização” (...) A globalização é a expressão das “forças de mercado” (Chesnais, 1996: 23-25).

A globalização é o "resultado de dois movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas distintos", o primeiro está diretamente ligado à longa fase de acumulação ininterrupta do capitalismo desde 1914; o segundo, a “políticas da liberalização, privatização, deregulamentação e desmantelamento das condições sociais”, iniciadas nos anos 80 com Thatcher e Reagan (Chesnais, 1996: 34).

A globalização é um processo de transformação da economia mundial, a qual torna essa mais excludente e concentradora. Excludente por que “não é todo o planeta que interessa ao capital, mas somente partes dele”. Com a volta do liberalismo, o capital recuperou a possibilidade de escolher livremente “quais os países e as camadas sociais que tem interesse para ele [capital]” (Chesnais, 1996: 34). E, concentrador, porque só ocorre entre os países da tríade: Europa, E.U.A. e Japão.

“Entre 1980 e 1988, quase triplicou o montante de IED realizado no interior da tríade, passando de 142 bilhões para 410 bilhões de dólares. Em 1990 o montante investido no interior da tríade representava 30% da disponibilidade mundial de entrada de IED; em 1988, era estimado em 39 %¹² (...) Entre 1981 e 1992, a participação dos dez maiores países receptores de IED foi em média de 72%”¹³ (Chesnais, 1996: 65-66).

Tabela 2 - Países Receptores dos Investimentos Mundiais

	Países Industrializados	Países em Desenvolvimento	Valor em Bilhões de dólares
1967	69,4	30,6	105,5
1973	73,9	26,1	208,1
1980	78,0	22,0	504,5
1989	80,8	19,2	1.402,90

Fonte: Departamento de Comércio dos E. U. A., Serviço de Análise Econômico *apud* Chesnais, 1996: 65.

¹¹ A ascensão do capital financeiro foi seguida pelo ressurgimento de formas agressivas e brutais de procurar aumentar a produtividade do capital em nível microeconômico, a começar pela produtividade do trabalho” (Chesnais, 1996:16).

¹² Relatório de 1991 do Centro da Nações Unidas sobre campanhas transacionais *apud* (Chesnais, 1996: 65).

¹³ O comércio mundial no interior da tríade passou de 13% para 17% do comércio mundial, a integração no interior da tríade ocorre com maior velocidade do que no resto do mundo (Chesnais, 1996: 67).

A globalização também tem permitido o aumento da concentração dos investimentos estrangeiros diretos nas grandes corporações. Em 1990, as 100 maiores multinacionais concentraram 1/3 do IED, essas empresas “possuíam ativos de valor acumulado da ordem de 3,2 trilhões de dólares, sendo cerca de 40% situados fora do país de origem” (UNCTRO 1994 *apud* Chesnais, 1996:72).

Mesmo no período de crise, as multinacionais continuam crescendo. “As dimensões dos grandes grupos, cuja fisionomia começamos a perceber, aumentaram substancialmente ao longo da década de 80. (...) A crise poupou os grandes grupos; pelo contrário, eles experimentaram um crescimento sustentado” (Chesnais, 1996: 91).

Entretanto o mesmo não acontece com as empresas nacionais. “O caráter mundializado da concorrência afeta todas as empresas”, mas para as empresas puramente nacionais e as pequenas e médias, o liberalismo é uma potência devastadora (Chesnais, 1996:115).

Para as multinacionais é diferente uma vez que a concorrência já é conhecida nos três cantos da tríade. Apesar de intensa rivalidade, a abertura dos mercados é boa para elas, pois as recuperam a liberdade de ação em todo o mundo; aproveitam os sistemas nacionais de inovações e exploraram os custos diferenciais de mão-de-obra (Chesnais, 1996: 116).

Diante desse quadro, surge a necessidade de reorganizar o capital (produção industrial capitalista), a fim de manter e ampliar a extração de mais-valia. Uma série de medidas foram tomadas para diminuir os custos (principalmente os salários) e aumentar a produtividade. Esse conjunto de medidas, que estaremos explanando em seguida, foram denominadas reestruturação produtiva.

2.3 - Reestruturação Produtiva

A saída encontrada pelos países centrais para os setores tradicionais, intensivos no uso de matéria-prima natural, energia e trabalhadores foi deixar que os países da periferia se dedicassem a esses setores. Aqueles passaram então a canalizar seus esforços no desenvolvimento de novos setores¹⁴, atuando juntos os setores privado e estatal. Temos, portanto, com a reestruturação produtiva, uma nova divisão internacional do trabalho (Suzigan, 1989: 7-31).

Aspectos típicos da reestruturação produtiva são:

a) Mudança na base tecnológica - houve um salto no desenvolvimento da comunicação com a telemática - junção entre telecomunicação e informática - fator esse de extrema importância para o aceleramento da globalização (DIEESE, 1996: 58).

¹⁴ Produção de vidros, resinas, plásticos, cerâmicas etc (DIEESE, 1996: 58).

Segundo Chesnais (1996), a telemática possibilitou grande economia de mão-de-obra e de capital devido a uma série de fatores¹⁵ (Chesnais, 1996: 28), possibilitou também uma grande expansão no uso de robôs na produção e no desenvolvimento de novos setores: vidros, resinas, plásticos, cerâmicas etc (DIEESE, 1996: 58) e o surgimento de novos setores ou “novos materiais nascidos do encontro entre a química aplicada, os materiais clássicos e a programação industrial informatizada por microcomputador” (Chesnais, 1996: 143).

b) Nova organização da produção - Através da redução do estoque de matérias-primas na produção, sistema just in time¹⁶ /Kanban, máquinas posicionadas em forma de U - denominada ilha de produção ou célula de fabricação (ou produção). Cada ilha produz um conjunto de peças similares pela geometria ou pelo processo (DIEESE, 1996: 59).

As células de fabricação (CF) visam "sobretudo reduzir o tempo morto, diminuindo o tempo de preparação das peças e o tempo de preparação das máquinas. Reduzindo este último a questão de minutos, as CF viabilizam economicamente a produção de pequenos lotes” (Vieira, 1989: 84).

c) Descentralização produtiva - a empresa passa a focar a área de atuação, permitindo “uma maior parceria entre fornecedores e clientes, assim como as novas lay-outs e a redução do trabalho das empresas” (DIEESE, 1996: 59).

d) Mudança na organização do trabalho - o trabalhador ideal é o polivalente; isso torna o trabalho mais intensivo¹⁷.

e) Nova política de recursos humanos - baseia-se na descentralização das decisões operacionais, programas participativos, caixas de sugestões e redução do nível hierárquico. Por um lado os trabalhadores ligados diretamente à empresa passam a receber mais e serem mais exigidos, já que são mais qualificados através de aumento do investimento em treinamentos, educação básica e reciclagem – os menos qualificados são dispensados.

Por outro lado, aumenta a terceirização, subcontratação, trabalho em tempo parcial, trabalho temporário, aumento da flexibilidade dos salários e da jornada de trabalho. Os salários passam a ser divididos em duas partes: fixo e variável (a remuneração depende do cumprimento das metas

¹⁵ Maior flexibilidade nos processos de produção; redução dos estoques de produtos intermediários e finais; encurtamento nos prazos de entrega; diminuição do capital de giro; diminuição do tempo de faturamento; “emprego de meios eletrônicos no setor de franquias e vendas a varejo” (Chesnais, 1996: 28).

¹⁶ Just in time / PQT cria um “(...) relação vigilante vigiado permanente, dentro do princípio do panoptismo, “a consciência de constante visibilidade” juntamente com a “descentralização tática da responsabilidade” e a “centralização estratégica do controle”, a punição da indisciplina e a recompensa pelo bom comportamento, tendo como meta: “dissolver a solidariedade de classes, maximizar o comprometimento e a dependência em relação a firma através de benefícios e formar o trabalhador disciplinado” (Shirom, E. O. 138 *apud* DIEESE, 1996: 18).

¹⁷ O trabalho mais intenso tem sido responsável por uma série de doenças como: estresse, “(...) doenças mentais, visuais do sistema nervoso, das articulações e cardíacas, relacionadas ao tipo, ritmo e conteúdo do trabalho, tem-se aplicado e diversificado nos novos tempos com a automação e a obsessão pela padronização e produtividade que as inovações produtivas e organizacionais vêm impondo aos trabalhadores”. Segundo a OIT “o estresse tornou-se um dos problemas de saúde mais sérios do século XX (...), resultado do ritmo acelerado imposto pela nova maquinaria automatizadas tanto na fábrica quanto no escritório” (DIEESE, 1996: 39-40).

estipuladas pela empresa). Com isso, diminui o risco do capital perder, ou melhor, aumenta a possibilidade de ampliar a extração de mais-valia (DIEESE, 1996: 60).

O crescimento da subcontratação ocorre, principalmente, nos setores extensivos em mão-de-obra de pouca qualificação, que encontram no trabalho feminino a sua estratégia competitiva - quanto menor é o salário nesses setores mais competitiva é a empresa²³. Exemplo disso é o setor de informática, que tem ampliado o mercado de trabalho para as mulheres. Parte da produção se realiza em um determinado país (geralmente em desenvolvimento) e a montagem acontece em outro(s). Dependendo do produto, no país produtor e montador exige-se pouca qualificação dos funcionários. Essa nova divisão do trabalho internacional tem possibilitado a alguns países em desenvolvimento inserirem-se na economia mundial, aproveitando os trabalhadores com pouca qualificação (geralmente mulheres), para prestarem serviços aos países desenvolvidos (OIT, 1998: 155-156).

O trabalho de tempo parcial apresenta as seguinte desvantagens, se comparado com o trabalho formal tradicional: menores salários e benefícios sociais, piores condições de trabalho e maior dificuldade de serem alcançados pelos programas de qualificação promovidos pelas empresas. Para as mulheres, a dupla jornada de trabalho é realidade em todo o mundo (para aquelas que trabalham no extra-lar), o trabalho de tempo parcial torna a vida das mulheres um pouco melhor, na conciliação das atividades doméstica com as atividades profissionais (OIT, 1998: 156).

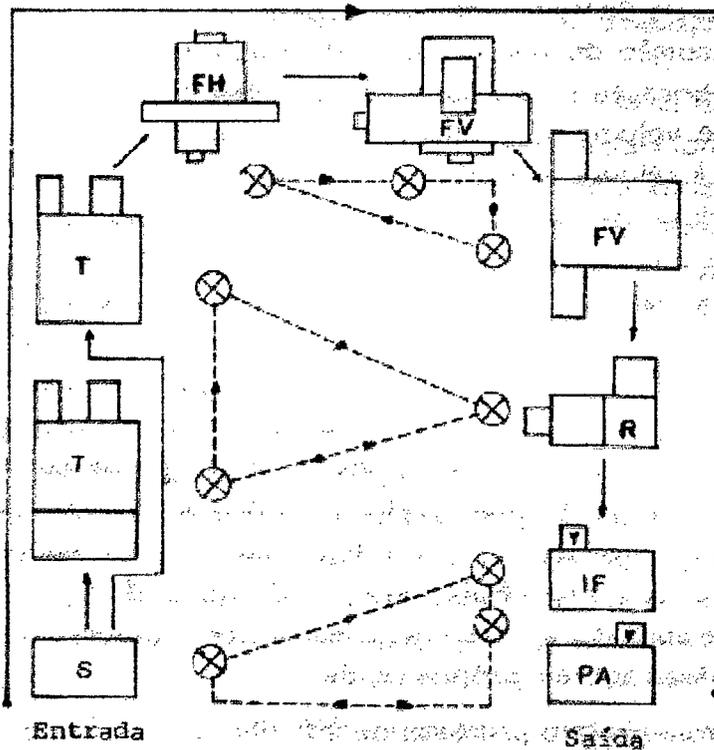
Em todo o mundo, é crescente a participação feminina no mercado de trabalho principalmente, após os anos 70. Mas a discriminação salarial entre gênero ainda é elevada (OIT, 1998: 158).

Para diminuir a discriminação e as desigualdade entre gênero no mercado de trabalho, a OIT propõem aumento do nível de escolaridade das mulheres; maior acesso à formação profissional, considerada tradicionalmente masculina, que são melhores remuneradas²⁶ e possibilidade de conciliação do emprego com as tarefas do lar (OIT, 1998: 158).

²³ Não é por acaso que nas Zonas Francas para exportação, a mão-de-obra feminina corresponde a 80% em média da mão-de-obra total (OIT, 1998: 156).

²⁶ Estudos realizados no EUA, têm mostrado que, em cursos universitários que eram exclusivos dos homens, na medida em que vai sendo ampliada a participação do público feminino, diminui a discriminação na profissão (OIT, 1998: 158).

Figura 1 - Célula de Fabricação.



Legenda:

—————: movimento das peças na célula

-----: movimentação dos trabalhadores entre os respectivos postos de trabalho

S: Serra

T: Torno

R: Retífica

FH: Fresadora Horizontal

FV: Fresadora Vertical

IF: Inspeção Final

PA: Peças Acabadas

Fonte: Vieira, 1989: 85.

O crescimento da escolaridade e da formação profissional feminina ajudam a diminuir a segregação salarial (é tradicional as mulheres receberem salário menor, mesmo realizando serviço igual ao dos homens), aumentam a permanência no emprego e diminuem o tempo que as mulheres ficam desempregadas (OIT, 1998).

O sexo masculino é predominante em sete ofícios ou profissões de cada oito existentes. Os ofícios ou profissões que são reconhecidos como femininos são os que têm menores

salários. É necessário retirar os obstáculos que impedem o acesso das mulheres de ter acessos à formação profissional, se não a disparidade entre gênero irá aprofunda-se ainda mais. Como investimento profissional considerando as especificidade do gênero e a dupla jornada de trabalho (OIT, 1998: 162-177).

Os trabalhadores mais adiantados em idade também estão fortemente atingidos pelas mudanças no mercado de trabalho. A falta de um programa de formação profissional que dê condições de qualificar o trabalhador para permanecer no mercado de trabalho durante toda a vida é algo preocupante. Muito trabalhadores, ao perderem seu emprego após os 55 anos de idade, saem precocemente do mercado de trabalho, por não conseguirem mais espaço, pois são poucas as empresas que confiam na capacidade profissional de um trabalhador dessa idade em diante. É preciso que se enfrente o problema de frente, investindo permanentemente na formação dos trabalhadores para garantir que esses permaneçam no mercado de trabalho durante toda a sua vida profissional. Mais uma vez, a saída é coletiva - governo, empresários e trabalhadores¹⁰ (OIT, 1998: 207-210).

Segundo a OIT (1998), existem atualmente cinco questões que tem causado grande impacto no mercado de trabalho mundial e que estão dificultando a expansão do mercado de trabalho:

- 1) seqüelas da crise asiática, que se propagou por todo o mundo.
- 2) o declínio dos preços dos produtos básicos. Existe uma grande correlação positiva entre aumento dos preços das matérias-primas (petróleo, principalmente) eleva taxa de desemprego mundial.
- 3) o estabelecimento da União Monetária Européia e o pacto de estabilidade firmado entre os países membros obrigam os governos a diminuir a dívida pública. Significa dizer que diminui ainda mais o espaço de políticas de estímulo à criação de novos empregos e de interferência no mercado de trabalho como um todo.
- 4) a erosão dos preços dos ativos (preços das ações sobre valorizadas) pode causar um crise financeira como a da Ásia em outros mercados (países), propagando os efeitos para a economia mundial.
- 5) a adoção de novas medidas de liberalização econômica nos setores considerados protegidos irá intensificar ainda mais competitividade e diminuir o emprego nos países atingidos (OIT, 1998: 29-31).

¹⁰ Um dos motivos que leva o governo japonês subsidiar a formação dos trabalhadores e para evitar que fiquem desempregados após certa idade (OIT, 1998: 211).

Segundo a OIT, o fomento ao pleno emprego produtivo continua sendo a forma mais eficaz de obter um crescimento justo e duradouro. Isso é válido tanto para um país como para o mundo. Mas, para tornar isso realidade, é necessário adotar-se um conjunto de medidas, quais sejam, macroeconômicas, política salarial específica para o mercado de trabalho como um todo, melhorando o nível de qualificação geral e do emprego.

Para responder à pressão crescente do mercado de trabalho causada pelo aumento da competitividade internacional, elevação do nível tecnológico e dos novos métodos de organização do trabalho são necessárias uma série de medidas como: sistema de formação mais flexível e com maior amplitude; aumento da cooperação social entre Estado, empresa e trabalhadores, e estímulo à instituição de redes associativas de PMES, a fim de melhor atender aos seus interesses (OIT, 1998: 123).

O sistema de formação deve ser segundo a necessidade de cada país. Descentralizado para melhor atender as necessidades locais, elevando a maximização dos investimentos na formação (devido redução de custo) encontrar formas alternativas para financeira a formação (OIT, 1998: 123).

Os motivos para envolver ao máximo e completamente os trabalhadores, no cotidiano da empresa são vários, mas iremos destacar apenas dois: o primeiro é que na produção fordista o produto movimentava-se através de esteiras ou correias, o trabalhador apenas exercia uma função, o resto não era problema seu, o segundo é que produzindo pouco ou muito, vendendo pouco ou muito, no final do mês o salário estava garantido - se a empresa estava tendo prejuízo o problema não era seu e sim do empresário e/ou presidente da empresa.

O processo denominado reestruturação produtiva é apresentado por outros autores, enfocando outros aspectos, que vão além da necessidade de aumentar a produtividade.

João Bernardo (1991) mostra a luta permanente entre o capital X trabalho pela partilha da mais valia, o primeiro luta de todos os meios para ampliar a quantidade de trabalho não paga; o segundo (trabalhador) luta incansavelmente, de forma individual ou coletiva, para reduzir a quantidade de trabalho pago, através de aumento da porosidade da jornada de trabalho, diminuição da jornada total de trabalho, aumento salarial etc.

Para Vieira (1989 e 1995), o processo de automatização do pós-guerra não é um simples desenvolvimento histórico dos meios de produção (máquinas), mas sim da luta do capital com o apoio do Estado pelo controle do processo produtivo que estava nas mãos dos trabalhadores. Esses sabendo que possuíam o conhecimento da produção, em suas mãos, realizavam freqüentemente greves e a única saída que restava ao capital (empresa) era atendê-los.

Arrighi (1996) mostra que, desde a gênese do capitalismo nas Cidades-Estado italianas do século XIII, até os dias atuais, o capitalismo tem se desenvolvido através de ciclos. Inicia acumulando no comércio, passa para a produção (manufatura, indústria) e, quando ocorre esgotamento dessa, apela para o Estado através de especulação financeira. Segundo Arrighi, a partir de 1970, estamos vivendo a segunda etapa do quarto ciclo de acumulação (acumulação capitalista ocorre principalmente no sistema financeiro).

Fazendo junção das teses acima apresentadas - João Bernardo, Vieira e Arrighi - podemos concluir que, no final da década de 60 e início de 70, na luta pela partilha de mais-valia, os trabalhadores estavam saindo-se melhor, pois o crescimento dos salários, fruto das greves, era maior que o crescimento da produtividade; além disso, o processo de automação já se encontrava em curso, mas o sistema de produção em vigor fordista mantinha nas mãos dos trabalhadores o controle sobre o processo de produção; por último, o estado do bem-estar-social lutava para manter o equilíbrio entre o capital e o trabalho. Para o primeiro, dava proteção de mercado e subsídio, para o segundo, investia no social: foi assim que o Estado se endividou.

Então, afinal o que é reestruturação produtiva?

É o conjunto de medidas tomadas pelo capital com o apoio do Estado, que permitiu ao capital ampliar a extração de mais-valia, deter o controle (conhecimento) do processo de produção, e aumentar as transferências de recursos públicos para o capital (através das finanças).

Capítulo III - As transformações na economia brasileira e os aspectos sócio-econômicos locais

Após apresentarmos, no capítulo anterior, as transformações na economia mundial e a mudança da relação capital X trabalho em todo o mundo, no item 3.1 do presente capítulo, enfocaremos as transformações que estão ocorrendo na economia brasileira (principalmente nos anos 90) e que, direta ou indiretamente, têm atingido o mercado de trabalho.

Na Segunda parte (item 3.2), estaremos analisando os aspectos sócio-econômicos de Santa Catarina e na última parte (item 3.3), apresentaremos os aspectos sócio-econômicos do Sul catarinense.

3.1 - As transformações recentes na economia brasileira

Nos anos 70, o aumento do preço das matérias-primas (petróleo, principalmente), contribuiu de duas maneiras para o crescimento econômico do Brasil. De um lado, o governo, para fugir do aumento do preço do petróleo, aumentou os investimentos na geração de energia e combustíveis nacionais (processo de SI de petróleo). Com isso, o país aumenta as exportações de produtos com elevado consumo de energia, como alumínio; algo que o Japão não poderia fazer (Carneiro, 1992: 295-322).

Por outro lado, nos anos 70, os países centrais, para fugir da instabilidade econômica mundial, diminuíram os custos de correntes do aumento do preço das matérias-primas e da força de trabalho, optando por externalizar as empresas intensivas no uso de energia e mão-de-obra (Carneiro, 1992: 295-322).

A transferência de milhares de indústrias intensivas no uso de mão-de-obra e energia, no primeiro momento (anos 70), foi ótima para os países receptores, pois possibilitou o crescimento do PIB e gerou milhões de empregos. No segundo momento (anos 90), tornou-se um complicador a mais. Essas empresas, ao se deslocarem-se do país de origem, construíram dezenas de plantas em diversos países em desenvolvimento e passaram a operar apenas nos países que ofereciam melhores condições, para elas, e piores condições para os trabalhadores.

“A implantação de fábricas ou de unidades de produção em países diferentes tem por objetivo aproveitar os diferenciais de níveis salariais, mas também economizar na especialização”¹⁸ técnica, vinculada a produção (Chesnais, 1996: 16).

Quanto as transformações, que vem ocorrendo no mundo capitalista desde o final dos anos 70 (e, como já vimos têm beneficiado o grande capital em detrimento das condições de vida dos

¹⁸ O disign e a estratégia comercial da Nike são concebidas em Óregon (sede do grupo no E.U.A.), mas a produção ocorre no sudeste asiático, “onde puderem ser conseguidos contratos de terceirização mais vantajosos, de sorte que tem-se assistido a Nike sair de certos países, à medida que os salários aumentavam ou que a sindicalização” (Chesnais, 1996:135).

trabalhadores), aportaram no Brasil, as conseqüências foram mais devastadores ainda, por vários motivos:

- As políticas neoliberais (adotadas no início do governo Collor¹⁹) “(...) leva os países da periferia do capitalismo a adotarem medidas que reduzem a taxa de crescimento elevando ainda mais o desemprego” (Soares & Nakatani, 1999: 15).
- A globalização, segundo Chesnais (1996), é um processo de transformação capitalista excludente e concentrador, e o Brasil entrou como coadjuvante. O aumento do IED, na década de 90 no Brasil, não contraria o que estamos dizendo, mas confirma, o aumento da IED no Brasil está associada à transferência de empresas públicas para a iniciativa privada (privatização) e a exorbitante taxa de juros praticada no Brasil, principalmente após o Plano Real²⁰ (Tabela 3).

Em 1989, o Brasil exportou U\$\$ 34,4 bilhões representando 1,1% do volume do comércio mundial e, em 1998, exportou U\$\$ 51,1 bilhões, mas a representação caiu para 0,95%²¹. Isso está diretamente ligado à participação coadjuvante brasileira na globalização, e a abertura econômica desprogramada realizada no governo Collor e no Plano Real – aprofundou a abertura econômica e comercial, elevou a taxa de câmbio – indiretamente; os incentivos à importação foram maiores que para as exportações (Mattoso, 2000).

A financeirização do mundo tem aumentado as “(...) exigências sobre o trabalho como: maior grau de escolaridade, polivalência e a flexibilização ao mesmo tempo em que lhes retiram a proteção social, duramente conquistada” (Soares & Nakatani, 1999: 9). Aniquilando o mercado de trabalho formal, ao mesmo tempo ganham expressão outras relações de trabalho: sem carteira, conta própria e empregadores²².

No Brasil, o efeito das políticas neoliberais, reestruturação produtiva e globalização foram piores para os trabalhadores, porque, além dos efeitos decorrentes dessas políticas, que contribuíram diretamente para a elevação da taxa de desemprego, subemprego, terceirização etc. O Brasil possui outro agravante, a elevada taxa de concentração de renda que tem sido crescente desde a década de 60, e não foi diferente nos anos 80²³.

¹⁹ Ver na problemática da monografia agenda neoliberal

²⁰ Maior parte do IED que entrou no Brasil na década de 90, foi destinado à especulação e exploração do patrimônio público.

²¹ OMC Organização Mundial do Comércio *apud* Mattoso, 2000:31.

²² O Japão foi a única exceção em que a reestruturação gerou emprego, isso devido a dois fatores: forte crescimento do setor de serviços, além de ter sido o primeiro país a realizar a reestruturação (exportou o desemprego para os países que iniciaram a reestruturação posteriormente – suas indústrias estavam mais estruturadas (Suzigan, 1989: 7-31).

²³ “Na década de 60, a renda apropriada pelos 10% mais ricos da população era 34 vezes superior a renda apropriada pelos 10% mais pobres; em 1990 essa proporção se eleva para 78 vezes, ao mesmo tempo em que a renda *per capita* é inferior aquela registrada em 1980, US\$ 2.884,5 e US\$ 2.999,7, respectivamente” (Relatório de Compenhague, 1995: 12).

Tabela 3 - Investimento direto do exterior e taxa de investimento* Brasil 1980/98

Ano	IED (US\$ milhões)**	Taxa de Investimento (em % PIB)***
1980	1.380,50	23,6
1981	1.670,80	21,6
1982	1.121,30	20
1983	297,8	17,2
1984	252,3	16,3
1985	134,6	16,4
1986	-412,8	18,8
1987	49,8	17,9
1988	-27,5	17
1989	-339,8	16,7
1990	280,9	15,5
1991	103,6	15,2
1992	1.583,00	14
1993	714	14,4
1994	1.971,00	15,3
1995	5.091,70	16,7
1996	9.976,00	16,5
1997	17.084,60	17,9
1998	26.133,70	17,4

Fonte: Banco Central/Notas para a Imprensa, jul/99; Indicadores IESP apud Mattoso, 2000:27.

Conjuntura Econômica, maio/1999.

* Formação Bruta de Capital Fixa.

** Conjuntura Econômica, maio/1999; Banco Central Notas para a Imprensa, jul/99.

*** A preço de 1980.

Segundo Pochmann (2000), “(.) durante o período de industrialização nacional, entre 1930 e 1980, houve a forte expansão do emprego assalariado, sobretudo com carteira assinada, e perda da importância do assalariamento informal e das ocupações não assalariadas” (Pochmann, 200: 33). A ausência de política industrial e social na década de 90, além de aumentar a concentração de renda, tem aumentado a representação do emprego sem carteira, por conta própria e empregadores, em detrimento da representação de trabalhadores com carteira assinada²⁴ (tabela 5).

²⁴ No Brasil de 1940 a 1980, de cada dez empregos gerados, dois eram “não assalariados (conta própria, autônomo, e empregador) e oito assalariados, sendo sete com carteira registrada” na década de 90 além do desemprego, de cada 10 empregos gerados “oito são não assalariados e dois assalariados ambos os casos sem carteira assinada”. Estamos nos referindo entre a criação e destruição de empregos, e nesse caso segundo Pochmann o saldo tem sido negativo na geração de PFT (Pochmann, 2000: 34). A queda do nível de emprego no setor estruturado (formal), na América Latina e Caribe e a transferência de trabalhadores qualificados para o setor não estruturado (informal), deve-se a queda na demanda por trabalhadores no setor estruturado devido a: i) reestruturação do setor público (privatizações e “encolhimento” do Estado); ii) abertura desprogramada de vários países ao mercado mundial; iii) e constante inovação tecnológica, que permite ampliar a produção com menos trabalhadores – aumento da produtividade (OIT, 1998: 21).

Tabela 4 - Distribuição de renda entre pessoas economicamente ativas com rendimento - Brasil - 1960/1990

Ano	50% mais pobres	10% mais ricos	10% mais pobres
1960	17,7	39,7	1,2
1970	15	46,5	1,2
1980	14,1	47,9	1,2
1990	11,9	48,7	0,8

Fonte: Gonçalves, 1998 apud Mattoso, 2000:11.

De 1985 a 1999, a população brasileira aumentou em 32 milhões de habitantes, crescimento de 24, 54%; nesse mesmo período mais de 28 milhões de brasileiros foram incorporados à População Economicamente Ativa²⁵ (PEA), crescimento relativo de 51,8%. A oferta de emprego apresentou desempenho inferior, foram gerados apenas 4,5 milhões de PFT; durante todo o período o crescimento relativo (de 21,96%) também foi menor que o da população e PEA (Tabela 6).

Tabela 5 - Distribuição dos ocupados por posição na ocupação total regiões metropolitanas - dez. 1989 e jun. /1999

	dez. 1989 (%)	jun. 1999 (%)
Assalariados sem carteira	59,5	44,7
Assalariados com carteira	18,4	26,9
Conta própria	17,7	23,5
Empregadores	4,4	4,9

Fonte: PME/IBGE apud Mattoso, 2000:15.

A melhor visualização do crescimento raquítico do MFT está na relação PFT/PEA. Em 1985, 36,83% dos indivíduos que constituíam a PEA brasileira estavam no MFT. Em 1999, essa relação (PFT/PEA) deslizou para 29,59%. Isso significa que durante o período (1985/99) aumentou no Brasil o emprego informal, o número de indivíduos trabalhando por conta própria e principalmente o desemprego (Tabela 6).

Tabela 6 - População, PEA, PFT e PEA/PFT do Brasil - 1985, 1999, variação absoluta e relativa.

	1985	1999	Variação Abs.	Variação %
População	131.639.272	163.947.554	32308282,00	24,54
PEA	55.636.014	84.457.492	28821478	51,80
PFT	20.492.131	24.993.265	4501134	21,96
PFT/PEA	36,83	29,59		

Fonte: RAIS, PNAD/IBGE e DATASUS: 1985 e 1999.

Elaboração: próprio autor.

²⁵ A PEA é constituída pelos "(...) desempregados e os empregados em qualquer condição, este contingente pode aumentar sem que aumente a população total, desde que estudantes, donas de casa e outras pessoas que não eram economicamente ativas decidam procurar emprego, transferindo-se assim para o compartimento da PEA. As dificuldades econômicas das famílias e mais a emancipação da mulher podiam ter obrigado estudantes e mulheres a engrossar o exército da PEA" (Ouriques e Vieira, 1998: 10).

Segundo o IBGE, a taxa de desemprego nas seis regiões metropolitanas era de 5,25% em 1985; passou para 4,28% em 1990, aumentou para 5,86% em 1996 e alcançou 8% em julho de 1998²⁶ (Soares & Nakatani, 1999: 8). Em 1984, o tempo médio de desemprego girava em torno de 15 semanas e passou para 36 semanas em 1998 (Mattoso, 2000: 14-15).

A crise econômica que afetou o Brasil nos primeiros anos da década passada (91/92), decorrente, principalmente, da repentina abertura econômica e comercial, afetou diretamente o mercado de trabalho, mas nos subsetores ligados à indústria houve maior perda de empregos, principalmente em 1995. De 1993-96, houve crescimento na geração de empregos no comércio e nos serviços (Soares & Nakatani, 1999: 16). O crescimento dos postos de trabalho no setor de serviços está diretamente ligado à transferência de recursos (IED) da indústria para o setor de serviços, atraídos pelo processo de privatização dos serviços públicos²⁷ (Mattoso, 2000: 27).

Na década de 90, cerca de 3,3 milhões de empregos no Brasil deixaram de existir - 1,8 milhões após FHC assumir. A economia brasileira tem sido impotente na geração de empregos formais, mesmo nos anos em que há crescimento do PIB a geração de novos empregos fica abaixo das expectativas. No fim da década de 90, mais de 50% dos trabalhadores das grandes cidades estavam no mercado informal de trabalho²⁸. De cada cinco indivíduos que compõem a PEA das grandes cidades, três estão desempregados ou na informalidade, e os outros dois fazem parte do MTF. Na década de 80, estavam em situação melhor – no MTF, na década de 90, houve degradação das condições de trabalho e redução da seguridade social (Mattoso, 2000: 16-18).

Segundo Mattoso (2000), no Brasil apenas uma parcela da queda da representação dos trabalhadores assalariados (em relação ao contingente total) e do aumento da taxa de desemprego estão ligados diretamente aos efeitos das transformações que estão ocorrendo no capitalismo nas últimas duas décadas (neoliberalismo, reestruturação, globalização etc). Grande parte das causas devastadoras do mercado de trabalho brasileiro está associadas indiretamente, às transformações do capitalismo recente. Por exemplo, o maior responsável pelo desemprego no Brasil não é, decorrente de novas tecnologias adotadas pela empresas que estão se modernizando (reestruturando), mas está ligado diretamente ao fraco desempenho apresentado pela economia brasileira na década de 90 (Tabela 7).

Para Mattoso (2000), “(...) a inovação tecnológica, embora possa modificar a determinação do nível de emprego, não determina a priori seu resultado”. Há outras variáveis

que são fundamentais para a geração de empregos: por exemplo o crescimento econômico e a redução da jornada de trabalho (Mattoso, 2000: 32).

A evolução da taxa de emprego, segundo Mattoso (2000), está diretamente ligada à equação: “emprego = produção – produtividade - duração do trabalho”. O crescimento da produtividade (inovação tecnológica) diminui o volume de empregos, mas essa situação pode ser contornada com a diminuição da jornada de trabalho e/ou o crescimento econômico, “(...) a taxa de expansão do emprego depende sobre tudo da capacidade da taxa do crescimento econômico superior as taxas de incremento da produtividade e da duração do trabalho” (Mattoso, 2000: 33).

Tabela 7 - Indicadores econômicos - Brasil - 1989/98

Ano	PIB Taxa de crescimento (em %)	Taxa de crescimento (em %)	PIB Per Capita Taxa de crescimento (em %)	Produção Industrial Taxa de crescimento (em %)	Exportação (Em US\$ milhões)	Importação (Em US\$ milhões)	Saldo Comercial (Em US\$ milhões)	Saldo em Transações Correntes*	
								US\$ milhões	em % do PIB
1989	3,2	1,4	2,9	34.383	18.263	16.120	1.033	0,3	
1990	-4,3	-5,5	-8,9	31.414	20.661	10.753	-3.782	-0,8	
1991	1	-0,6	-2,6	31.620	21.041	10.579	-1.407	-0,3	
1992	-0,5	-2,1	-3,7	35.793	20.554	15.239	6.143	1,6	
1993	4,9	3,4	7,5	38.563	25.256	13.307	-592	-0,1	
1994	5,9	4,3	7,6	43.545	33.079	10.466	-1.689	-0,3	
1995	4,2	2,8	1,8	46.506	49.858	-3.352	-17.972	-2,5	
1996	2,7	1,2	1,7	47.747	53.286	-5.539	-24.347	-3,1	
1997	3,6	2,2	3,9	52.986	61.358	-8.372	-33.439	-4,2	
1998	-0,1	-1,4	-2,3	52.700	59.000	-6.300	-34.000	-4,4	

Fonte: IBGE *apud* Mattoso, 2000:30 e 35; Banco Central/1999; Boletim Banco Central, jan.1999; FGV/IBRE/Conjuntura Econômica; Indicadores IESP; *Saldo da balança comercial + saldo da balança de serviços.

O aumento da produtividade industrial nos países membros da OCDE de 1973-93, não foi em decorrência do aumento da produtividade do capital (avanço tecnológico), já que a produtividade do capital foi negativa, mas sim pelo aumento da produtividade do trabalho, decorrente da queda na remuneração e do aumento da intensidade do trabalho²⁹ (OIT, 1996: 86).

²⁶ “Estes indicadores incluem somente os desempregados abertos na semana de referência à pesquisa. A metodologia empregada pelo DIEESE, que inclui os desempregados por desalento e o desempregado disfarçado, considerando os trinta dias anterior à pesquisa, mais do que duplicam os indicadores de desemprego” (Soares & Nakatani, 1999: 8).

²⁷ “Até 1996, cerca de 55% dos recursos estavam investidos na indústria, mais recentemente” o setor de serviços canalizava cerca de 80% do IDE - capital externo investido no país (Mattoso, 2000:27).

²⁸ “(...) grande parte sem registros e garantias mínimas de saúde, aposentadoria, seguro-desemprego, FGTS” (Mattoso, 2000: 161.)

²⁹ “(...) Se o desemprego e precarização ocorrem, não tem sido por causa da inovação tecnológica e da produtividade, mas devido a um crescimento econômico medíocre e a estagnação do tempo de trabalho” (Mattoso, 2000: 33).

Tabela 8 - Evolução da produtividade no setor empresarial (porcentagem de aumento anual médio) nos países membros do OCDE

	Antes de 1973	1974-79	1980-85	1986-90	1986-93
Produtividade do Trabalho e Capital	2,7	0,5	0,7	1,1	0,8
Produtividade Aparente do Trabalho	4,3	1,5	1,6	1,6	1,5
Produtividade Aparente do Capital	-0,8	-1,8	-1,3	-0,1	-0,7

Fonte: A. S. Englander y A. Gurney: "Medium-term determinants of OECD productivity", en OECD Economic Studies, primavera de 1994 *apud* OIT, 1996: 86.

Elaboração: Próprio autor.

Vimos que nos países da OCDE, os trabalhadores são os responsáveis pelo aumento da produtividade; no Brasil, não deve ser diferente. Mas, neste "(...) os ganhos de produtividade vem sendo apropriados pelo capital financeiro, tem-se paralisado grosso modo o processo de reprodução do tempo de trabalho, de elevação do salário real e dos gastos públicos" (Mattoso, 2000: 33).

Na década de 80, mesmo sendo denominada de "década perdida", o PIB brasileiro cresceu em média cerca 2,9% a. a. A década de 90 não é considerada "perdida", mas a média de crescimento do PIB foi de 1,5% a. a., sendo a década que apresentou o menor crescimento econômico do século XX. Com a baixa do crescimento econômico brasileiro, principalmente na década de 90, "(...) se esvanece o sonho de uma melhor distribuição de renda e de uma sociedade mais justa" (Mattoso, 2000: 11-29).

A experiência brasileira dos anos 1930/70 mostrou que apenas o crescimento econômico não é suficiente para diminuir a pobreza, é necessário crescimento econômico aliado com aumento de empregos (não sub-empregos), distribuição de renda e redução das desigualdades sociais; mas, para isso, é necessário ter coragem para atacar os maiores causadores do aprofundamento do desemprego e das desigualdades sociais no Brasil, através do "(...) controle do fluxo de capitais, uma pausa no precipitado processo de abertura comercial e a renegociação da dívida externa" (Mattoso, 2000: 25-43).

3.2 - Aspectos Sócio-Econômicos Catarinenses

O território de Santa Catarina possui 95.442,9 KM², e é formado por 20 microregiões, que abrigam 293 municípios (SC: Perfil do emprego nas microregiões do Estado, 1998 e DATASUS).

Os primeiros habitantes do litoral catarinense foram os tupis-guaranis, conhecidos como carijós do litoral. Dedicavam-se à agricultura (rudimentar), caça, coleta de frutos, pesca e confecção de peças em cerâmica (na ilha de SC). O interior do estado era habitado pelo Jê-Kaigangs e Xokleng, nômades ou semi nômades, que os exploradores denominaram de botucudos e bugres: "(...) os Kaigang viviam no planalto e dedicavam-se à pesca, à caça, à coleta de pinhão,

frutos e raízes. (...) os Xoklengs também eram caçadores e coletores, porém mais belicosos" (Rodrigues, 2001: 1-2).

Em 1504, o explorador Binot Palmier de Gorino-ville esteve na ilha de São Francisco do Sul. Em 1515, Juan Dias de Solis deixou 11 naufragos no litoral catarinense. Em 1525, D. Rodrigo de Acunã deixam 17 tripulantes na ilha de Santa Catarina; em 1525 Sebastião Caboto denomina Santa Catarina - antes era conhecida como Patos (Rodrigues, 2-3). Em 1534, o território catarinense foi (...) doado a Pero Loes de Souza, irmão de Martim Afonso de Souza, donatário da capitania de São Vicente" (SUL-SC.COM).

Em 1642, foi construída a capela de São Francisco (atual São Francisco do Sul) e em 1637 foi fundada a "(...) ermida de Nossa Senhora do Desterro" (Florianópolis) por Francisco Dias Velho. Desterro torna-se a capital da nova capitania, "(...) com o objetivo de ser uma base de apoio aos enfrentamentos militares com os espanhóis". Domingos de Brito Peixoto, em 1676, inicia o povoamento de Laguna. Em 1695, já existe comércio regular entre Paranaguá - São Francisco - Itajaí e entre Laguna até a colônia do Sacramento (Rodrigues, 2001: 4).

Para garantir a posse efetiva do território catarinense, evitando sua invasão por outros países europeus (principalmente espanhóis), a coroa portuguesa resolve povoar essa parte de território brasileiro, deslocando aproximadamente 4.500 colonos oriundos das ilhas dos Açores e Madeira, que estavam atravessando problemas com super população³⁰ (Rodrigues, 2001: 4-6).

Em 1766, Antônio Corrêa Pinto fundou Nossa Senhora dos Prazeres de Lages³¹. No final do período colonial, existiam duas economias distintas no estado: no planalto economia baseada na pecuária e no litoral economia voltada para as atividades de subsistência agrícola e pesca (Rodrigues, 2001: 7).

A descoberta de metais preciosos na Província de Minas Gerais, ampliou a necessidade de gado, tanto para a alimentação como para servir de força motriz do transporte da região mineira. Sendo deslocados animais do Rio Grande do Sul para suprir parte da demanda, foi descoberta uma rota mais econômica, passando por Vacaria- RS e Lages- SC, antes de alcançar o destino final, Minas Gerais. É nesse momento (1771) que Lages passa a ter grande destaque econômico em detrimento do entreposto de Laguna³² (Lins e Mattei, 2000: 2).

A partir da terceira década do século XIX, inicia-se o processo de colonização da Província de Santa Catarina, com habitantes do continente europeu: colônia de "(...) São Pedro de Alcântara,

³⁰ As principais contribuições culturais dos açorianos na formação da cultura catarinense foram as técnicas de pesca; construção naval (as baleeiras); artesanato (renda de bilro), olaria, peças utilitárias e decorativas; folgado do "boi na vaca", "pão por Deus", modo de falar, "boi de mamão" (Rodrigues, 2001: 6).

³¹ Só foi possível com a assinatura do tratado de Madri entre Portugal e Espanha, anulando os limites do Tratado de Tordesilhas, isso possibilitou a ampliação (oficial) da colonização portuguesa no interior do estado (Rodrigues, 2001: 7).

³² Santa Catarina "(...) desde o início de sua formação, seu papel foi complementar o centro dinâmico (Exportador) da economia brasileira, não só como fornecedores de bens mas ainda exercendo uma função peculiar: território de passagem, especialmente do gado gaúcho e no avanço do serviço militar contra os espanhóis continentais" (CEA/SC, 1980:43 *apud* Lins e Mattei, 2000: 1-2).

de alemães (1829), Itajaí, de nacionalidade diversas (1836); Piedade, de alemães (1847); Santa Tereza (1854), com soldados agricultores, destinada a ligação entre Lages e a Capital; Teresópolis, de alemães(1860); Brusque, idem (1860); Angelina, de diversas nacionalidades (1862); Azambujas, de italianos (1877); Luís Alves de diversas nacionalidades (1877). De iniciativa particular foram: Nova Itália, de italianos (1836); Flor de Silva, com elementos mistos (1844); Blumenau, com alemães (1850); D. Francisca, com alemães (1851), que deu origem à cidade de Joinville; Leopoldim, com nacionais, belgas e alemães (1853); Príncipe D. Pedro com irlandeses e americanos (1860); O Grão-Pará, com italianos, espanhóis, russos, polacos, franceses, ingleses e holandeses (1882). Referência especial merece a colônia de Saí (1842), tentativa malograda de concretização das idéias comunista de Fourier, na Baía de Babilongo. Desse núcleo surgiram outros e o território ficou coberto por uma rede de colônias, mas no seio dos quais foram surgindo cidade, vilas e povoados" (Rodrigues, 2001: 8).

Em 1836 e em 1875, há também o desembarque de grandes contingentes de italianos, que contribuíram para o surgimento de várias cidades no estado: "(...) São João Batista, Rodeio, Ascurra, Nova Trento, Criciúma; Nova Veneza, entre outras" (Anuário Estatístico de Santa Catarina, 1997).

Há também a participação na formação de cidades de indivíduos de outras nacionalidades, como portugueses, eslavos, africanos e nativos que foram "domesticados" (idem).

Durante o governo imperial, influenciada pelos ideais republicanos e federalistas - sob a liderança do coronel Bento Gonçalves, Santa Catarina é arrastada para o conflito, principalmente o sul e o planalto. Em 1838, Lages é invadida e declarada parte da república Rio-Grandense. Em 1839, Laguna é constituída capital Provisória da República Juliana, situação que durou menos de dois anos (Rodrigues, 2001: 8-9).

Até o final do século XVIII, predominou no estado "(...) um sistema econômico de subsistência marcadamente desintegrado e assentado, na faixa litorânea, no binômio pesca - produção de gêneros alimentícios básicos, e, no planalto sul, na pecuária extensiva. Este cenário só se modificou a partir de meados do século XIX, quando Santa Catarina começou a ter mais espaço na esfera nacional. Para isso, foi decisiva a política de incentivo à imigração implementada pelo governo imperial na esteira da abolição do tráfico de escravos a partir de 1850. Além disso, nesse mesmo período foi definida a nova lei de terras que regulamentava a aquisição das propriedades pelos imigrantes" (Lins e Mattei, 2000: 3).

A partir de 1850, com a intensificação da chegada de europeus, "(...) verificou-se o início da transformação da base econômica estadual, com o surgimento de pequenas indústrias nos setores alimentícios, têxtil, de erva-mate e de madeira" (Lins e Mattei, 2000:3).

Do final do século XIX até a II Guerra Mundial, ocorre investimentos em infra-estrutura, principalmente em estradas, ligando várias cidades do estado³³ (Lins e Mattei, 2000: 3)

Em linhas bem gerais, a estrutura econômica catarinense é centrada em pólos: ao norte (Joinville, principalmente), temos o complexo metal-mecânico; no vale do Itajaí, encontramos o complexo têxtil-vestuarista; no oeste, o complexo agro-industrial; na grande Florianópolis, o setor de serviços e no sul têxtil-vestuário, plástico, cerâmica e extração de mineral.

Nos últimos 20 anos, "em meio ao agravamento do quadro de incertezas, a estrutura setorial regional, típica da indústria catarinense, permitiu conservar dinâmicas interessantes (...) Porém, a contrapartida tomou a forma de uma dramática ampliação de número de trabalhadores desempregados em diferentes setores de atividades" (Lins e Mattei, 2000: 4).

3.2.1 - Aspectos Sociais Catarinense

A expectativa de vida da população de Santa Catarina em 1970 era de 55,17 anos. Apesar de baixa, se comparada aos países desenvolvidos, era um pouco melhor que a do Brasil como um todo (51,43 anos). Em 1996, a esperança de vida dos habitantes do estado era de 72,01 anos, em 26 anos ela ampliou-se em 16,84 anos, com um crescimento 0,64 ao ano, que está diretamente ligado à redução da taxa de mortalidade infantil (Tabela 9).

Tabela 9 - Esperança de Vida ao Nascer

	1970	1980	1991	1996
Região Sul	56,05	59,76	67,74	72,24
Santa Catarina	55,17	60,50	66,46	72,01
Brasil	51,43	56,87	63,29	n.d.

Fonte: NIPP - Núcleo Interdisciplinar de Políticas Públicas/CFH-UFSC.

Elaboração: próprio autor.

Em 1970, de cada mil crianças nascidas com vida, 85,43 morriam antes de completar o primeiro ano de idade, sendo melhor que a média brasileira (123,19 por mil nascido vivo). Em 1998, a taxa de mortalidade infantil no estado era de 23,09. No período (1970/98), diminuiu em 62,34 óbitos, para cada grupo de mil crianças nascidas do estado, redução de 2,22 óbitos por ano. A redução da taxa de mortalidade infantil está diretamente associada ao crescimento do nível de escolaridade dos pais – principalmente a mãe - que passam a ter acesso a informações essenciais para o tratamento de saúde e desenvolvimento do bebê³⁴ (Tabela 10).

33 "(...) estradas interligando Blumenau a Itajaí e a Joinville, e esta última a Curitiba, no planalto norte foi construída a estrada de ferro que possibilitou conectar São Paulo a Rio Grande do Sul, e o sul do estado recebeu a estrada de ferro Thereza Christina, implantada para escoar a produção de carvão daquela área até o porto de Imbituba" (Lins e Mattei, 2000: 3).

34 Em 1999, a taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos de idade, filhos de mãe que possui menos de 4 anos de estudo no Brasil, era 93, por mil nascido vivos, já entre os nascidos de mãe que possuíam mais de 7 anos de estudo, era 29,7 (SÍNTESE DOS INDICADORES SOCIAIS DO IBGE 2000, 2000).

Tabela 10 - Taxa de Mortalidade Infantil por mil nascidos vivos

Município	1970	1980	1991	1998
Região Sul	80,53	60,24	24,81	22,79
Santa Catarina	85,43	55,56	28,81	23,09
Brasil	123,19	85,20	49,49	n.d.

Fonte: NIPP - Núcleo Interdisciplinar de Políticas Públicas/CFH-UFSC.

Elaboração: próprio autor.

Em 1970, 84,8% da população de Santa Catarina residiam em habitação construída com material de construção durável, contra 73,8%, no Brasil. Em 1996, apenas 2,1% da população residiam em habitação construída com material não-durável. A melhora nas condições habitacionais no estado está associada a três fatores nacionais (e/ou tendência) e um local: 1) forte crescimento econômico vivido pelo país e o estado na década de 70; 2) política habitacional dos anos 70; 3) a redução do número de membros das famílias (filhos) torna mais barata a construção de residências menores; 4) a população do estado está distribuída em centenas de municípios de pequeno/médio porte - ausência de grande aglomeração urbana, sendo que 21,3% da população reside ainda na zona rural (Censo 2000, IBGE).

Tabela 11 - Percentagem da população que reside em domicílio construído com material durável

MUNICÍPIO/ANO	1970	1980	1991	1996
Região Sul	87,0	99,7	99,8	99,7
Santa Catarina	84,8	99,3	99,2	97,9
Brasil	73,8	85,8	91,6	n.d.

Fonte: NIPP - Núcleo Interdisciplinar de Políticas Públicas/CFH-UFSC.

Elaboração: próprio autor.

Em 1999, o estado Barriga Verde possuía 5.098.448 habitantes. No período de 1985-99, a população de Santa Catarina cresceu 26,10% e a diferença entre nascidos vivos e óbitos foi de 1.055.366 indivíduos foram gerados 268.488 PFT, havendo um crescimento de 36,11%. A PEA - População Economicamente Ativa - ampliou em 57,55% colocando à disposição do mercado de trabalho mais 1.078.087 trabalhadores.

Tabela 12 - População, PEA, PFT e PEA/PFT de Santa Catarina - 1985 e 1999 - variação absoluta e relativa

	1985	1999	Variação Abs	Variação %
População	4.043.082	5.098.448	1.055.366	26,10
PEA	1.873.092	2.951.179	1.078.087	57,55
PFT	743.443	1.011.931	268.488	36,11
PEA/PFT	39,69	34,28		

Fonte: RAIS, PNAD/IBGE e DATASUS: 1985 e 1999.

Elaboração: próprio autor

Em 1985, 39,69% da PEA de Santa Catarina era absorvida pelo MFT, esse percentual caiu para 34,28% em 1999. Os 809.599 indivíduos que ingressaram na PEA e não foram acolhidos no PFT, estão desempregados, trabalhando por conta própria ou na informalidade. Os relatórios da OIT (1996 e 1998) mostram como cresceram no final da década de 80 e na

seguinte, em todo o mundo, o desemprego, a informalidade e o contingente de indivíduos trabalhando por conta própria - "os empreendedores"³⁵ (Tabela 12).

Após discorrer resumidamente sobre alguns aspectos sócio-econômicos de Santa Catarina, na primeira parte do seguinte item (3.2), apresentamos na última parte deste capítulo, uma análise de alguns aspectos sócio-econômicos da Região Sul de Santa Catarina.

3.3 - Aspectos Sócio-Econômicos da Região Sul catarinense

3.3.1 - População e povoamento do Sul catarinense

O espaço geográfico denominado sul catarinense representa 10,06% do território de SC³⁶ e é formado pela junção de três microregiões: Araranguá, Criciúma e Tubarão (DATASUS), que juntas congregam 44 municípios. Uma característica dessa região é a distribuição populacional em municípios com poucos habitantes³⁷, sendo que 32 possuíam menos de 15 mil habitantes, 9 possuíam entre 15 e 50 mil habitantes e apenas três possuíam mais de 50 mil habitantes³⁸ (SC: Perfil do emprego nas microregiões do Estado, 1998 e DATASUS).

A população nativa do litoral catarinense que residia ali antes da invasão dos portugueses, eram os tupis-guaranis (denominados carijós). Em 1676, Domingos de Brito Peixoto foi incumbido de iniciar o primeiro povoado da região sul catarinense, no espaço geográfico denominado Laguna, com habitantes oriundos das Ilhas dos Açores³⁹ (Rodrigues, 2001: 2-4).

Ao povoar Laguna, a coroa portuguesa visava objetivos militares e econômicos, transformando-a em "(...) entreposto para comercialização de gado oriundo das planícies platinas, que eram embarcadas para São Paulo"⁴⁰ (Mattei e Lins, 2000:2).

O Tratado de Madri assinado entre Portugal e Espanha em 1750, anulando a linha divisória estabelecida pelo tratado de Tordesilhas, oficializando o domínio e expansão portuguesa no planalto catarinense. Em 1766, Antônio Corrêa Pinto funda o povoado de Nossa

³⁵ Os trabalhadores do setor não-estruturado e não-agrícola (trabalhadores informais), representavam em 1990, 52% do emprego o Brasil e em 1996, 59,36; nos mesmos anos na Argentina eram, respectivamente, 47,5% e 53,6%; no México 55,5% e 60,2% (OIT 1996 e 1998 *apud* Ourique e Vieira, 1998: 7).

³⁶ A extensão territorial de Santa Catarina é de 95.442,9 km², o território do sul representa 10,06% portanto sua extensão é de 9.601,55 km² (SC: Perfil do Emprego nas microregiões do Estado, 1998).

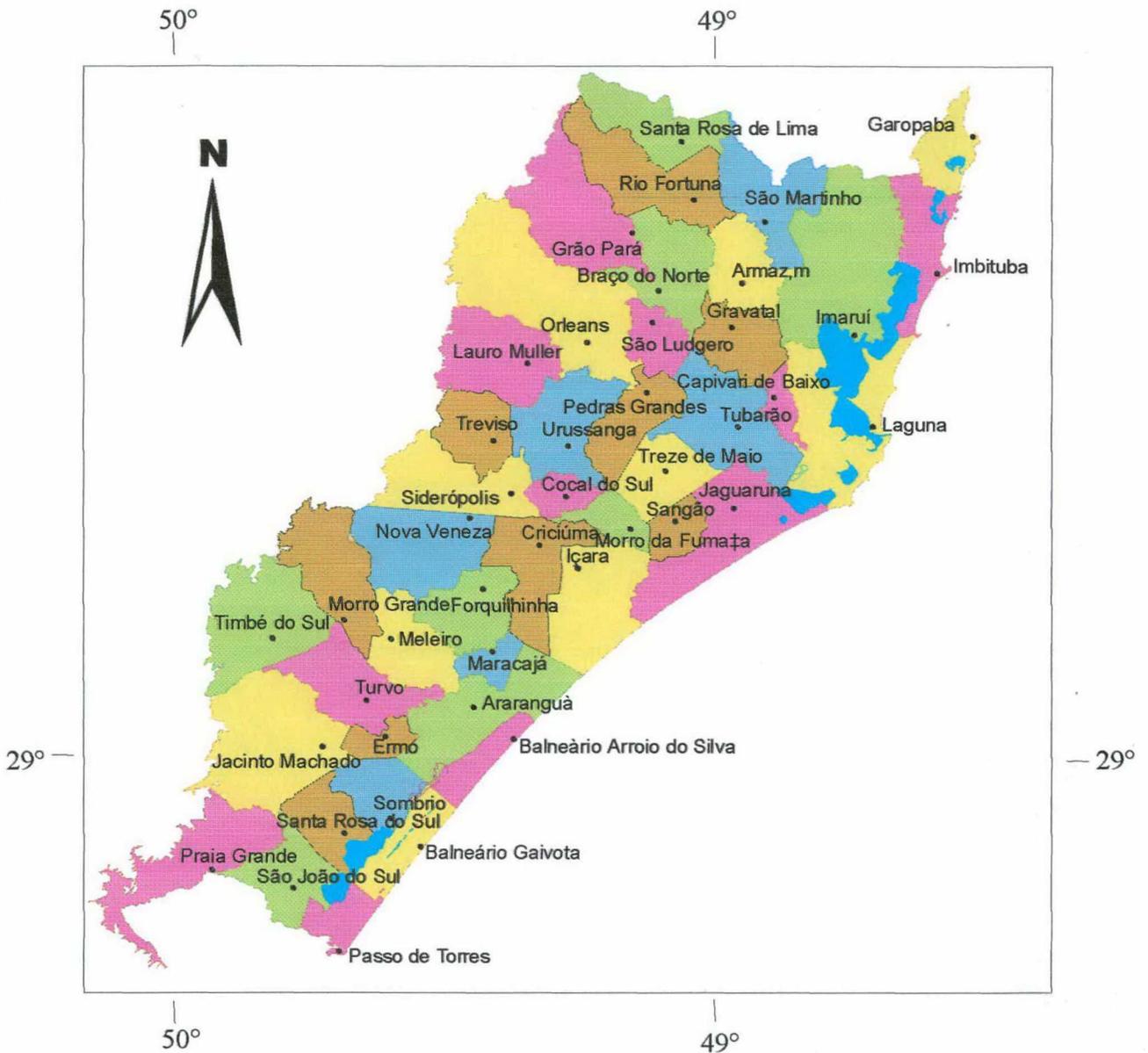
³⁷ Em 1985, existia na região 35 municípios: 24 com menos de 15 mil habitantes, 9 com população entre 15 e 50 mil habitantes, e Tubarão e Criciúma com mais de 50 mil habitantes (DATASUS).

³⁸ Araranguá, Criciúma e Tubarão (DATASUS).

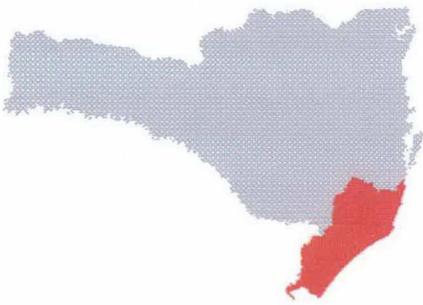
³⁹ A contribuição dos açorianos para o desenvolvimento cultural da região foi: técnicas de pesca; construção naval (as baleeiras); artesanato (renda de bilro); olaria, peças utilitárias e decorativas; folguedo do "boi na vaca", "pão por Deus", modo de falar, "boi de mamão" (Rodrigues, 2001: 6).

⁴⁰ Durante o período colonial, o papel desempenhado por Santa Catarina foi "(...) desde o início de sua formação, seu papel foi o de complementar o centro dinâmico exportador da economia brasileira, não só como fornecedores de certos bens, mas ainda exercendo uma função peculiar: território de passagem, especialmente do gado gaúcho e no avanço do serviço militar contra os espanhóis confinantes" (CEAG/SC, 1980,43 *apud* Mattei e Lins, 2000:1-2).

REGIÃO SUL DE SANTA CATARINA



Localização da área de estudo



ESCALA GRÁFICA



PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR - UTM

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INTEGRAÇÃO AO MERCOSUL
DIRETORIA DE GEOGRAFIA, CARTOGRAFIA E ESTATÍSTICA
GERÊNCIA DE CARTOGRAFIA

Planejamento cartográfico, digitalização e plotagem executado pela Gerência de Cartografia.
Documentação: Legislação de criação de municípios, divisões intermunicipais consolidadas pelo
Projeto Arquivo Histórico Municipal (Convênio SIDERBGE)

Figura 2

Senhora dos Prazeres de Lages e posteriormente é ligado a Laguna, dando origem a estrada do Rio do Rastro (Rodrigues, 2001: 7).

A descoberta do “caminho do Morro dos Conventos” permitiu transportar o gado do Rio Grande do Sul a São Paulo por um caminho mais econômico (via terrestre)⁴¹, perdendo espaço o entreposto o litoral Sul - Laguna (Mattei e Lins, 2000: 2).

A base populacional da região sul catarinense é composta, principalmente, de italianos, alemães e açorianos⁴² (Santos, 1995: 20). Em 1999, residiam na região 797.153 habitantes, representando 15,63% da população residente no estado. De 1985 a 1999, o saldo populacional foi de 163.047 habitantes, ampliação de 25,71%. Crescimento menor que o apresentado por Santa Catarina (Tabelas 14 e 12).

3.3.2 - Formação Econômica da Região Sul Catarinense

A maioria dos imigrantes açorianos que chegou na região sul catarinense passou a dedicar-se às mesmas atividades econômicas que desenvolvia na ilhas dos Açores, ou seja, pesca e agricultura (Mattei e Lins, 2). Os imigrantes italianos, que se fixaram em Criciúma, dedicaram-se a agricultura⁴³ (Milioli, 1993: 2).

Segundo Santos “(...) nos primeiros anos de colonização, surgem as indústrias domésticas, processando matérias-primas locais, tais como atafonas (moinhos de milho), engenho de açúcar, serrarias, matadouros, fábricas de banha e derivados de suínos” (PBDEE, V,I 2. AMREC/UNESC - Criciúma apud Santos, 1995: 30).

Em 1827, um tropeiro descendo a Serra do Rio do Rastro em direção a Laguna, vê “pedras que ardiem em fogo, mais tarde confirmadas como carvão mineral” (idem). Em 1832, já tinhasido constatada a existência de carvão no sul catarinense (Milioli, 1993: 28). Em 1841, a pedido da coroa, foi feito um relatório completo sobre o carvão, elaborado por Dr. Julio Paragot, o qual apontava as dificuldades da sua exploração (Santos, 1995: 30).

Em 1861, é expedida pelo império a primeira ordem, autorizando a exploração do minério. Em 1890, surge a primeira empresa exploradora de carvão da região de Criciúma, 'Lages e Irmãos'. Até o início do século XX, as tentativas de exploração e comercialização do carvão na região foram marcadas por fracassos⁴⁴ (Milioli, 1993: 28).

⁴¹ Posteriormente, a rota que passou a ser usada para o transporte de gado, foi a que passa Vacaria/RS, é nesse momento (1771) que Lages passa a ter grande importância econômica (Mattei e Lins, 2000: 2).

⁴² No povoamento do Sul de Santa Catarina, há também a participação de outros povos, além desses citados: Grão-Pará (1822) “(...) com italianos, espanhóis, russos, polacos, franceses, ingleses e holandeses” (Rodrigues, 2001: 8). As primeiras levas de italianos, que vieram para Santa Catarina, também se fixaram na região, nos seguintes locais: Nova Trento, Criciúma, Nova Veneza, entre outras (Anuário Estatístico da Santa Catarina, 1997).

⁴³ A origem da população da AMREC é principalmente de imigrantes italianos (mas também de alemães e poloneses) que a partir do final do século XX passaram a se fixar na região (Turmina, 1999: 39)

⁴⁴ Os motivos dos fracassos nas tentativa de exploração mineral na região no século XIX foram: “falta de recursos, distância das minas aos escoadouros, demora por parte do governo em liberar concessões, bem como mercado consumidor” (Santos, 1995: 31).

Essa atividade só deslanchou a partir da superação de dois obstáculos: “o carvão inglês e alemão, barato e de melhor qualidade, e os custos elevados do transporte do carvão nacional, feitos por via férrea e marítima até o Rio de Janeiro e São Paulo, principais mercados da época” (Milioli, 1993: 28), e de uma série de fatores que ocorreram e contribuíram para o Segundo o IBGE, a taxa de desemprego nas seis regiões metropolitanas era de 5,25% em 1985; passou para 4,28% em 1990, aumentou para 5,86% em 1996 e alcançou 8% em julho segundo o IBGE, a taxa de desemprego nas seis regiões metropolitanas era de 5,25% em 1985; passou para 4,28% em 1990, aumentou para 5,86% em 1996 e alcançou 8% em julho

O complexo carbonífero foi formado por uma série de empresas, que foram constituídas com o objetivo de dar suporte à exploração do minério na região sul catarinense:

- Estrada de ferro Dona Tereza Cristina Railway Company, construída entre 1874/85 ligando Lauro Müller ao Porto de Laguna - Porto (Santos, 1995: 31);
- Em 1920, entraram em operação novos ramais da ferrovia, ligando Criciúma a Imbituba (Milioli, 1993: 28);
- Em 3 de novembro de 1922 foi criada a Companhia Docas de Imbituba⁴⁵ (Porto de Imbituba) CDIPORT.COM.BR);
- Após a I Guerra Mundial, surgem várias minas: “CBCA, Carbonífera de Urussanga S/A, Carbonífera S/A e Companhia Nacional de Mineração de Carvão do Barro Branco” (Santos, 1995: 33);
- Ampliação do consumo de carvão durante a II Guerra Mundial e a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda (RJ), absorvendo o carvão metalúrgico também com a Sociedade Termelétrica de Capivari (Sotelca)⁴⁶;
- Construção da ICC (Indústria Carboquímica Catarinense S/A), aproveitando os rejeitos do carvão e transformando-os em ácido sulfúrico (Milioli, 1993: 46);
- Construção do Lavador de carvão em Capivari de Baixo.

Após resolvido o problema do transporte, a deficiência na infra-estrutura e garantido mercado consumidor, “o minério passa assim a exercer o papel dominante na dinamização do desenvolvimento econômico da região sul do estado” (Milioli, 1993: 28).

Dos anos 20 até os anos 80, a exploração do carvão na região sul catarinense foi a locomotiva e base da diversificação da economia local, criando condições para o surgimento de várias atividades que nasceram direta ou indiretamente ligadas à atividade mineral. É por isso que

⁴⁵ Sendo Álvaro Catão o primeiro diretor (CDIPORT.COM.BR).

⁴⁶ Posteriormente, a Sotelca passa a ser denominada Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, localizada em Capivari de Baixo.

“A história econômica do carvão (...) compõe o capítulo mais importante da história econômica do sul do estado” (Santos, 1995: 85).

Na década de 30, inicia-se o processo de diversificação econômica da região⁴⁷, e nos anos 60 renova-se o processo de diversificação na economia, em decorrência da desestruturação da economia carbonífera⁴⁸ (Turmina, 1999: 42).

A crise dos anos 70, que foi provocada principalmente pela elevação dos preços do petróleo, contribuiu diretamente para reerguer a atividade carbonífera. Já que o governo brasileiro, “(...) depara-se com a necessidade de um novo redirecionamento da política energética”, para fortalecer a matriz energética nacional (Milioli, 1993: 29).

Nos anos 80, após contornados os problemas na matriz energética, decorrentes da crise do petróleo dos anos 70, “(...) o governo começa a retirar os subsídios da atividade carbonífera”. De 1979/85, o volume de extração mineral ainda era crescente, mas em 1986 inicia a queda no volume de produção e, conseqüentemente, a crise no subsetor extrativo mineral na região (Santos, 1995: 62).

Segundo Santos, “(...) acumulação de excedentes oriundos da indústria do carvão forma a base para um novo período, sustentado na produção cerâmica e de produtos químicos” (Santos, 1995:89).

As primeiras empresas cerâmicas da região iniciam suas atividades a partir de meados do século XX. Em 1947, entra em operação a cerâmica PRIOR (hoje CESACA), em Criciúma, e em 1952/53, nasce a cerâmica Cocal Ltda, atual Grupo Eliane⁴⁹ (Santos, 1995: 47).

A partir dos anos 60, surge o subsetor Indústria Química e de Produtos Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria, etc. Tendo como carro chefe na região sul catarinense o segmento de descartáveis plásticos (Tabela 13).

O capital inicial investido a partir dos anos 60 nas primeiras indústrias de embalagens plásticas foi oriundo de diversas atividades como o comércio de ferragens, indústria de molas e suinocultura artesanal (Gastaldon, 2000: 70). Nessa região de SC são produzidos, “(...) 70% dos copos descartáveis consumidos no país, além de filmes para embalagens e tubos de PVC”⁵⁰ (Nogueira, 1998: 35).

⁴⁷ “Em 1955, Criciúma já contava com 12 estabelecimentos atacadistas, 341 varejistas e 35 estabelecimentos industriais, sendo que 16 eram ligados ao ramo carbonífero e 4 ao beneficiamento agroindustrial” (Turmina, 1999:42).

⁴⁸ “(...) O setor [carbonífero] vinha enfrentando problemas com a falta de mercado, dependência de decisões governamentais etc” – que afetava o setor e toda a economia da região (idem).

⁴⁹ Nos anos 20, é descoberta argila na região, que era o “barro Branco” extraído das minas. Nos anos 40, nova descoberta caulim, matéria-prima na produção de louças e isolantes (Nogueira, 1998: 35).

⁵⁰ “Com faturamento superior a U\$\$ 30 milhões por mês e 4,5 mil empregados, elas respondem por um terço do consumo de resinas plásticas do estado” (Nogueira, 1998: 35).

Tabela 13 - Empresas Pioneiras na Produção de Embalagens Plásticas na Região Sul Catarinense

Empresa	Ano de Fundação	Cidade
PLASZOM	1967	Orleans
CANGURU	1970	Criciúma
INCOPLAST	1970	São Ludgero
INZA	1974	Criciúma
MINAPLAST	1977	Urussanga
IBRAP	1982	Urussanga
GUARA	1985	Criciúma
COPOSUL	1987	Içara
GRAFULIN	1991	Criciúma
COPOBRAS	1991	São Ludgero

Fonte: Santos, 1995: 122-124.

Elaboração: próprio autor.

O subsetor têxtil-vestuarista surge na região na década de 60, com a abertura de três empreendimentos. Nos anos 70, já funcionavam cerca de 20 empresas, empregando 900 funcionários (Santos, 1995: 110).

O subsetor vestuário cresceu, recebendo novos investimentos do subsetor carbonífero. Já na década de 80, a crise na atividade cerâmica atua como transferidor a de investimentos para o subsetor vestuarista, que se consolidou na década de 90 como a terceira força econômica da região (Turmina, 1999: 7). “Boa parte das empresas [vestuáristas] pertence a ex-trabalhadores da indústria de carvão e de cerâmica. Eles montaram seu negócio com dinheiro recebido no processo de demissão. E hoje [1998] vivem bem sem saudade do passado”⁵¹ (Nogueira, 1998: 35).

“O desenvolvimento da indústria do vestuário na região sul catarinense surge, aparentemente, como alternativa local às freqüentes crises da economia regional”(Turmina, 1999: 38).

O subsetor metalúrgico surge na região com a metalúrgica MECRIL e dezenas de outras pequenas e médias empresas na década de 50. Na décadas de 70 e 80, na região, surgem várias empresas, a partir de Criciúma, com objetivo de atender à demanda de peças, componentes e equipamentos utilizados na mineração e na indústria cerâmica (Santos, 1995: 127).

As indústrias metalúrgicas da região especializaram na produção de equipamentos e estruturas metálicas para empresas mineradoras e cerâmicas, exportando para vários países: Peru, Suriname, Zâmbia, E.U.A, Canadá e vários outros da América Latina e África⁵² (Santos, 1995: 127).

⁵¹ E “(...) graças a decadência do carvão que floresce o segmento que mais cria trabalho na região: a indústria de confecções, um conjunto de 650 empresas com cerca de 7,5 mil pessoas contratadas em Criciúma e mais seis municípios” (Nogueira, 1998: 35).

⁵² A indústria Incol possui a capacidade de fabricar e montar estrutura para indústria de carvão e cerâmicas completas. “A Mecril, produz 400 toneladas mensais de ferragens galvanizadas para postes de energia elétrica – é

Nogueira destaca que, entre dezenas de indústrias metálicas da região: "Mecril e Brasmetal, ambas são fornecedoras do setor elétrico. A Brasmetal faz estruturas de forma de transmissão e a Mecril eletroferragens para postes, (...) colheres de pedreiro, pás e cadeiras" (Nogueira, 1998:35).

3.3.3 - Aspectos sociais

A esperança de vida ao nascer (em anos) da população da região, em 1970 era de 56,05 anos, em 1996, era de 72,24. Em 26 anos, aumentou em 16,19 anos, crescimento médio de 0,62 a. a.. Os anos 80 e 90 foram os que apresentaram maior crescimento da esperança de vida - um dos fatores que contribuiu foi a redução da taxa de mortalidade infantil (Tabela 9).

Em 1970, de cada mil crianças nascidas com vida no sul de Santa Catarina, 80,53 morriam antes de completar o primeiro ano, em 1998 eram 22,79. No período de 1970 a 1998 diminui em 57,74 óbitos em cada grupo de mil crianças menores de um ano de idade, redução média de 2,06 óbitos por ano. Os anos 80 foram os que apresentaram maior queda na taxa de mortalidade infantil, decorrente, principalmente, do nível de escolaridade das mães (Tabela 10).

No início da década de 70, 87% da população da região morava em domicílios construídos com material de construção durável, em 1996 a percentagem era de 99,7%. Nesse período (1970/96), o saldo da melhoria nas residências ocorreu principalmente na década de 70. A melhora na construção das habitações está diretamente associada: 1) ao boom econômico da década de 70; 2) à política habitacional do período – BNH; 3) à distribuição da população em pequenos municípios e no espaço rural – 26,07% da população da região residia na zona rural; 4) à redução do número de membros das famílias, que passa a demandar habitações menores (Censo 2000, IBGE e Tabela 11) .

dona de nada desprezível 25% do mercado nacional. Exporta 70% para os Estados Unidos e Canadá “ (Locatelli, Revista Expressão, 1991:14 *apud* Santos, 1995: 127). Conventos, Imecal, Amada e Milano produzem máquinas e equipamentos diversos; Siderúrgica Criciumense e Catarinense produzem peças fundidas para usos diversos; metalúrgica Spillere produz máquinas e ferramentas agrícolas; Hooster- Petersime), produz equipamentos para avicultura (Santos, 1995: 128).

Capítulo IV – As Transformações no Mercado Formal de Trabalho (MFT) no Sul de Santa Catarina, de 1985/99

Após estudarmos as transformações na economia brasileira e os aspectos sócio-econômicos locais (Santa Catarina e Sul Catarinense), analisaremos, no presente capítulo, as transformações que ocorreram no MFT da região Sul Catarinense no período de 1985 a 1999.

No tem 2.1 enfocamos as mudanças gerais que ocorreram no MFT da região e, na medida do possível, comparamos com o MFT de Santa Catarina e do Brasil.

Na segunda seção analisaremos os subsetores que no período de 1985 a 1999, apresentaram contração nos PFT na região, buscando explicações em fatores endógenos e exógenos, já que na maioria dos casos, esses são os maiores causadores de desemprego na indústria local.

Por último, estudamos os subsetores que geraram emprego na região no período, com maior ênfase aos quatro primeiros. Também analisamos os fatores exógenos e endógenos que impactaram positivamente a economia do sul de Santa Catarina.

4.1 Aspectos Gerais do MFT no sul de Santa Catarina de 1985/99

No presente item, analisamos alguns aspectos gerais da MFT da região sul catarinense, no período de 1985 a 1999, o que servirá de plataforma para os dois itens seguintes.

De 1985/99 a população do sul de Santa Catarina apresentou um saldo de 163.047 habitantes, crescimento de 25,71%³³. A quantidade de pessoas incorporadas à PEA³⁴ no período foi maior que o crescimento absoluto e relativo da população no período, os número foram, respectivamente, 165.076 e 55,81%³⁵ (tabela 14).

Estudando a PEA de Santa Catarina, no período de 1992/98, Espíndola (2000) constatamos que as faixas etárias, que têm puxado o crescimento da PEA, foram, respectivamente, grupo de 40 a 49 anos e de 18 a 19 anos (Espíndola. Análise da PEA em SC, 2000: 28).

Tabela 14 - População, PEA, PFT e PEA/PFT da Região Sul Catarinense - 1985, 1999, variação absoluta e relativa.

	1985	1999	Variação Abs.	Variação %
População	634.106	797.153	163.047	25,71
PEA	295.750	460.826	165.076	55,81
PFT	88.804	121.384	32.580	36,68
PEA/PFT	30,02	26,34		

Fonte: RAIS, PNAD/IBGE e DATASUS: 1985 e 1999.

Elaboração: próprio autor.

³³ No período, o crescimento da população no estado foi de 26,10% e no Brasil 24,54% (ver Tabelas 12 e 6).

³⁴ A PEA do Sul de Santa Catarina foi projetada pelo próprio autor (Anexo 17).

³⁵ O crescimento do PEA de Santa Catarina no período foi de 57,55% e do país 51,80% (Tabelas 12 e 6).

No período de 1985-99, foram criados 32.580 novos empregos na região, uma variação positiva de 36,69%, apresentando melhor performance na geração de empregos que a apresentada pelo estado e pelo Brasil³⁶ (Tabela 14).

Ao analisamos a relação PEA/PFT, constatamos um declínio na representação percentual do MFP em relação à PEA. Em 1985, 30,02% da PEA da região estava no MFT, em 1999 foi reduzida para 23,34%. O MFT de Santa Catarina e do Brasil absorve percentagens maiores da PEA, nos dois anos, mas a tendência é de queda. Isso permite dizer que, na região o trabalho informal, por conta própria e/ou desemprego é maior que no estado e no país (Tabelas 14, 12 e 6).

Nos anos 90, vários países da América Latina apresentaram um aumento na percentagem de emprego nos setores não-estruturados (e não agrícolas). Em 1990, 52% do mercado de trabalho do Brasil era informal, seis anos após, era 59,3% as percentagens no mesmo período. No México, esses valores eram, respectivamente, 55,5% e 60,2%³⁷ (OIT 1996 e 1998 *apud* Ouriques e Vieira, 1998: 7).

A Tabela 15 receberá maior atenção nos dois itens seguintes, quando será analisado a variação absoluta e relativa nos PFT dos 26 subsetores (IBGE/RAIS) da região sul catarinense no período de 1985/99. Quatro subsetores apresentam saldo negativo nos números de PFTs, sendo, três ligados à indústria³⁸ - extração mineral (demitiu 10.213 empregados, declínio de 74,11%); indústria de produtos minerais não metálicos (1.386 e 13,38%); indústria de calçados (5.160 e 85,18%). O relatório da OIT (1998) apresentou o seguinte panorama para o setor manufatureiro (industrial): perda de dinamismo nos países periféricos e pequena expansão nos países centrais do capitalismo.

As "instituições de crédito, seguros e capitalização"³⁹, foi o quarto subsetor a apresenta variação negativa no emprego. Essas instituições demitiram 1.155 funcionários e encolheram 39,17%; não se trata de uma particularidade da região e sim de algo que está ocorrendo no estado e no país. Segundo Espíndola (2000), a contração do número de PFT nesse subsetor é decorrente das "(...) transformações tecnológicas, pelas privatizações, pela centralização, pela

³⁶ Registrou no mesmo período variação de 36,11% e o Brasil 21,96% (Tabelas 12 e 6).

³⁷ Apesar de tendência de queda no contingente de PFT em relação à PEA, Santa Catarina e o Brasil apresentam melhor representação em, respectivamente 39,69% e 34,28%; 36,83% 29,59% (Tabelas 12 e 6).

³⁸ O que no momento estamos denominando "indústria" é classificado pelo IBGE de "grande setor indústria", classificação essa adotada pelo RAIS-CAGED.

³⁹ O setor serviços - classificado pelo IBGE como "grande setor de serviços - que inclui também esse subsetor, é o setor que tem apresentado maior dinamismo na abertura de novos PFT, em todo o mundo. (OIT, 1998). Mas as "instituições de crédito, seguros e capitalização" têm sido a exceção da regra.

terceirização e pela redução de crédito” (Espíndola, Síntese das variações setoriais nas microregiões, 2000: 4).

Tabela 15 - Variação absoluta e relativa dos PFT no Sul Catarinense entre 1985 e 1999

Subsetores	1985	1999	Absoluto	Relativo
Extrativa Mineral	13.781	3.568	-10.213	-74,11
Indústria de Produtos Minerais não Metálicos	10.359	8.973	-1.386	-13,38
Indústria Metalúrgica	1.550	2.614	1.064	68,65
Indústria Mecânica	1.216	1.489	273	22,45
Indústria do Material Elétrico e de Comunicações	23	219	196	852,17
Indústria do Material de Transporte	188	406	218	115,96
Indústria da Madeira e do Mobiliário	2.404	5.907	3.503	145,72
Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	368	854	486	132,07
Ind. da Borracha, Fumo, Couros, Peles, Similares, Ind. Diversas	725	1.077	352	48,55
Ind. Química de Produtos Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria, ...	1.958	6.458	4.500	229,83
Indústria Têxtil do Vestuário e Artefatos de Tecidos	2.966	11.235	8.269	278,79
Indústria de Calçados	6.058	898	-5.160	-85,18
Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e álcool Etilico	2.717	3.781	1.064	39,16
Serviços Industriais de Utilidade Pública	2.050	2.230	180	8,78
Construção Civil	2.042	3.987	1.945	95,25
Comércio Varejista	10.472	21.427	10.955	104,61
Comércio Atacadista	1.594	2.900	1.306	81,93
Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização	2.949	1.794	-1.155	-39,17
Com. e Administração de Imóveis, Valores Mobiliários, Serv. Técnico...	4.095	5.910	1.815	44,32
Transportes e Comunicações	4.116	5.858	1.742	42,32
Serv. de Alojamento, Alimentação, Reparação, Manutenção, Redação, R...	6.767	8.766	1.999	29,54
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	1.913	3.052	1.139	59,54
Ensino	291	4.218	3.927	1349,48
Administração Pública Direta e Autárquica	7.147	11.971	4.824	67,50
Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extrativismo Vegetal...	968	1.787	819	84,61
Outros / Ignorado	87	5	-82	-94,25
Total	88.804	121.384	32.580	36,69

Fonte: RAIS, 1985 e 1999.

Elaboração: próprio autor.

Em 21 subsectores houve ampliação no contingente de trabalhadores com destaque para os subsectores de comércio varejista, que gerou 10.955 empregos, crescendo 104,61%; "indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos" (8.269 e 278,79%); administração pública direta e autárquica (4824 e 67,50%); indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários,

perfumaria,...(4.500 e 229,83%); ensino (3.927 e 1349,48%); indústria de madeira e do mobiliário (3.503 e 145,72%) etc.

Tabela 16 - Representação por Subsetores dos PFT do Sul Catarinense em relação ao Estado

Subsetores	1985	1999
	%	%
Extrativa Mineral	93,22	69,09
Indústria de Produtos Minerais não Metálicos	45,06	40,55
Indústria Metalúrgica	7,07	8,77
Indústria Mecânica	6,16	6,88
Indústria do Material Elétrico e de Comunicações	0,31	2,30
Indústria do Material de Transporte	4,04	5,68
Indústria da Madeira e do Mobiliário	4,26	9,85
Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	2,69	4,94
Ind. da Borracha, Fumo, Couros, Peles, Similares, Ind. Diversas	10,51	18,07
Ind. Química de Produtos Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria, ...	13,68	27,99
Indústria Têxtil do Vestuário e Artefatos de Tecidos	4,16	12,28
Indústria de Calçados	58,24	27,85
Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e álcool Etílico	7,43	6,74
Serviços Industriais de Utilidade Pública	15,92	19,09
Construção Civil	16,16	11,49
Comércio Varejista	13,61	15,53
Comércio Atacadista	10,13	11,83
Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização	10,53	10,67
Com. e Administração de Imóveis, Valores Mobiliários, Serv. Técnico...	9,91	8,63
Transportes e Comunicações	15,71	13,01
Serv. de Alojamento, Alimentação, Reparação, Manutenção, Redação, R...	10,36	10,64
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	17,45	12,79
Ensino	9,52	15,35
Administração Pública Direta e Autárquica	5,32	7,67
Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extrativismo Vegetal...	7,52	5,88
Outros / Ignorado	4,28	9,43
Total	11,94	12,00

Fonte: RAIS, 1985 e 1999.

Elaboração: próprio autor.

A Tabela 16 apresenta quanto o emprego formal da região representa em relação ao estado⁴⁰. De 1985 a 1999, em 16 subtores aumentou a representação da região sul. Isso significa dizer que em 16 subsetores o crescimento no MFT da região foi maior que no estado ou as demissões foram menores que as apresentadas em Santa Catarina. Gostaríamos de destacar a

⁴⁰ Exemplificando: em 1985 o subsetor extrativo mineral catarinense era responsável por 14.784 empregos, desses 93,22% (13.781 empregos) estavam distribuídos entre as minas do sul do estado (Tabelas 15 e 16).

"indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria..." que em 1985, representava 13,68% do emprego do subsetor no estado, e em 1999 passou para 27,99%.

Em cinco subsetores, declinou a representação da região em relação a Santa Catarina, portanto, nesses, houve queda mais intensa nas demissões que no estado ou apresentam potencial de crescimento menor. Em 1985, o sul representava 11,94% do MFT do estado, em 1999 ocorreu um pequeno aumento, passando para 12% (Tabela 16).

Tabela 17 - Variação absoluta e relativa do número de empresas em operação no Sul Catarinense entre 1985 e 1999

Subsetores	1985	1999	Absoluto	Relativo
Extrativa Mineral	76	104	28	36,84
Indústria de Produtos Minerais não Metálicos	233	443	210	90,13
Indústria Metalúrgica	65	275	210	323,08
Indústria Mecânica	41	109	68	165,85
Indústria do Material Elétrico e de Comunicações	4	37	33	825,00
Indústria do Material de Transporte	15	43	28	186,67
Indústria da Madeira e do Mobiliário	305	580	275	90,16
Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	42	127	85	202,38
Ind. da Borracha, Fumo, Couros, Peles, Similares, Ind. Diversas	64	109	45	70,31
Ind. Química de Produtos Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria, ...	33	202	169	512,12
Indústria Têxtil do Vestuário e Artefatos de Tecidos	187	861	674	360,43
Indústria de Calçados	62	64	2	3,23
Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e álcool Etílico	203	446	243	119,70
Serviços Industriais de Utilidade Pública	33	71	38	115,15
Construção Civil	79	631	552	698,73
Comércio Varejista	1.706	5.378	3672	215,24
Comércio Atacadista	209	603	394	188,52
Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização	115	198	83	72,17
Com. e Administração de Imóveis, Valores Mobiliários, Serv. Técnico...	431	1.110	679	157,54
Transportes e Comunicações	286	700	414	144,76
Serv. de Alojamento, Alimentação, Reparação, Manutenção, Redação, R...	885	1.586	701	79,21
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	130	488	358	275,38
Ensino	20	224	204	1020,00
Administração Pública Direta e Autárquica	62	89	27	43,55
Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extrativismo Vegetal...	62	314	252	406,45
Outros / Ignorado	20	1	-19	-95,00
Total	5.368	14.793	9425	175,58

Fonte: RAIS, 1985 e 1999.

Elaboração: próprio autor.

A Tabela 17 mostra o número de empresas em operação na região por subsetor em 1985 e em 1999 e a variação absoluta e relativa durante o período (1985-99). Em 1985 funcionavam na região 5.369 empresas, distribuídas entre os 26 subsetores. O comércio varejista concentrava 31,78% dos empreendimentos. Em 1999, funcionavam 14.793 empreendimentos e a representação do comércio varejista ampliou-se para 36,35%.

No período de 1985/99, o saldo no número de empresa foi de 9.425, crescimento de 175,58%. Só no comércio varejista foram abertos 3.672 novos estabelecimentos (ampliação de 215,24%), representando 38,936% do saldo no número de novas empresas, que surgiram no período na região (Tabela 17).

O comportamento do MFT, por faixa etária na região no período, apresentou o seguinte comportamento em 1985: 50,96% dos PFT estavam concentrados na faixa etária de 18 a 29 anos. Olhando para o penúltimo ano da década de 90 a representação nessa faixa etária declina para 39,97% dos PFT (Tabela 18).

Tabela 18 - Distribuição dos PFT por faixa etária na Região Sul Catarinense

	1985		1999	
	Absoluto	%	Absoluto	%
De 10 a 14 Anos	545	0,61	32	0,03
De 15 a 17 Anos	4.251	4,79	3.766	3,1
De 18 a 24 Anos	26.858	30,24	28.523	23,5
De 25 a 29 Anos	18.402	20,72	19.997	16,47
De 30 a 39 Anos	23.957	26,98	38.619	31,82
De 40 a 49 Anos	10.219	11,51	21.999	18,12
De 50 a 64 Anos	4.019	4,53	8.132	6,7
De 65 Anos e Mais	139	0,16	301	0,25
Ignorado	414	0,47	15	0,01
Total	88.804	100	121.384	100

Fonte: RAIS 1985 e 1999.

Elaboração: próprio autor

Enquanto está diminuindo a concentração na faixa etária dos 18 a 29 anos e também entre 10 a 17 anos, ocorre o inverso entre os de 30 a 64 anos. O mesmo é válido para o Estado de Santa Catarina, mudando apenas a intensidade⁴¹ (Tabela 18).

Não iremos nos deter nesse ponto, já que não é objetivo deste trabalho, vários são os motivos que colaboram para heterogeneidade nos PFT por faixa etária:

- O aumento da idade mínima para requerer aposentadoria, assim como de tempo de trabalho para ter direito a esse benefício;

- A redução do número de trabalhadores no setor público eleva o contingente com mais idade, já que esses se aposentavam mais cedo;
- O achatamento dos salários obriga os trabalhadores a permanecerem por mais tempo na ativa; muitos que estão aposentados ingressam novamente na labuta, para evitar declínio no padrão de vida;
- Os trabalhadores estão entrando mais tarde no mercado de trabalho devido à exigência por maior escolaridade.

No período em estudo (1985-99), observamos um crescimento “desproporcional” dos PFT em estabelecimento com até 19 funcionários – microempresas. Enquanto o crescimento acumulado do MFT na região foi de 36,68% e nas microempresas foi de 49,25%⁴² (tabela 19).

Em 1985 existia uma certa homogeneidade na representação por tamanho de estabelecimento. As microempresas eram responsáveis por 20,08% dos PFT, as médias empresas que possuíam de 100 a 499 funcionários, apresentavam a menor representação, por 29,87%, e as grandes empresas, acima de 500 empregados – 25,18% (Tabela 19).

Ao analisarmos os dados para o ano de 1999, percebemos uma alteração nos extremos. As grandes empresas passam a empregar apenas 10,68% dos trabalhadores e as micros 36,61% (Tabela 19). Supomos que o avanço tecnológico do chão-de-fábrica até a administração, a terceirização e nova organização do trabalho possibilitaram a redução do contingente de trabalhadores nas grandes empresas. Ocorreu o inverso nas microempresas⁴³: a terceirização de tarefas (transferência de parte do processo produtivo das grandes e médias empresas para PMES) e o crescimento da demanda por serviços têm possibilitado o surgimento de novas microempresas. Soma-se a isso o sonho de ser dono do próprio negócio, muito bem trabalhado com a exaltação do empreendedor. Mas, para melhor fundamentar essa informação, necessitaríamos de uma análise mais profunda do assunto.

Uma característica do mercado de trabalho da América Latina é o grande peso das micros e pequenas empresas. Geralmente os trabalhadores dessas empresas ganham menos que os trabalhadores das grandes empresas, além de apenas uma pequena parcela desse empregos

⁴¹ Em 1985 os trabalhadores com 18 a 39 anos representavam 74,72 % dos ocupados no MFT de Santa Catarina e 71,75% no Brasil. Para o período seguinte, houve uma redução para 70,9% em Santa Catarina e 66,57% no Brasil (Anexos 3 e 4).

⁴² A metodologia utilizada pelo SEBRAE para classificar tamanho ou porte das empresas é diferenciada por tipo de atividade ou ramo (indústria, comércio e serviço). Para facilitar, a análise, consideramos todas as empresas existentes no Brasil, Santa Catarina e Sul Catarinense como sendo indústrias. Nessas classificações obedece a seguinte ordem: microempresas de 0 a 19 funcionários, pequena empresa de 20 a 99 funcionários, média empresa de 100 a 499 e grande empresa com mais de 500 funcionários (SEBRAE Florianópolis/SC).

⁴³ Com a globalização, as empresas menores passaram a contar com as seguintes vantagens: menor custo fixo (as grandes corporações apresentam “um aparato de sedes corporativas inchadas e gerentes de nível médio desnecessários”); redução dos custos com transportes, possibilitou acesso a outros mercados; o desenvolvimento tecnológico permitiu a democratização das informações básicas (Micklethwait & Wooldridge, 2001: 101-110).

serem formais (em todo o mundo a informalidade é maior entre os trabalhadores das PMES) (OIT, 1998: 24).

Na região sul, assim como no Brasil e Santa Catarina, podemos também constatar o crescimento do emprego nas microempresas e o declínio nas grandes empresas⁴⁴.

Tabela 19 - Distribuição dos PFT por Tamanho das Empresas na Região Sul Catarinense

	1985		1999	
	Absoluto	%	Absoluto	%
De 0 à 19 empregados	17.830	20,08	44.443	36,61
De 20 à 99 empregados	22.092	24,88	32.842	27,06
De 100 à 499 empregados	26.524	29,87	31.138	25,65
Acima de 500 empregados	22.358	25,18	12.961	10,68
Total	88.804	100	121.384	100

Fonte: RAIS 1985 e 1999.

Elaboração: próprio autor

Analisando o nível de escolaridade dos trabalhadores da região por, constata-se que, segue a mesma tendência do MFT mundial e nacional. E a cada ano que passa, aumenta o peso dos trabalhadores com maior grau de instrução no MFT.

Na região sul catarinense, em 1985, os trabalhadores analfabetos representavam 1,29% do total, se somarmos com os indivíduos com menos de três anos de estudo - analfabetos funcionais - sobe para 12,69%. Na parte "superior" da pirâmide - os trabalhadores com curso superior completo - temos 3,89% dos PFT, se agregarmos a esses os que tinham superior incompleto a representação passa para 6,24%⁴⁵ (Tabela 20).

O grau de escolaridade com maior representação era entre os trabalhadores que possuíam a 4^o série primária completa 27,72% e em seguida vem os com 8^o série incompleta 17,12% (Tabela 20).

Já em 1999, ocorre uma alteração nessa composição, os analfabetos representam 1%, os analfabetos funcionais passam para 6,19% - menos da metade do apresentado no período anterior. Os trabalhadores com superior completo eram 6,61% e os com mais de 11 anos de estudo, 9,49% (Tabela 20).

⁴⁴ Em 1985 as microempresas de SC eram responsáveis por 18,51% dos PFT e as grandes empresas por 35,53%. No Brasil, as percentagens eram 17,21% (microempresas) e 40,53% (grandes empresas). Para 1999, as microempresas de SC empregavam 31,55% dos trabalhadores formais e as grandes 25,91% no Brasil. As percentagens eram, respectivamente, 26,38% e 33,84% (Anexos 5 e 6).

⁴⁵ Na metodologia do ICV - Índice de Condições de Vida (elaborada pela Fundação João Pinheiro /MG). Um dos itens para medir indicador social da educação é indivíduos com mais de 11 anos de estudos - superior completo e incompleto.

O nível de escolaridade que emprega maior percentagem de trabalhadores era os que possuíam a 8^o série completo, representando 22,85%, 8^o série incompleta 18,77%⁴⁶ (tabela 20).

Tabela 20 - Distribuição dos PFT por Nível de Escolaridade na Região Sul Catarinense

	1985		1999	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Analfabeto	1.142	1,29	1.213	1
4 ^a Série Incompleta	10.122	11,4	6.304	5,19
4 ^a Série Completa	24.619	27,72	18.608	15,33
8 ^a Série Incompleta	15.200	17,12	22.783	18,77
8 ^a Série Completa	14.579	16,42	27.732	22,85
2 ^o Grau Incompleto	5.951	6,7	11.843	9,76
2 ^o Grau Completo	9.162	10,32	21.384	17,62
Superior Incompleto	2.088	2,35	3.495	2,88
Superior Completo	3.453	3,89	8.022	6,61
Ignorado	2.488	2,8	—	—
Total	88.804	100	121.384	100

Fonte: RAIS 1985 e 1999.

Elaboração: próprio autor

Os trabalhadores da região sul catarinense recebiam em média 2,74 salários mínimos em 1985, equivalente a 89,54% da remuneração dos catarinense e 74,25% dos brasileiros (Anexos 9, 10 e 11).

Em 1999, a diferença salarial da região em relação à remuneração média do Brasil e Santa Catarina ampliou-se ainda mais. Os trabalhadores da região recebiam 3,63 salários mínimos equivalente a 81,20% da média catarinense e 70,89% da brasileira⁴⁷ (Anexos 9, 10 e 11).

A partir de meados do século passado, tem se ampliado a participação feminina no mercado de trabalho, os fatores que contribuíram para inserir maior contingente de mulheres

⁴⁶ Em 1985, em SC 11,95% dos trabalhadores eram analfabetos funcionais (na região sul eram 12,69%). Os trabalhadores com mais de 11 anos de estudo representavam 7,67% (na região era 6,24%). Os números para o Brasil eram, respectivamente, 17,07% e 12,69%. Em 1999, os analfabetos funcionais no MFT de Santa Catarina representavam 5,53% (região 6,19%), e os com mais de 11 anos de escolaridade 13,54%. As percentagens brasileira para esses dados era 9,81% e 15,90% (Anexos 7 e 8).

⁴⁷ A média salarial brasileira e catarinense era, em 1985, maior que da região em 34,67% e 11,67%. Para 1999 os números são, respectivamente, 41,04% e 11,67% maior que a remuneração da região sul catarinense (Anexos 9, 10 e 11).

no mercado de trabalho são: 1) nos anos 60 o movimento feminista⁴⁸ inicia-se nos E.U.A. e posteriormente se espalha para todo o Ocidente, abrindo espaço para as mulheres ingressarem no mercado de trabalho; 2) com a crise dos anos 70, o trabalho feminino torna-se atrativo ao capital, já que elas ganham menos. "As mulheres ganham o equivalente a 64% do salário dos homens no Brasil. De modo geral, quanto maior a escolaridade, maior a diferença salarial entre homens e mulheres na mesma ocupação. (...) Projeções do IPEA indicam que daqui a 30 anos não haverá mais discriminação salarial contra elas" (Corrêa & Peixoto, 2001: 38-39).

Além da discriminação salarial, elas também são vítimas da discriminação dentro das empresas. Em todo o mundo o trabalho com "(...) poder de decisão e impacto na operação, apenas 6,2% são ocupados por mulheres (idem).

Na região sul catarinense, de 1985 a 1999, observou-se o crescimento da participação das mulheres na composição dos PFT, a crise no subsetor extrativo mineral contribuiu para o crescimento da representação das mulheres no emprego formal, já que esse subsetor era caracterizado pela forte presença masculina. No início do período (1985), 26,86% das vagas do MFT eram ocupadas pelas mulheres, no último ano do período a representação feminina passou para 36,84%. Em 1985, as mulheres eram maioria em três subsetores, 15 anos depois cinco subsetores tornaram "feminizados"⁴⁹ (Gráfico 1).

Mesmo com a redução da diferença salarial entre gênero, que vem ocorrendo nos últimos anos em todo o mundo, elas ainda são menos remuneradas em relação aos homens, até mesmos nos países desenvolvidos entre trabalhadores que possuem nível superior completo existem essas diferenças salariais entre gênero.

Na região em 1985, as mulheres ganhavam em média 53,99% do salário dos homens. Se usarmos o salário feminino como referência, os homens ganhavam 85,20% a mais que as mulheres⁵⁰.

Em 1999, a diferença entre gênero ainda era grande, mas em menor amplitude que a apresentada em 1985. As mulheres tinham vencimentos igual a 69,85% dos homens ou os

⁴⁸ "O movimento feminista surgiu nos E. U. A., na segunda metade dos anos 60. Logo expandiu-se pelos países do Ocidente, propugnando a libertação da mulher e não apenas a emancipação. (...) emancipar-se é equiparar-se ao homem em direitos jurídicos, políticos e econômicos corresponde à busca de igualdade" (Betto, 2001).

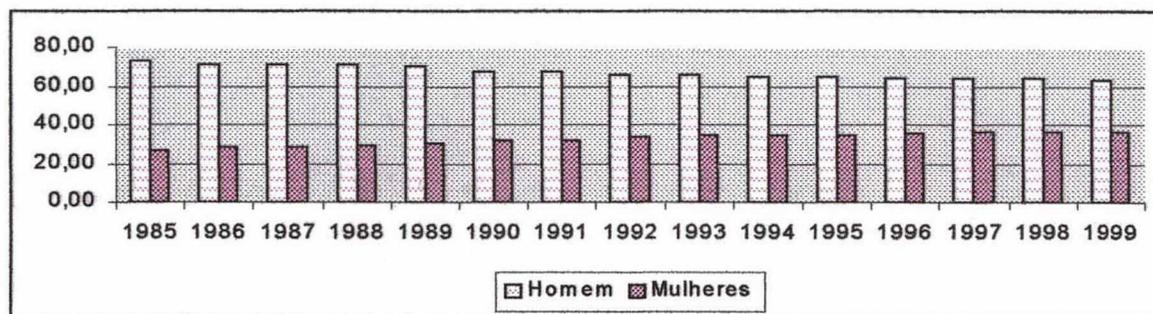
⁴⁹ No estado e no Brasil em 1985, a feminização dos PFT era maior que a região a percentagem, segundo a ordem do espaço geográfico citado, era 33,03% e 32,36%, contra 26,86% da região. No decorrer do período houve um processo de ampliação da feminização do trabalho no sul catarinense. Em 1999, tanto no Estado como no Brasil a participação continua sendo maior que a da região, mas as diferenças são bem menores: 39,15% no Brasil, contra 36,84% da região sul catarinense (Anexos 9, 10 e 11).

⁵⁰ A diferença salarial entre gênero na região é maior que a de Santa Catarina. No Estado, as mulheres ganhavam 71,30% dos salários dos homens ou os homens recebiam 40,24% a mais que as mulheres. Os números para o Brasil eram, respectivamente, 68,12% e 46,78% (anexos 9, 10 e 11).

homens recebiam salários 43,15% maior que os das mulheres. Em Santa Catarina e no Brasil também ocorreu redução entre a diferença salarial entre gênero⁵¹. Na região sul catarinense manteve-se a diferença salarial maior que a apresentada por Santa Catarina e Brasil (Anexos 9, 10 e 11).

Mesmo nos subsetores em que o contingente feminino é maior que o masculino, as mulheres recebem menos - no caso - pelo mesmo serviço prestado (OIT, 1998).

Gráfico 1 - Percentagem dos PFT da Região Sul Catarinense de 1985 à 1999 por gênero



Fonte: RAIS.

Elaboração: Próprio autor.

4.2 - Subsetores que apresentavam desempenho negativo no MFT de 1985/99

4.2.1 - Extrativo Mineral

Santos (1995) descreve um século da formação econômica do sul de SC, enfocando o subsetor extrativo mineral (gênese - crescimento - crise), como a locomotiva da economia local e base de acumulação para o florescimento de outras atividades. No período em que estava em "alta" a atividade extrativa mineral, as demais atividades estavam dando os primeiros passos e/ou desempenhando papel de coadjuvantes na economia local. Mas, com a crise do carvão, essas passam a ser a base da sustentação da economia da região.

Segundo Santos (1995), de 1975/85, o subsetor extrativo mineral atravessou um período de "crescimento acelerado"⁵² e de 1985/94, um período de crise e rendimensionamento do setor carbonífero.

Em 1985, o subsetor extrativo mineral era responsável por 13.781 PFT, representando 15,52% do MFT da região sul catarinense e 93,22% da ocupação do setor no estado (Anexo e Tabela 16).

⁵¹ Em 1999, em SC as mulheres recebiam 76,93% dos salários dos homens ou os homens recebiam 29,97% a mais que as mulheres. Os percentuais para o Brasil foram, respectivamente, 81,66% e 22,44% (Anexos 10 e 11).

⁵² Crise do petróleo nos anos 70 o governo investiu pesado no setor energético nacional para fugir do efeito na economia nacional

No período, funcionavam na região 76 empresas ligadas ao subsetor (Tabela 17)⁵³. A Tabela 21 mostra que, em 1985, em Santa Catarina, foram produzidas 19.271.430 toneladas (ton.) de carvão. Santos (1995), mostra que neste ano, 12 empresas de extração de carvão mineral da região foram responsáveis pela produção ou extração de 12.294.996 ton. de carvão (Santos, 72).

Tabela 21 - Volume de Produção de carvão em toneladas em Santa Catarina de 1985 a 1999

Ano	Produção (ton.)	Índice
1985	19.271.430	100
1986	17.272.775	89,63
1987	13.837.115	71,80
1988	16.619.013	86,24
1989	13.874.378	71,99
1990	7.705.952	39,99
1991	8.029.063	41,66
1992	5.614.312	29,13
1993	6.240.417	32,38
1994	5.653.471	29,34
1995	5.966.444	30,96
1996	3.803.235	19,74
1997	4.170.291	21,64
1998	4.833.659	25,08
1999	7.760.305	40,27

Fonte: Anuário Mineral Brasileiro (Vários anos) e Anuário Estatística de SC, 1997.

Elaboração: próprio autor.

A presença masculina no subsetor (98,14%), enquanto a média do MFT da região (73,14%). Deve-se à natureza da atividade mineral, que demanda grande esforço físico, além da insalubridade e periculosidade (Anexo 12).

Mesmo 54,20% das vagas do subsetor sendo ocupadas por indivíduos que possuíam até 4^o série primária (Anexo 16), a remuneração média era de 3,88 salários mínimos, maior que a média do conjunto de atividades da região, que era de 2,74 salários mínimos (Anexo 14).

A trajetória dos PFT no setor extrativo mineral de 1985 a 1999 foi marcado por um grande declínio. Ao observar o **Gráfico 2**, constatamos a existência de dois subperíodos que descrevem a variação dos PFT na região.

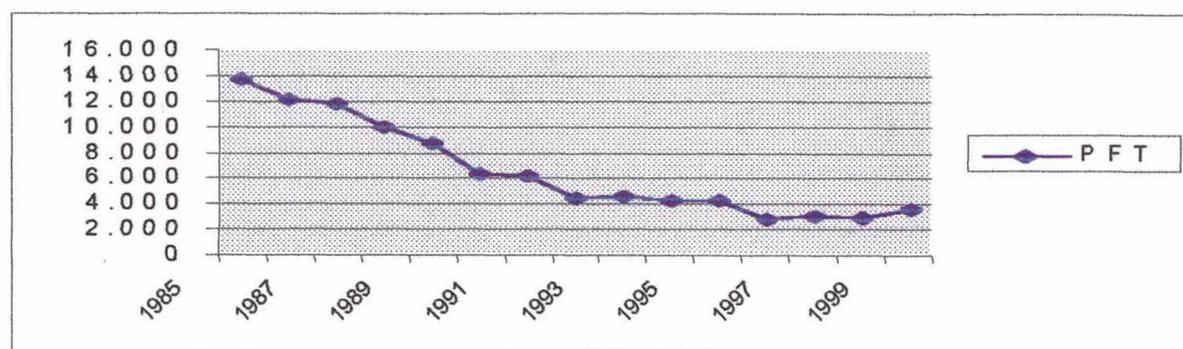
O primeiro subperíodo, de 1985 a 1992, apresenta um quadro de declínio constante. Nesses sete anos, foram eliminados 9.385 empregos no subsetor (Anexo 1). Mas o

⁵³ Lembrando que esse subsetor, segundo a divisão CNAE-95, está dividido em 14 classes ou ramos de atividade, a extração de carvão mineral está incluída entre as 14 (RAIS-CD).

comportamento do volume de produção de carvão em Santa Catarina também apresentou resultado negativo (Tabela 21 e Gráfico 2).

Santos (1995) cita alguns fatores que contribuíram direta ou indiretamente para a crise do subsetor na segunda metade dos anos 80 e na década de 90: retirada de subsídios, ausência de política para o subsetor e qualidade do carvão catarinense inferior ao da Colômbia, Polônia, Estados Unidos e Alemanha. A combinação desses fatores, mais a abertura à importação no Governo Collor resultaram na redução do consumo do carvão catarinense pelas siderúrgicas, que deixaram de consumir o carvão metalúrgico nacional. Em 1991, 100% desses consumidores já estavam importando (Santos, 1995: 59-62).

Gráfico 2 - Número de PFT sobsetor extrativo mineral no Sul de Santa Catarina de 1985 a 1999



Fonte: RAIS.

Elaboração: Próprio autor

A crise na atividade carbonífera na segunda metade dos anos 80 marcou o início do fim da hegemonia da atividade extrativa mineral na economia da região, associado à retirada dos subsídios, ausência de política para o subsetor e a baixa qualidade do carvão catarinense - comparado ao produzido na Colômbia, Polônia, EUA e Alemanha (Santos, 1995: 62).

O crescimento da produção em 1988 não significou a sinalização da recuperação da produção, mas a volta do funcionamento das mineradoras CBCA e "Barro Branco", que tendo solucionado o problema da falência e a recuperação dos preços, que alcançaram nesse ano entre 30 a 40 dólares, voltaram a produzir (Santos, 1995: 67; Tabela 21).

Ao perceberem que a queda no volume da produção de carvão e, conseqüentemente, no número de PFT, entre 1985/87 não era uma simples queda no ritmo de atividade, mas início de uma crise no subsetor, as empresas carbonífera se organizam para defender seus interesses.

O editorial do Diário Catarinense de 03/01/87 defende a proposta de construção de pequenas termelétricas na região, com potencial de gerar até 60 megawatts, como alternativa para manter o nível da produção do carvão da região⁵⁴ (Santos, 1995: 79-80).

Capitaneada pela FIESC, em 1988, é constituída uma “comissão estadual do carvão mineral”, que após estudar a crise no subsetor recomenda ações para amenizar a crise. Apontando duas alternativas emergências no curto prazo: a) aumentar as compras da Eletrosul de 75 mil ton/mês para 160 ton/mês (o excedente do consumo da Eletrosul ficaria nos estoques da empresa); b) "garantia da compra do carvão metalúrgico produzido na região carbonífera num volume equivalente a 6-7% do total utilizado anualmente pelo país, que é cerca de 10 milhões de toneladas” (Santos, 1995: 78)

A solução apontada para a crise do setor (mesma comissão) no longo prazo seria a possibilidade de diversificar os consumidores viabilizando o “(...) uso do carvão catarinense na secagem de grão nas estufas de fumo ou na produção de cerâmica vermelha” (Santos, 78).

Mas, para Santos (1995), a saída mais viável seria o aprofundamento da diversificação das atividades econômicas na região (Santos, 1995: 78).

Se não bastassem esses problemas, em 1990, as medidas adotadas pelo governo federal iriam aprofundar ainda mais a crise do subsetor: “Com a liberação do comércio, as siderúrgicas passaram a importar todo o carvão metalúrgico que consomem, tirando 50% do faturamento das mineradoras nacionais” (Santos, 1995: 64-65). A liberação do comércio tornou as termelétricas da Eletrosul responsáveis por 90% do consumo da produção da região (Nogueira, 1998: 34).

O segundo subperíodo de 1993/99 é caracterizado por um ano de crescimento no número de PFT e outro de declínio no nível de emprego no subsetor, alcançando uma variação no final do período de menos 1.031 PFT (Anexo 1).

O comportamento do volume de produção apresentou característica diferente. Em 1993, há um crescimento da produção, se comparada ao ano anterior: “(...) deveu-se a um aumento nas compras realizadas pela Eletrosul, para consumo na usina termelétrica Jorge Lacerda “ (Santos, 1995: 70). No entanto, excluído esse fato, o volume da produção de 1992 e 1994 é praticamente igual ao de 1993.

Em 1995, há um pequeno crescimento, mas no ano seguinte ocorre uma queda de quase 40% da produção. De 1997/99, houve recuperação do volume de produção alcançando em 1999 volume próximo da produção de 1991 (Tabela 21).

⁵⁴ O presidente do SIECESC Sr. Fidelis Barato Filho, em 1995, ainda empunhava essa bandeira, argumentando que além de contribuir para resolver o problema do subsetor, ajudaria a despoluir a região – consumo mais próximo das minas e diminuir os estoque de carvão acumulado – e ajudaria a resolver o problema da crise energética nacional (Santos, 1995: 79-80).

O presidente da SIECESC, Sr Fidélis Barato Filho, em entrevista a Santos (05/05/95), mostrou-se otimista em relação ao subsetor: "(...) há três anos encontra-se estabilizado [a produção], (...) as expectativas são de crescimento, um pequeno crescimento" Segundo o Sr. Fidélis Barato Filho, com a conclusão da construção da unidade termelétrica Jorge Lacerda IV prevista para o final de 1995, mas que só ocorreu em 6 de fevereiro de 1997, as termelétricas passariam a consumir mais de 200 mil ton./mês de carvão. Na análise da Tabela 21, observamos que só em 1999, é que houve um salto na produção de carvão, dois anos após ser inaugurada (Santos, 1985: 85-87; AN.COM.BR/1997/RETRO).

Com a abertura desprogramada do subsetor no início do governo Collor, como já enfatizamos, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT), garantiu a "(...) estabilidade de emprego aos mineiros por dois anos". Isso representou um agravante da crise para as empresas mineradoras, que foram obrigadas a manter a produção, com redução de consumo, enquanto a volumosa parcela de produção não consumida foi destinada ao estoque (Nogueira, 1998: 34).

Em 1999, o subsetor extrativo mineral era responsável por 3.568 dos PFT representando apenas 2,94% do MFT da região (Anexo 1).

No último ano do período, 96,97% dos indivíduos ocupados no subsetor eram homens. Nos 14 anos cobertos por nossa pesquisa, houve um aumento de 1,17% da participação feminina no subsetor. Mesmo com forte contração do MFT, os trabalhadores do subsetor, recebiam em média 5,23 salários mínimos, enquanto a média salarial da região era de 3,63 salários mínimos (Anexos 12 e 14).

A permanência do patamar de remuneração acima da média da região, em período de crise no subsetor com a contração nos PFT provavelmente é devida à combatividade do sindicato dos mineiros; "recompensa" pelo grande esforço físico que a atividade demanda; ser uma atividade altamente prejudicial a saúde⁵⁵, baixa rotatividade dos trabalhadores durante o período⁵⁶, já que 72,87% dos trabalhadores na ativa em 1999, tinha de 30 a 40 anos. Portanto um "envelhecimento" dos mineiros, já que no primeiro ano de série, maior parte dos trabalhadores do subsetor possuíam entre 25 a 39 anos (anexo 13).

Por último, a manutenção da remuneração pode esta associada ao crescimento do grau de instrução dos trabalhadores do subsetor. No início, predominavam indivíduos que possuíam até a 4^o série, no último ano do período, o predomínio se deslocou para os que possuem entre a 4^o

⁵⁵ No bairro Sangão 1/3 dos trabalhadores ligados ao setor estava afastado da atividade por problemas de invalidez (Milioli, 1993: 47).

⁵⁶ A CLT impede redução salarial.

série completa e a 8^o série completa, com 60,71% dos trabalhadores dentro desse universo (Tabela 20).

A crise carbonífera e, conseqüentemente, para a economia da região, só não foi maior devido à especificidade do complexo termelétrico "(...) Jorge Lacerda foi projetado para consumir carvão nas características do carvão catarinense"⁵⁷ (Santos, 1995: 86), isso impediu a exposição do carvão catarinense à concorrência com o importado.

Para Santos (1995), o governo federal foi o maior responsável pela crise carbonífera "(...) ao retirar sem aviso prévio os subsídios". As empresas extrativas minerais da região nasceram e se desenvolveram sempre na sombra da proteção do estado, sem nunca serem desafiadas pela concorrência externa. Prova disso é a inexistência nas empresas de departamento de vendas e de custos (Santos, 1995: 68). "Todas as decisões estratégicas, operacionais e de mercado do carvão sempre foram tomadas pelo próprio governo" (Locatelli, 1991:10, apud Santos, 1995: 68).

Durante toda a descrição da crise no subsetor mineral, demos grande ênfase ao aspecto econômico e nenhuma atenção à problemática sócio-ambiental que é tão grave na região.

Milioli (1993), estudando o bairro operário de Sangão⁵⁸, em Criciúma, mostra que a política agressiva do governo federal, durante a ditadura militar, valorizando apenas o aspecto econômico, com objetivo de fugir da crise do petróleo nos anos 70, que surgiu no horizonte como uma grande ameaça ao projeto de tornar a economia brasileira uma potência, eleva a produção mineral. O governo incentivou a modernização das minas e, conseqüentemente multiplicou os problemas ambientais. Anteriormente, as minas produziam e poluíam menos, na extração "operavam com os sistemas de lavra manual e semi-mecanizado" (Milioli, 1993: 29).

A atividade de mineração foi importante para o desenvolvimento de muitas regiões, mas a forma de exploração adotada no sul catarinense tornou-se, posteriormente, um "mau - desenvolvimento" regional (Milioli, 1993: 29).

Os efeitos ambientais da atividade mineradora⁵⁹ para a região foram: efeitos sobre ar, água de superfície, solo, fauna e flora terrestres e aquáticas, água subterrânea, subsolo, visuais paisagísticos, sonoros e ambiente sócio-econômico (saúde⁶⁰...) (Milioli, 1993: 33).

A atividade mineradora, durante vários anos, foi fator de atração de grandes contingentes de trabalhadores da região sul catarinense para os municípios "mineiros". Com a crise no subsetor e os problemas ambientais tornou-se o motivo de expulsão da população da região. Na

⁵⁷ Declaração do Sr Fidelis Barato Filho apud Santos (1995).

⁵⁸ Hoje Sangão já é município.

⁵⁹ Ribeiro (1985) apud Santos (1995).

⁶⁰ Para 87,5% dos entrevistados por Milioli, "a principal conseqüência social da poluição são os problemas", causado à saúde (Milioli, 1993: 66).

pesquisa realizada por Milioli (1993), com os moradores do Bairro Sangão, 35% responderam que “não encontravam vantagem alguma em habitar no bairro”. O que impedia um grande deslocamento da população do bairro para fora da “região mineira” era a dificuldade de encontrar comprador para os imóveis⁶¹ (Milioli, 1993: 55).

O subsetor extrativo mineral em 1995 já não se encontrava mais em crise, após redimensionar “seu tamanho e o raio de alcance de seu produto”, quando existiam subsídios até para o transporte, o carvão sul catarinense era consumido até no nordeste do Brasil. Com a eliminação dos subsídios, o alcance máximo é o sul do estado de São Paulo. Com o “fim dos subsídios do transporte não permite que ele [carvão] vá mais longe” (Santos, 1995: 86).

Em 1999, funcionavam na região 104 empresas de extração mineral. De 1985/99, houve um saldo positivo de 28 empresas, um crescimento 36,84% (Tabela 17). O comportamento dos PFT no subsetor apresentou resultado inverso, foram destruídas 10.213 vagas, e houve uma contração de 74,11% (Tabela 15). Mesmo com a redução, a região era responsável por 69,09% do emprego do subsetor no estado (Tabela 16). O volume de produção declinou de 19.271.430 ton. em 1985 para 7.760.305, no último ano da série em estudo, uma redução de 59,73% (Tabela 21).

4.2.2 - Outros subsetores que no período apresentaram declínio no número de PFT

Após enfocarmos o subsetor extrativo mineral de 1985 a 1999, período esse em que houve a destruição de 10.213 empregos na região, comentaremos de forma resumida o que ocorreu com os outros três subsetores que também apresentaram saldo negativo no emprego formal na região sul catarinense (Tabela 15).

4.2.2.1 - Indústria de Calçados

Nos anos 60, surgiram os primeiros investimentos no subsetor calçadista, fruto da diversificação do capital na região. Nos anos 70, o subsetor conquistou o mercado internacional. A empresa Crisul⁶² foi pioneira na exportação, iniciando em 1971 as vendas para os EUA – toda a produção é vendida para o mercado externo (Santos, 1995: 129).

Os municípios de Sombrio, Araranguá, Nova Veneza e Criciúma formam o terceiro pólo calçadista do país⁶³, especializando-se em pedidos especiais para o mercado internacional, principalmente para os EUA, Canadá, Alemanha, França e Finlândia (Santos, 1995: 129).

⁶¹ Depoimentos de moradores do bairro a Milioli “não tem quem compre a casa e se não ficar onde estou não tenho para onde ir, já que a casa vale pouco” outro depoimento “ não consigo vender a casa caso contrário já tinha mudado definitivamente, pois a poluição está chegando na porta” (Milioli, 1993: 73).

⁶² Empresa possui três unidades na região com capacidade de produzir 60 mil pares de sapatos femininos por mês. (Santos, 1995: 129).

⁶³ O primeiro pólo o Vale do Rio dos Sinos/RS e o segundo Franca/ SP (Santos, 1995:129).

Durante os anos 80, o subsetor atravessou uma crise. O volume de produção só voltou alcançar plena capacidade de produção no último bimestre de 1993 (45 mil pares de sapatos/dia). Nesse mesmo ano, elevaram as exportações em 60% em relação ao mesmo período do ano anterior (Santos, 1995: 130).

As indústrias da região conseguiram recuperar a produção, graças a adequação ao mercado estadunidense – fabricando artigos populares, como sandálias, para enfrentar os produtores asiáticos. Em 1985, a média do preço do par de sapato era de US\$ 6,00, esse valor caiu para US\$ 3,30 em 1993. No Brasil, em média, os trabalhadores do subsetor trabalham 21 dias no mês com jornada de 8 horas e 41 minutos e salário mensal de 70 a 125 dólares. Na China, os trabalhadores do subsetor são mais explorados, trabalham 29 dias no mês com jornadas diárias de 12 horas, recebendo de 30 a 40 dólares mensais. A diferença nas condições de trabalho entre o Brasil e a China é a arma mais poderosa que os capitalistas do subsetor usam para convencer os trabalhadores, nos momentos de tensão entre o capital e o trabalho, que é impossível elevar os salários (Santos, 1995: 130-131).

Quando o subsetor começou a recuperar-se da crise dos anos 80 e da abertura comercial do governo Collor, surge o Plano Real com o câmbio super valorizado. Se o mercado de trabalho asiático já deixa o subsetor em situação de concorrência desigual, a elevação da taxa de câmbio aprofundou a crise nas indústrias de calçados da região que estavam respirando com dificuldades há quase uma década.

Em 1985, o subsetor era responsável por 6.058 PFT, representando 6,28% da MFT da região e 58,24% do subsetor no estado. Em 1999, funcionavam na região 64 empresas, duas a mais que no primeiro ano da série, houve crescimento de 3,23%. A indústria de calçados, no período de 1985/99, apresentou o segundo pior resultado no MFT da região; foram demitidos 5.160 funcionários, havendo uma contração de 85,18%. No último ano da série, o subsetor representava apenas 0,74% do emprego formal da região e 27,85% do subsetor em Santa Catarina (Anexo 1, Tabelas 15, 16 e 17).

4.2.2.2 - Indústria de produtos minerais não-metálicos

O subsetor “indústrias de produtos minerais não-metálicos” é composto por 12 classes (CNAE/95) de atividade. Dentre essas estão a de cerâmico (pisos e azulejos) e cerâmica vermelha (telhas, tijolos etc), e ambas possuem grande destaque na economia local.

Em 1985, as 233 empresas do subsetor eram responsáveis por 10.359 PFT no Sul de Santa Catarina, o que representava 45,06% do emprego do subsetor no Estado (Tabelas 15, 16 e 17).

A atividade cerâmica na região surge da diversificação da atividade extrativa mineral nos anos 40 com as cerâmicas: CESACA, Eliane e CEUSA; em 1966 surge a CECRISA. Nos anos 70, a atividade ganha novo fôlego com a política habitacional do governo militar. A criação do BNH foi responsável por grande impulso na atividade, levando a “região à condição de maior produtora de revestimento cerâmico do país (...) colocando o Brasil entre os três⁶⁴ principais produtores de pisos e azulejos do mundo” (Santos, 1995: 88-94).

A cerâmica vermelha tem origem há aproximadamente sete mil anos na China, Babilônia e Grécia Helênica. Em Santa Catarina, a atividade foi introduzida pelos açorianos, alemães e italianos. Em 1990, “(...) estima a existência de 742 empresas no estado que desempenham importante papel do ponto de vista sócio-econômico”, gerando aproximadamente 4.268 empregos diretos e 11.640 indiretos⁶⁵. A região sul catarinense representa 38,8% da atividade do estado (Santos, 1995: 134-135).

Em 1985, “indústria de produtos minerais não-metálicos” (lembrando que o subsetor era constituído por 12 ramos de atividade, com maior destaque para cerâmica, pisos e azulejos e cerâmica vermelha) era a terceira que mais empregava na região, sendo responsável por 10.359 PFT e 46,06% do subsetor em Santa Catarina. Os empregos estavam distribuídos em 233 empresas (Anexo 1, Tabelas 16 e 17).

Na década de 80, a atividade cerâmica atravessou dois momentos: no início da década, crise econômica nacional e dificuldade do governo em honrar os compromissos financeiros internacionais; no segundo momento, a partir de 1985, crescimento da produção acima de 10 % a.a.. Em 1988 crescimento, para fora, exportando 10% da produção para EUA, Canadá e Europa (Santos, 1995: 96).

A imprevista extinção do BNH e as medidas tomadas no governo Collor foram responsáveis pelo maior período de “crise do setor cerâmico”⁶⁶. Em 1990, a produção cerâmica declinou em 24% em 1991, as indústrias cerâmicas da região operavam com 60% de capacidade ociosa e nos três anos seguintes houve constante declínio na capacidade ociosa, que em 1994 era 12% (Santos, 1995: 97-98).

A indústria cerâmica da região em 1997, produziu 75 milhões de m² de produtos cerâmicos, 10 anos antes a produção era de 12 milhões de m². O número de empregados não acompanhou esse extraordinário crescimento na produção, girando em torno de 4,6 mil

⁶⁴ Os líderes mundiais em exportação de cerâmica são: Itália 49%, Espanha 23%, Brasil 5% os demais exportadores 23% (Santos, 1995: 105).

⁶⁵ 60% das empresas empregam de 11 a 20 funcionários, 9% mais de 20 funcionários e o restante menos de 10 funcionários (Santos, 1995: 135).

⁶⁶ Declaração Sr. Aldenir Lemos, presidente do sindicato das indústrias Cerâmicas (Santos, 1995: 96).

indivíduos, praticamente o mesmo número de 1987, isso devido ao pesado investimento em tecnologias e na qualificação dos funcionários (Nogueira, 1998: 36).

As indústrias cerâmicas são grandes dependentes de fontes energéticas que, além de contribuírem para elevar a qualidade, representa de 20 a 25 % do custo final do produto. O uso do gás natural constitui uma das maiores reivindicações das empresas cerâmicas, pois permite ao mesmo tempo, elevar a qualidade do produto e reduz os custos (Santos, 1995: 108-109)

A atividade cerâmica não depende do governo como comprador, mas é dependente do investimento público para “poder competir”. De 1977 a junho de 1994, 79,7% dos investimentos do BADESC na região de Criciúma foram canalizados para a atividade cerâmica, mas ainda é necessário muito investimento e trabalho para a indústria cerâmica atingir “uma posição mais sólida no mercado internacional” (Santos, 1995: 107-110).

Segundo os dados do SINDICERAM, as perspectivas para a atividade cerâmica no Brasil são otimistas, porque enquanto a média de consumo por habitante na Itália é de 5,22m², em Portugal 4,25m², no Brasil é de 1,9m². Isso mostra que há possibilidade real de aumentar o consumo de produtos cerâmicos no país (Nogueira, 1998: 36-38).

Santos (1995) apresenta várias ações para fortalecer a atividade cerâmica vermelha: “regularização da atividade extrativa de lenha e da argila⁶⁷ regularização trabalhista, adoção de normas técnicas, capacitação e técnica com profissionalização gerencial, estudos de alternativas e otimização, energética estudo técnico das matérias-primas e dos impactos ambientais, intercâmbio técnico e científico entre as empresas, as escolas, as universidades entre outras” (Santos, 1995: 137-138).

De 1985 a 1999 foram destruídas 1.386 vagas na “indústria de produtos minerais não-metálicos”, no sul de Santa Catarina, um declínio de 13,38%. No mesmo período foram abertas 210 novas empresas, um crescimento de 90,13%. (Tabelas 15 e 17). A queda nos postos de trabalho no subsetor em questão parece estar associada ao chamado processo de reestruturação produtiva e tecnológica em curso na indústria cerâmica (Ouriques e Vieira, 1998: 16).

4.2.2.3 - Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização

Em 1985, as instituições financeiras da região eram responsáveis por 2.949 empregos, representando 3,23% dos PFT da região e 10,53% do emprego do subsetor no estado. Esses empregos estavam distribuídos em 115 instituições financeiras (Anexos 1 e Tabelas 16 e 17).

De 1985 a 1999, foram extintos 1.155 PFT, restando apenas 1.794 em 1999, o declínio, nesse período foi de 39,17%. Em 1999, o subsetor representava apenas 1,48% do MFT da região

⁶⁷ De 1988/90 foram investidos pelo BADESC nas empresas cerâmicas apenas US\$46.129 (Santos, 1995: 102).

sul catarinense. O emprego formal nas instituições financeiras da região representava 10,67% do subsetor no estado. Em 1999, funcionavam na região 198 instituições financeiras. De 1985/99 houve um saldo positivo de 83 instituições, ocorrendo um crescimento de 72,17% (Anexo 1, Tabelas 15,16 e 17).

A contração do mercado de trabalho nas instituições financeiras está ligada ao processo de reestruturação das empresas: redução dos custos operacionais, fechamento de agências, automatização das atividades internas e do atendimento ao público, diversificação de produtos, seleção de clientes e cobrança por serviços: trata-se da “passagem de um período de acumulação extensiva para outro de acumulação intensiva (seleção de clientes e vendas de serviços exclusivos e mais caros), permitiu aumentar tanto a produtividade quanto a intensidade do trabalho” (Ouriques e Vieira, 1998: 20).

Silva (1999), estudando o Banco Bradesco, enfocou a flexibilização no trabalho dos bancários e as estratégias sindicais para enfrentar as transformações no sistema capitalista internacional a partir dos anos 70, levando à ampliação da concentração, centralização do capital e crescimento do desemprego. A estratégia adotada pelas instituições financeiras e, em especial, pelos bancos foram fusões, “mudanças tecnológicas, organizacionais e institucionais”⁶⁸. Essas estratégias, têm sido as grandes responsáveis pela demissões nas instituições financeiras no Brasil na década de 80 e 90, o que não foi diferente no sul catarinense de 1985 a 1999. Portanto, não se trata de um fenômeno regional mas nacional.

4.3 Subsetores que Geraram Emprego

Após o estudo dos subsectores em que houve declínio no emprego formal de 1985 à 1999, no Sul Catarinense, serão analisaremos os subsectores que apresentaram expansão no MTF nesse período.

4.3.1 - Subsetor do Comércio Varejista

O Comércio Varejista ocupa a primeira colocação entre os 21 subsectores em que houve expansão nos PFT no período 1985/99, na região Sul Catarinense. Em 1985, os 1.706 estabelecimentos ocupavam 10.472 indivíduos, representando 11,79% do total da região e 13,61% dos PFT do subsetor no estado (Anexos 1, 15 e Tabela 16).

⁶⁸ Silva, Mauri Antônio da, 1999: www.cfh.ufsc.br/ppgs/resumos/mauri_siva.html.

Em 1985, 37,48% dos PFT eram ocupados por mulheres. O salário médio pago aos funcionários do subsetor era de 1,86 SM, bem abaixo da média salarial da região (anexos 12 e 9).

A distribuição por nível de escolaridade, 61,17% trabalhadores tinha entre 4 a 8 anos de estudo. Na distribuição por faixa etária, observamos uma concentração em indivíduos mais jovens, 61,33% possuem entre 19 a 29 anos (Anexos 16 e 13).

Destacam-se algumas características que estão diretamente ligadas ao empregos de trabalhadores mais jovens. A primeira é a baixa remuneração, o que acaba afastando os trabalhadores menos jovens; isso torna-se um atrativo aos jovens, por diminuir a concorrência. Como grande parte dos jovens moram com os pais, aceitam, com menor resistência, menores salários. A segunda é que a atividade demanda trabalhadores mais jovens por esses apresentarem “melhor aparência”. E por último, os jovens apresentam maior escolaridade (em relação ao trabalhadores adultos).

O Gráfico 3 mostra o comportamento dos PFT e dos estabelecimentos de 1985 a 1999. Do início do período até 1989, foi crescente a oferta de empregos no subsetor, posteriormente, de 1990 a 1992, observamos uma contração nos PFT. No entanto, durante todo o período em estudo, apenas 1992 apresentou fechamento do estabelecimento comercial: mesmo durante os dois primeiros anos de crise da era Collor, foram abertos estabelecimentos comerciais (Anexos 1 e 15).

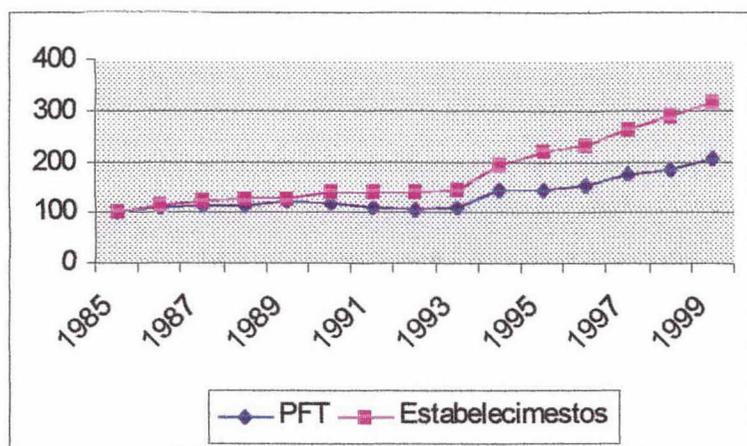
De 1993 a 1999, o único ano que apresentou queda no emprego no subsetor foi o de 1995, quando foram fechadas 234 vagas, em relação ao ano anterior (Anexo 1).

Na distribuição por faixa etária em 1999, 50,47% dos empregos formais concentravam-se entre 18 a 29 anos e 27,33% e entre 30 a 39 anos. Já os trabalhadores que possuíam entre 8 a 11 anos de estudo, respondiam por 64,98% dos PFT (Anexos 13 e 16).

No período de estudo, a remuneração média dos funcionários do comércio foi menor que a média salarial da região. Em 1999, o subsetor pagava em média 2,77 SM. A participação feminina, durante o período em estudo, no comércio varejista, não se ampliou, permanecendo quase a mesma em 1999 (37,27%) (Anexos 14 e 12).

Em 1999, o comércio varejista era o subsetor que mais empregava na região sul catarinense: havia 21.427 funcionários, representando 17,65% do MFT da região. De 1985 a 1999, foram gerados no comércio da região 10.955 empregos, um crescimento maior que a média do subsetor no estado: o sul era responsável por 15,53% dos empregos formais do comércio em Santa Catarina 1999 (Anexo 1; Tabelas 15 e 16).

Gráfico 3 - Número de Estabelecimento Comercial e PFT no Sul de Santa Catarina 1985 à 1999



Fonte: RAIS.

Elaboração: próprio autor.

Obs. 1985=100%.

Em 1999, funcionavam na região 5.378 estabelecimentos comerciais (varejistas). No período em estudo, o saldo em números de estabelecimentos foi de 3.672, uma ampliação de 215,24% (Tabela 17).

4.3.2 - Indústria têxtil e Vestuário

A “Indústria têxtil e vestuário e artefatos de tecidos”, na Microrregião de Criciúma⁶⁹, iniciou suas atividades nos anos 60, com estabelecimentos de três empresas⁷⁰, que, antes dessa data, revendiam produtos oriundos de São Paulo (Turmina, 2000: 7; Santos, 1995: 110).

Na década de 70, funcionavam na região 20 empresas, empregando 900 funcionários. Nessa mesma década, é fundado o SINDIVEST – Sindicato das Indústrias de Vestuário de Criciúma. Nos anos 80, ocorre o maior crescimento do seguimento das facções, que passam a prestar serviços a etiquetas famosas como: Renner (Porto Alegre) e Ellus (Rio de Janeiro e São Paulo). As facções se expandiram muito na região, e Criciúma foi o município pioneiro na terceirização desse subsetor (PBDEE, 350, V.II. AMREC/UNESC apud Santos, 1995: 110-111).

Em 1985, o subsetor absorvia 2.966 trabalhadores, representando 3,34% do emprego formal da região e 4,16% do emprego do subsetor em Santa Catarina. Os trabalhadores estavam distribuídos em 187 empreendimentos⁷¹ (Anexo 1, Tabelas 16 e 17).

⁶⁹ A região sul catarinense é o local do presente estudo, é constituída pelas microrregiões de: Criciúma, Araranguá e Tubarão. Mas “(...) O município de Criciúma é considerado o pólo econômico de todo sul catarinense, pois aglomera o maior parque industrial da região, além de serviços ligados ao setor de transportes, comércio, saúde e educação” (Turmina, 2000: 40).

⁷⁰ “(...) A camisaria Águia, hoje fechada, a fábrica de calças, Calcutá e a camisaria Vidal de Propriedade de Diomício Vidal, presidente do SINDIVEST” (Santos, 1995:110).

⁷¹ Santos apresenta o subsetor mais robusto: em 1984 funcionavam na região 230 empresa, empregando 5.000 funcionários. É provável que os dados usados pelo autor incluem empresas sem registros e empregos informais e/ou indiretos ao subsetor (Santos, 1995: 113).

A escolaridade dos trabalhadores na indústria têxtil sul catarinense em 1985 apresentava forte concentração, com 80,62% dos trabalhadores possuindo entre a 4^o e a 8^o série. Os trabalhadores mais jovens (15 a 29 anos) representavam 66,25% do contingente de trabalhadores (Anexos 16 e 13).

Dos 26 subsetores⁷² em estudo, o menor salário médio em 1985 era o do subsetor têxtil: 1,22 SM. A baixa remuneração média está diretamente ligada à forte presença feminina no subsetor, que representava 88,94% dos indivíduos ocupados (Anexos 14 e 12).

Dois fatores contribuíram para a baixa remuneração no subsetor: 1) a forte terceirização das etapas produtivas, que é uma característica do subsetor em todo mundo. Marcas reconhecidas, como Reebok e Nike⁷³, são “fabricantes sem fábricas”, “(...) que produzem ou fazem produzir em redes efetivamente globais de subcontratadas” (Lins, 2000: 65); 2) O uso intensivo de força de trabalho, que representa grande parte do custo total, faz as empresas deslocarem-se de uma região e/ou país para outra(o), em busca de melhores condições, menor custo (menores salários, principalmente).

A indústria têxtil e vestuarista mundial vem, historicamente, deslocado-se entre países e/ou regiões dentro do país, em busca de menores custos de mão-de-obra, tributos, câmbios, incentivos fiscais e outros tipos de incentivos⁷⁴ (Lins, 2000: 63).

O subsetor está entre os que apresentam maior grau de informalidade, mas não será abordado no presente estudo essa variável, pois nossa proposta de pesquisa é analisar o mercado formal de trabalho.

Segundo Turmina, “das empresas fundadas na década de 70 destaca-se a afirmação de que até meados da década de 80 foi um período positivo para estas empresas. Bem como o final da década de 80, após o plano cruzado.(...) Das empresas fundadas na década de 80 observa-se que todas apresentam crescimento no número de funcionários até 94/95” (Turmina, 1999: 51-54). Santos (1995), descreve o período de 1978 a 1984 como sendo de “significativo crescimento do setor”(Santos, 1995: 114).

⁷² Segundo a classificação do IBGE adotada pela RAIS/CAGED.

⁷³ A Nike “Subcontrata a produção em 40 localizações diferentes, a maioria no sul e sudeste da Ásia. Se os salários num país anfitrião aumenta, a firma simplesmente desloca a produção” [Multinacionais *apud* Lins, 1995:6] “Políticas públicas relacionadas ao câmbio, por ex.; tem-se revelado básicas para a presença Asiáticas nos mercados mundiais” (Lins, 2000: 66).

⁷⁴ A primeira migração da indústria têxtil-vestuarista ocorreu nos anos 50 e início dos 60 dos E. U. A. e da Europa para o Japão; a Segunda, do Japão para os “Tigres Grandes” (Hong Kong, Taiwan e Coréia do Sul). Nos anos 80, as empresas então se deslocaram para a China continental e várias nações do Sudeste Asiático e Sri Lanka. Nos anos 90, o destino tem sido o Sul da Ásia e Vietnã (Gereffi, 1997 *apud* Lins, 2000: 63).

Entre 1985 a 1989, houve uma forte expansão dos PFT no subsetor na região. Foram contratados 2.906 trabalhadores, ocorrendo crescimento relativo de 197,97%; e um saldo positivo de 231 estabelecimentos, com crescimento de 223,52% (Anexos 1 e 15).

Nesse subperíodo (1985-1989), merece destaque o ano de 1986, sendo responsável (em relação ao ano anterior) pela abertura de 131 empresas e por 1.628 PFT⁷⁵ (Anexo 1 e 15).

"Por conta desse período de expansão, as empresas trabalharam com limite máximo de sua capacidade instalada⁷⁶, buscando ampliar ainda mais sua capacidade de produção, via criação de novos turnos, ampliação de suas instalações ou construí novas unidades de produção. Essas empresas são de micro e médio porte e respondem, por uma produção mensal de 1 milhão e 600 mil peças de roupas, além de outras 300 mil peças de malha, empregando mais de 6.000 trabalhadores." (Santos, 1995:114).

Antes de começarmos analisar os PFT do subsetor têxtil-vestuarista no sul catarinense na década de 90, apresentaremos as características da indústria têxtil-vestuarista brasileira nesse mesmo período⁷⁷.

A indústria têxtil apresenta as seguintes características no tocante à sua estrutura e padrão de concorrência:

- 1) A cadeia produtiva é composta à montante dos setores de máquinas agrícolas e químicas e à jusante dos segmentos de distribuição, comércio e serviços.
- 2) As etapas da cadeia produtiva são: fiação, tecelagem, acabamento e confecção.
- 3) Nas últimas décadas, a indústria têxtil está passando por um processo de reestruturação produtiva, incorporando novas tecnologias de base microeletrônica nas máquinas e equipamentos.
- 4) A indústria tem promovido inovações organizacionais, introduzindo modernas técnicas de gestão e controle de qualidade.
- 5) O padrão de produção é flexível em plantas menores com alta produtividade que atendem demandas específicas.
- 6) A indústria tem como padrão de concorrência o preço, porém as empresas buscam diversificar seus produtos na busca de maior valor agregado e explorar novos núcleos de mercado.
- 7) A indústria têxtil tem estrutura produtiva heterogênea e o mercado é por produto, levando as empresas a especializarem-se por linha de produtos.

⁷⁵ Só no município de Criciúma em 1986 foram abertas 56 empresas, nesse ano funcionava 150 empreendimentos têxteis no município (Santos, 1995: 114).

- 8) Uso da marca é um elemento forte do padrão de concorrência, em que empresas buscam ter maior identificação com o consumidor.
- 9) Forma-se na indústria têxtil a rede de cooperação entre empresas, agregando empresas produtoras, empresas fornecedoras e clientes.
- 10) A desverticalização não é plena na indústria têxtil, características técnico-produtivas, nível de qualificação do terceirizado, entre outros motivos, têm limitado a desverticalização nas fases iniciais. Somente ocorre esse processo com grande intensidade no segmento de confecção.
- 11) O comércio mundial de produtos têxteis não é livre. A indústria convive com restrição a determinados produtos por parte de países como, Estado Unidos bloco de países da União Europeia etc. Tais países impõem cotas, imposto de importações etc (Cário & Sousa, 2000: 4-5).

Nos primeiros anos da década de 90 (90 e 91 em relação 1989), observou-se encolhimento dos PFT do subsetor, foram fechados 1.462 vagas nesses dois anos⁷⁸. O parque industrial têxtil da região apresentou resultado inverso: saldo positivo de 28 estabelecimentos (Anexos 1 e 15).

Das 15 empresas pesquisadas por Turmina, 11 delas foram afetadas pela abertura econômica 'desprogramada' do governo Collor, e as maiores consequências foram o desaquecimento brusco das vendas e do faturamento, a interrupção de programas de qualidade e pesquisa; queda nos investimentos de máquinas e equipamentos, a "interrupção da importação de alguns tipos de tecidos como o tektel etc" (Turmina, 1999: 62).

Segundo declaração de um empresário: "a abertura foi benéfica, mas sem critérios, e não deu chance para as empresas têxtil/ vestuaristas se reestruturarem e trabalhar. Quando o mercado foi aberto não se pensou nas dificuldades que o setor iria passar.... deve-se manter a importação de produtos⁷⁹, porém é preciso estabelecer cotas" (Turmina, 1999: 64).

As oscilações negativas que ocorreram nos PFT durante o governo Collor foram "(...) provavelmente para ajustar-se às novas condições criadas pela abertura comercial, que teve como consequência o processo de reestruturação" da indústria têxtil catarinense (mudança tecnológica geográfica, por exemplo).(...) A concorrência inter-capitalista, neste caso entre

⁷⁶ Só em 1986, houve um crescimento de 30% da produção global (Santos, 1995: 114).

⁷⁷ CÁRIO, S. A. F. & SOUSA, M. V. "Estudo sobre Centros Tecnológicos da Indústria Têxtil de Santa Catarina". X Seminário de Iniciação Científica da UFSC, Florianópolis, 2000.

⁷⁸ "O estudo especial do DIEESE (1996) destacou como determinantes da diminuição de postos de trabalho a "introdução de máquinas automáticas, e redução de níveis hierárquicos, a terceirização e a racionalização do trabalho", além das políticas econômicas do período (Ouriques e Vieira, 1998: 18).

⁷⁹ Para alguns empresários a abertura econômica não contribuiu para baratear a matéria-prima: não são de boa qualidade e o custo do frete não compensa importar (Turmina, 1999: 65).

capitais chineses e nacionais, é determinada pela luta capital – trabalho. Ao conseguir aumentar a exploração sobre seus trabalhadores, os quais, para responder, precisaram impor aos trabalhadores – blumenauenses [e/ou sul catarinenses]⁸⁰ ou cearenses – aquelas mesmas condições de exploração” (Ouriques e Viera, 1998: 17-18).

Segundo a declaração de um empresário da indústria têxtil vestuarista da região: “... só o nordeste cresceu no vestuário devido ao incentivo do governo, mas no resto do país todos sofreram com a abertura” (Turmina, 1999: 64).

A estratégia das empresas do sul catarinense para fugir da crise e da ação sindical foi o seu deslocamento de Criciúma para áreas rurais de outros municípios da região, procurando “bolsões de mão-de-obra” barata para diminuir os custos salariais (Lins, 2000: 204).

Nos primeiros anos da década de 90 (após crise do governo Collor), o subsetor na região conseguiu recuperar-se da crise devido: a) aproveitamento de mão-de-obra desempregada dos subsetores tradicionais - carbonífero e cerâmico; b) ao aproveitamento do espaço deixado por empresas de outras regiões – durante o período de crise houve forte contração do subsetor têxtil vestuarista do RJ, MG, e SP; c) às novas estratégias de vendas, como contatos com mercado exterior e a construção de centros comerciais têxteis: Pórtico Comercial (Santos, 1995: 117).

Entre 1993 e 1999, apenas o ano de 1995 apresentou redução nos PFT, com a demissão de 1.073 funcionários. O parque industrial têxtil apresentou oscilações negativas em 1996, quando foram fechadas 75 empresas (Anexos 1 e 15).

Após o Plano Real (1994), as empresas trabalharam com ociosidade entre 35 a 40 % . No início de 1995, a ociosidade das indústrias da região era de apenas 5%: produzindo em torno de 3 milhões e 500 mil peças /mês⁸¹ (Santos, 1995: 114-115).

Na região sul catarinense, "a indústria do vestuário tem impulsionado a economia regional, propiciando o surgimento do comércio de máquinas novas e usadas, oficinas mecânicas, lojas de aviamentos e bordados bem como o comércio em geral” (Santos, 1995: 115).

A indústria de vestuário do sul catarinense deu um salto, sobretudo nos anos 90 (após os anos de 90 e 91), até o Plano Real. Até 1994, o Pórtico Comercial de Criciúma recebia diariamente de 30 a 40 ônibus lotados de “sacoleiras(os)”, mas, em 1997 o movimento dos

⁸⁰ “(...) Tem havido transferência geográfica de empresas do setor têxtil catarinense para o nordeste do país, atraídas pelas condições mais favoráveis à expansão do capital” (Ouriques e Viera, 1998: 17).

⁸¹ Da produção da região, 15% é vendida em Santa Catarina e o restante nos demais estados da federação (Santos, 1995: 115).

centros comerciais têxteis da região era mínimo. Isso em decorrência da sobre-valorização do câmbio, da abertura comercial e do crescimento das importações (Lins, 2000: 210-211).

A demissão de 1.073 funcionários em 1995, e o fechamento de 75 empresas em 1996 estão diretamente ligados ao Plano Real (Anexo 1 e 15). Segundo Turmina, o Plano Real causou grande impacto negativo para o subsetor na região, com a avalanche de produtos importados da Ásia, forçando o subsetor a diminuir o preço e demitir funcionários, fechando postos de vendas, além do aumento da inadimplência nos anos de 95/96⁸² (Turmina, 1999: 63).

Ao analisarmos os dados da Tabela 22 (valor da produção nas indústrias de fiação, tecelagem e malharia brasileira em milhões de dólares), podemos ver que a dinâmica dos PFT e do parque industrial do subsetor no Sul de Santa Catarina apresenta comportamento similar ao faturamento nacional do subsetor (Cário & Sousa, 2000: 10).

Em 1999, a indústria têxtil do sul catarinense ocupava a 3^o posição no ranking, dos subsetores que mais empregavam na região⁸³, sendo responsável por 11.235 PFT, representando 9,26% do MFT e 12,86% do emprego formal do subsetor em Santa Catarina. Esses empregos estavam distribuídos em 861 empreendimentos (Anexos 1, 15 e Tabela 16).

Tabela 22 - Valor da produção nas indústria de fiação, tecelagem e malharia brasileira nos, 1990/97 (em US\$ mil)

Ano	US\$	Índice
1990	19.790.596	100
1991	17.827.517	90
1992	19.922.325	101
1993	21.810.674	110
1994	22.802.910	115
1995	18.715.428	95
1996	18.837.544	95
1997	17.553.774	74

Fonte: IEMI - Nota: 1997 estimativa apud Cário & Souza, 2000: 10.

Dados não disponíveis para beneficiados.

Ano Base 1990 = 100.

De 1985 a 1999, o subsetor “têxtil do vestuário e artefatos de tecido” gerou 8.269 empregos⁸⁴, ocorrendo ampliação relativa de 278,79%. O saldo no número de empreendimentos

⁸² A estratégia do subsetor para enfrentar a concorrência provocada pela crise foi passar a produzir para a classe: mais rica, abandono da produção de roupas de taktel e micro fibra, aumento da quantidade e diversificação, melhoria na modelagem, opção pela facção etc. (Turmina, 1999: 63).

⁸³ Subsetor que mais empregava em 1999 era o comércio varejista, 21.427 PFT, representando 17,65% do MFT da região, o segundo era APDA com 11.971 empregos e representando 9,86% do MFT da região (Anexo 1).

⁸⁴ O comércio varejista nesse período foi responsável pela geração de 10.955 PFT na região, ocupando a primeira posição do ranking (Tabela 15).

também apresentou resultado positivo, um crescimento 360,43%, com mais 674 empresas em atividade no subsetor (Tabelas 15 e 17).

Em 1999, os trabalhadores jovens-adultos (18-39 anos) respondiam por 73,81% dos empregos do subsetor e os que possuíam entre a 4^o e a 8^o série concentravam 74,59% dos PFT da indústria têxtil (Anexos 13 e 16).

A maior escolaridade dos trabalhadores⁸⁵ e menor participação das mulheres nos PFT pouco contribuíram para elevar a remuneração dos trabalhadores da indústria têxtil vestuarista da região, em relação à remuneração paga aos trabalhadores no MFT do sul de Santa Catarina. Mesmo diminuindo a representação feminina, as mulheres ocupavam 79,36% dos PFT, o salário médio da região em 1999 era de 1,92 SM – o segundo menor salário da região⁸⁶ (Anexos 12 e 14).

Na década de 90, a indústria têxtil e do vestuário cresceu bastante na América Latina, mas os salários/hora em média, nesse “continente”, gira em torno de US\$ 0,29 por hora. Em muitos países e/ou regiões (dentro de um país), as costureiras trabalham 16 horas por dia e ainda levam para casa material para trabalhar à noite e nos finais de semana. “Em caso de gravidez ou adesão a sindicatos, a tendência é a demissão sumária” (Lins, 2000: 63-66).

“O nível de flexibilidade do setor de vestuário na região [sul catarinense] é alto e composto por relações de subcontração – de capacidade - entre médias, pequenas e micro empresas, valendo salientar a forte presença de relações de subconcentração a domicílio”. Em regra os trabalhadores das facções (subconcentradas) e/ou em domicílio, têm uma jornada de trabalho maior, e em muitos casos dupla jornada e recebem menos por hora trabalhada do que os trabalhadores do MFT; isto é realidade da região (Turmina, 1999: 109).

Os obstáculos apontados por Santos (1995)⁸⁷ à expansão do subsetor vestuarista da região sul catarinense persistiam ainda em 1999: “De forma geral, a base institucional (ou) apresenta-se insuficiente ao adequado desempenho das PME’S face as novas condições de concorrência e às demandas das empresas; principalmente de crédito, de treinamento e capacitação de mão-de-obra em nível técnico, de comercialização dos produtos e relações do comércio exterior. Assim, diante dos aspectos examinados, pode-se dizer que a consolidação deste setor da indústria vai depender tanto de um esforço econômico conjuntos das empresas,

⁸⁵ Em 1995, apenas 9,2% dos trabalhadores do subsetor tinham entre o 2^o grau incompleto e curso superior, em 1999 esse mesmo nível de escolaridade representava 19,96% dos PFT do subsetor (Anexo 16).

⁸⁶ O subsetor indústria de calçados era o que menos pagava em 1999 na região: 1,65 SM em média.

⁸⁷ “(...) Qualificação insuficiente de mão-de-obra, dificuldades de obtenção de matérias-primas (escassez e preços elevados), falta de financiamentos e altos juros bancários, bem como embaraços para importação de matérias-primas e equipamentos” (Santos, 1995:116).

das instituições públicas/privadas, como de um reforço político local e estadual⁸⁸ (Turmina, 1999: 106).

Um dos maiores problemas enfrentados pelas PME'S têxteis nos momentos de oscilações do mercado e de crise econômica é a dificuldade de encontrar financiamento compatível com a estrutura financeira dessas empresas. Seria de extrema importância a criação de políticas de crédito que venham ao encontro das carências das PME'S têxteis de Santa Catarina⁸⁹ (Lins, 2000: 263).

As futuras oscilações que virão sobre o subsetor poderiam ser amenizadas com a ampliação da cooperação⁹⁰ entre os agentes envolvidos (empresários, trabalhadores, instituições, fornecedores e cliente), e com a participação do poder público (estadual e federal), criando possibilidades reais de crédito⁹¹, qualificação de trabalhadores técnicos (principalmente), suporte à importação de matéria-prima e equipamentos e incentivos à exportação da produção, principalmente os de maior valor agregado⁹².

4.3.3 - Administração Pública Direta e Autárquica (APDA)

A maioria dos municípios da região possui menos de 30 mil habitantes (DATASUS). Portanto, esses municípios não possuem empresas públicas municipais e grande parte dos investimentos sociais dependem do repasse e atuação do poder público Estadual e Federal.

O subsetor APDA em 1985 empregava 7.147 funcionários, sendo 35,26% mulheres e representava 8,05% do MFT da região. Esses empregos estavam distribuídos em 62 instituições da APDA (Anexos 1, 12 e Tabela 17).

O emprego público da região sul catarinense apresentou os seguintes aspectos: a) 57,74% dos funcionários possuíam entre a 4^o série incompleta e a 8^o série também incompleta;

⁸⁸ "Atualmente, finais do 90's, o governo estadual chega até o setor de vestuários através do projeto PRODEC têxtil, um programa de crédito ao setor pequeno e médio empresário dos setores têxtil vestuária" (Turmina, 1999:106).

⁸⁹ PRODEC têxtil, lei número 10.474/97 concede até 75% do ICMS "(...) para iniciativas de implantação, modernização e revitalização de atividades produtivas. O prazo de fruição do benefício é de até 10 anos, a carência por parcela do imposto retido é de até 5 anos e prazo de amortização, por parcela é de até 12 anos" (Lins, 2000: 263).

⁹⁰ Na região estão em curso algumas iniciativas realizadas através de cooperação: a) várias outlets – postos de venda a preço de fábrica (Pórtico, Comercial de Criciúma é um exemplo); b) colméia industrial – é uma espécie de área industrial, mas com cooperação na segurança, compra de matéria prima capacitação de mão-de-obra, e ainda barganha na venda, compra e isenções fiscais etc; c) além de curso de qualificação da mão-de-obra promovido por instituições da região, como SENAI, em parceria com o sindicato patronal (Turmina, 1999: 70).

⁹¹ As reclamações dos empresários do subsetor às instituições de crédito são: o BADESC faz muitas exigências para conceder crédito; quanto ao BRDE – "muitas empresas tem solicitado crédito, mas há muitas dificuldade para se conseguir" (Turmina, 1999: 102).

b) o subsetor demandava trabalhadores mais adultos, 64,39% dos PFT do serviço público eram ocupados por indivíduos que possuíam entre 30 a 64 anos (Anexos 16 e 13).

A maioria esmagadora dos funcionários da APDA da região sul catarinense está diretamente ligada às prefeituras. Grande parte dos funcionários públicos, estadual e federal, que atuam na região, são trabalhadores contabilizados como funcionários públicos de Florianópolis ou Brasília, respectivamente. Exemplo: Os funcionários das delegacias existentes na região estão ligados à Secretaria de Segurança Pública Estadual, que possui apenas um CNPJ. As delegacias existentes nos municípios não possuem CNPJ. Existem instituições e autarquias que possuem CNPJ local, como é o caso do Banco do Brasil e Universidades Federais⁹³.

No período de 1985/88, houve contratação de 2.951 funcionários e a criação de 6 estabelecimentos (secretarias, autarquias, etc.). Em 1989, foram demitidos 453 funcionários e extinto um estabelecimento, isso em relação ao ano anterior. Essa queda pode estar associada à aprovação da constituição de 1988 e/ou à reforma tributária realizada no fim dos 80, ou ainda, ao início de novas administrações municipais, é momento de fazer alguns enxugamentos: demissão de funcionários não-concursados (Anexo 1 e 15).

Em 1990 e 91, houve expansão de 692 PFT (em relação a 1989). Em 1991 foram extintos quatro estabelecimentos públicos na região. Esse declínio no subsetor pode estar ligado à: 1) 1992 foi ano de eleições municipais; nas prefeituras que havia excesso de funcionários, é possível que tenham ocorrido demissões a fim de amenizar críticas da oposição; 2) efeito da crise da era Collor alcança também as prefeituras (Anexo 1 e 15).

Em 1992, houve declínio de 644 PFT e de cinco estabelecimentos (Anexos 1 e 15).

Em 93 e 94, foram contratados 4.429 funcionários (sendo 4.069 em 94). O comportamento dos estabelecimentos apresentou outra dinâmica: no primeiro ano foram extintos dois estabelecimentos e no ano seguinte ocorreu a abertura de 14 (saldo positivo de 12). No primeiro ano da administração municipal na região na gestão (93-96), houve contratação. No mandato anterior (89-92) e no posterior (97-00), o primeiro ano apresentou resultado inverso. Constatamos que, em regra, no segundo ano das administrações municipais na região, ocorreu contratações (86, 90, 94 e 98) (Anexo 1 e 15).

No subperíodo de 1995 a 1997, foram fechados 2.903 PFT, em relação a 1994 (sendo 2.104 em 1995). O comportamento do número de estabelecimentos apresentou resultado inverso, com o surgimento de três novos estabelecimentos (Anexo 1 e 15).

⁹² Na pesquisa realizada por Turmina junto a 15 empresas têxtil e vestuarista do sul de Santa Catarina, 82% dos empresários consideravam os vínculos institucionais gerais, um fator positivo de competitividade. (Turmina, 1999: 92).

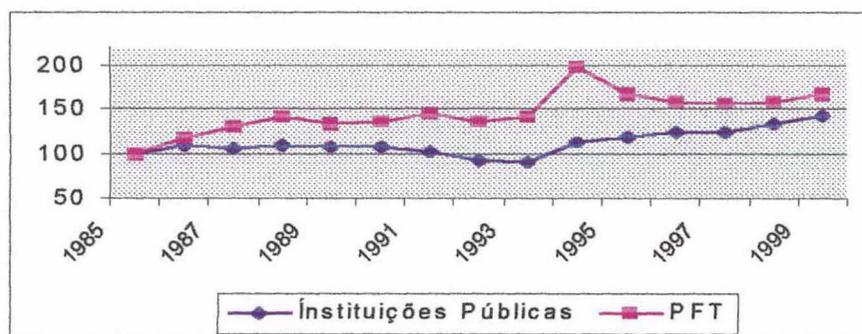
⁹³ Curso ministrado por: Osnildo Filho sobre a base de dados RAIS/CAGED.

Os anos de 1998 e 1999 apresentaram saldo positivo na expansão dos PFT, com a contratação de 752 funcionários em relação a 1997 (sendo 669 em 1999). O comportamento dos estabelecimentos apresentou crescimento positivo com abertura de mais 12 estabelecimentos (Anexo 1 e 15).

O Gráfico 4 mostra que os estabelecimentos da APDA possuem uma dinâmica própria (não estão associados ao comportamento dos PFT). O que de 1993, apresentou o menor número de instituições da APDA em funcionamento (56). O crescimento ou declínio da quantidade de instituições públicas estão diretamente ligados à criação ou extinção de secretarias municipais, autarquias, fundações etc. O declínio no número de instituições não representa fechamento de emprego no subsetor Público, assim como o surgimento de novas instituições não significa que há expansão nos PFT (Anexo 15).

Em 1985, o salário médio pago pela APDA era 1,92 SM, menor que a média salarial da região e assim prosseguiu até 1993. De 1994/99, os salários pagos no subsetor público da região foram maiores que a média salarial da região (Anexo 14).

Gráfico 4 - Número de Instituições Públicas e PFT no Sul de Santa Catarina de 1985 a 1999



Fonte: RAIS.

Elaboração: próprio autor.

Obs. 1985=100%.

Em 1999, os trabalhadores ligados à APDA recebiam 4,08 SM. O crescimento salarial do subsetor público, em relação à remuneração da região está associado, entre outros fatores, ao crescimento do nível de escolaridade dos funcionários públicos sul catarinenses que, em 1999, 48,95% possuíam entre o 2º grau completo e a graduação completa. Enquanto 32,73% dos trabalhadores da região possuíam essa escolaridade (Anexos 14, 16 e 7).

Em 1999, 80,04% dos funcionários públicos da região possuíam entre 30 a 64 anos empregava. Ao compararmos com o primeiro ano da série em estudo, podemos ver que houve aumento na concentração dos PFT nessa faixa etária (Anexo 13).

No último ano da série em estudo, o subsetor era responsável por 11.971 funcionários e representava 9,86% do MFT da região. Desses, 56,44% eram ocupados por mulheres. O salto na representatividade da APDA no mercado de trabalho da região está ligado diretamente a duas tendências no MFT, que está ocorrendo em todo o mundo e não tem sido diferente no sul de SC: primeiro, aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho; segundo, no setor público são menores as desigualdades entre gêneros. Isso acaba atraindo grande contingente de trabalhadoras para atuar no subsetor (OIT, 1998; Anexos 1 e 12).

De 1985 a 1999, foram gerados 4.824 empregos na APDA do sul de Santa Catarina, um crescimento relativo de 64,50%. O número de estabelecimentos apresentou um saldo de 27 novas instituições, ampliando 43,55% (Tabelas 15 e 17).

Durante toda a década de 90, com a adoção da agenda neoliberal pelo governo brasileiro, presencia-se a transferência de responsabilidades econômicas e sociais, que antes eram funções do Estado, para a iniciativa privada, ONG's e Fundações. As atividades econômicas que eram de responsabilidade do Estado desvencilharam-se ou vendendo a preço irrisório centenas de empresas públicas que durante mais de meio século absorveram recursos públicos e que foram de grande importância para o crescimento econômico e social do país⁹⁴.

Várias funções sociais que antes eram de inteira responsabilidade do estado estão sendo transferidas para as ONG's e Fundações. Esse é um processo que se desenrola em duas frentes, mas paralelamente: o Estado abandona sua responsabilidade ou investe menos que o necessário, portanto, abre espaço para o terceiro setor; fortalecimento ideológico neoliberal (quanto menor a atuação do Estado na sociedade melhor). O mercado automaticamente irá suprir as deficiências existentes.

Para diminuir o contingente de funcionários públicos ligados às empresas públicas e outras instituições e autarquias públicas, adotaram medidas como demissões voluntárias e não-realização de concursos públicos para repor as vagas que surgem (aposentadoria de funcionário e/ ou crescimento de instituições etc).

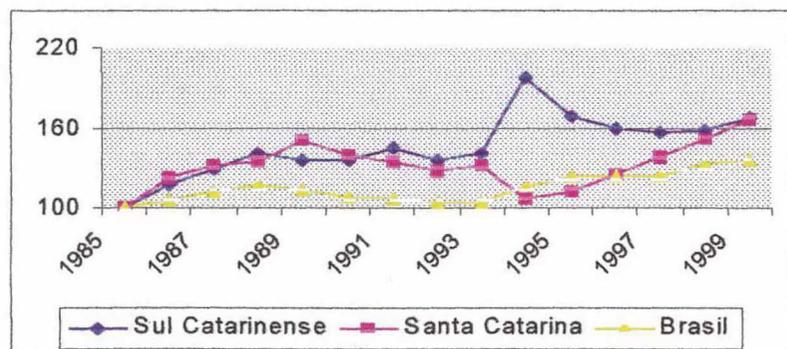
No sul de Santa Catarina, houve crescimento do emprego no subsetor público acima da média de ampliação do MFT da região e também do subsetor no Estado. No primeiro ano da série em estudo, a região representava 5,32% do empregos da APDA de SC e em 1999, sobe para 7,67% (Tabelas 15 e 16).

A contratação e demissão da maioria dos funcionários da APDA dos pequenos municípios que ocorrem sem nenhuma transparência (concurso público) estão mais ligados ao

⁹⁴ No Livro "O Brasil Privatizado", Aluysio Biondi.

atendimento da clientela eleitoral (pagar compromissos eleitorais), que ao atendimento dos interesses coletivos e sociais. Esse argumento encontra respaldo nos dados que expomos acima (na região, a geração de emprego foi maior do que a apresentada pelo subsetor Público Catarinense e Brasileiro - Gráfico 5).

Gráfico 5 - Número de PFT na APDA no Sul Catarinense, Santa Catarina e Brasil de 1985 a 1999



Fonte: RAIS.

Elaboração: próprio autor.

Obs. 1985=100%.

4.3.4 - Indústria Química

Segundo a classificação do IBGE (CNAE/95), o subsetor Indústria Química de Produtos Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria é formado por 46 tipos de atividades industriais. Entre essas, encontra-se a indústria de embalagens de plástico que em 1998 representava 10,8% do “valor adicionado total da região sul catarinense” (Gastaldon, 2000: 89). O desenvolvimento da indústria de embalagens plásticas “está ligado à indústria cerâmica que, em seus laboratórios, iniciou o desenvolvimento de estudos visando descobrir novos materiais de maior qualidade e resistência⁹⁵” (Santos, 1995: 117).

O surgimento das empresas produtoras de embalagens plásticas no sul catarinense ocorreu de forma espontânea, mas associado a dois aspectos que contribuíram muito para o desenvolvimento da atividade no Brasil: primeiramente, de 1970/78, foi o período de “estruturação da indústria petroquímica [produtora da matéria-prima] no Brasil”; Em segundo lugar, houve o crescimento do uso do plástico como substituto do papel, vidro, aço, madeira etc. Apresentando como vantagens a perfeita visualização do produto embalado, ao mesmo tempo em que resiste ao atrito e é impermeável (Gastaldon, 2000: 70).

⁹⁵ Durante o estudo deste subsetor, iremos nos apoiar na indústria de embalagens plásticas para explicar o comportamento da indústria química da região sul catarinense. Isso é possível graças ao grande peso que essa atividade industrial que faz parte do subsetor estudado representa na região.

Mas a disseminação da atividade “(...) somente foi possível, por que havia um excedente econômico na região que a financiou. Seu capital de formação tem origem, no caso de Criciúma, no pequeno comércio de ferragens destinados à agricultura; em Orleans, na indústria de molas para colchões e em São Ludgero na suíno cultura artesanal⁹⁶” (Santos, 1995: 122)..

Outro segmento da Indústria Química que apresenta forte presença na região é a produção “(...) em cimento- amianto deixa a produção do município de Criciúma, abaixo apenas das empresas Brasilit e Eternit, respectivamente os maiores produtores nacionais”(Santos, 1995:122).

A indústria química no sul do Estado, em 1985, era responsável, por 1.958 empregos, representando 2,2% do emprego da região e 13,68% do subsetor em Santa Catarina (Anexo 1 e Tabela 16).

Em 1985, funcionavam na região 33 empresas químicas, sendo 15 produtoras de embalagem plástica, responsáveis por 1.400 empregos (Anexo 15 e Tabela 23).

Os trabalhadores da indústria química, mesmo tendo pouca escolaridade (55% possuem entre a 4ª série incompleta e a 8ª série incompleta), obtinham um remuneração média de 4,15 SM. Os trabalhadores (jovens-adultos), na faixa etária dos 18 a 39 anos, concentravam 83,6% dos funcionários. Os trabalhadores do sexo masculino representavam 80,23% dos PFT do subsetor (Anexos 16, 14, 13 e 12).

Do início do período em pesquisa até 1989, houve expansão da indústria química, na oferta de empregos e no surgimento de novas empresas. Em 1989, as indústrias de embalagens de plástico da região eram responsáveis por 2.000 empregos, distribuídos em 25 empresas (Anexos 1, 15 e Tabela 23).

Tabela 23 - Número de empregados e de Indústrias no Subsetor "Indústria Química" e no segmento plástico

Ano	Subsetor		Segmento Plástico	
	Empregados	Núm. de Empresas	Empregados	Núm. de Empresas
1985	1.958	33	1.400	15
1987	2.674	52	1.800	20
1989	3.243	57	2.000	25
1992	3.151	66	2.500	35
1994	4.134	114	3.200	43
1996	5.254	143	3.079	—
1998	6.304	182	3.990	—

Fonte: RAIS; (Goulart, A. 1985 à 1994 apud Santos, 1995: 125) e (Gastaldon, 2000: 96 e 98).

Elaboração: próprio autor.

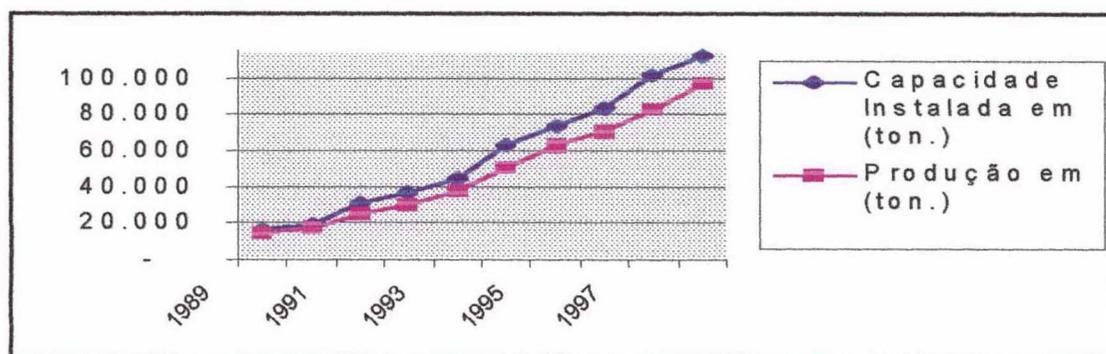
⁹⁶ Os empreendimentos pioneiros da indústria de embalagem plástica na região foram Plaszom (1967), Canguru e Incoplast (1970), Inza (1974), Minasplast (1977) e Ibrap (1982) (Santos, 1995: 122).

O crescimento da indústria de embalagem plástica nos anos 80, está diretamente ligado aos investimentos realizados nessa mesma década. Pesquisas realizadas por Gastaldon (2000), junto a 15 empresas produtoras de embalagem plástica, constataram que as principais áreas investidas foram a de reposição de equipamento e melhoria na qualidade do produto 46,7% (cada um) e de diversificação da produção 40%. Além disso, observaram que a capacidade produtiva e o volume de produção caminharam juntos e em expansão (Gastaldon, 2000: 120; Gráfico 6).

A Tabela 23 mostra que o processo de abertura econômica e comercial do início dos anos 90 não afetou a expansão do emprego e a abertura de novas empresas produtoras de embalagens plásticas na região. Mas no subsetor em que a indústria plástica está inserido, houve queda na oferta de empregos e no número de empreendimentos, em 1990 e 92 (Anexos 1 e 15).

Mesmo com o crescimento da produção, do número de empregados e dos estabelecimentos, no início dos anos 90, a indústria plástica também foi alvejada pela crise econômica, que nesse período atingiu o país. Mas com “dinamização do departamento de venda⁹⁷”, que tornou as empresas mais ágeis⁹⁸, driblando a crise (Santos, 1995: 125).

Gráfico 6 - Capacidade de Produção e Produção efetiva em toneladas das indústrias de Plástico do Sul Catarinense



Fonte: Gastaldon, 99.

Elaboração: próprio autor.

Gastaldon (2000) discorda de Santos: "(...) As recessões dos anos 90, o processo de abertura comercial e as privatizações de empresas estatais, fabricantes de produtos petroquímicos, entre os quais estão as resinas termoplásticas", não afetaram negativamente a

⁹⁷ Declaração do empresário Jorge Duardo Zanatta (Santos, 1995: 125).

⁹⁸ 26,7% das empresas pesquisadas por Gastaldon investiram nos anos 90 em marketing (Gastaldon, 2000: 120).

indústria de embalagem plástica. Segundo a declaração de um empresário: “abertura do Collor facilitou tanto a importação de resinas como de equipamentos” (Gastaldon, 140).

Passada a crise do governo Collor, que afetou a indústria química e em menor magnitude a indústria de plásticos do sul catarinense, o período pós-1993 foi anos dourados para o subsetor, com saldo positivo em números de estabelecimentos e na oferta de empregos (Anêxos 15 e 1).

O crescimento da indústria de embalagem plástica, pós-crise do início dos anos 90, está diretamente ligado a dois acontecimentos: 1) forte investimento das empresas (66,7% investiram em reposição de equipamentos, melhoria na qualidade do produto, diversificação da produção, organização e administração; 46,7% na compra de tecnologia, além de uma infinidade de outros investimentos de menor representatividade⁹⁹); 2) o Plano Real beneficiou as indústrias produtoras de embalagem plástica; a sobre-valorização completou o benefício da abertura do início dos anos 90, facilitando a importação de equipamentos e de matérias-primas, principalmente resinas termoplásticas, que nas indústrias de descartáveis representam 70% do custo total. Ver Tabela 24, evolução da importação de resinas termoplásticas no Brasil (Gastaldon, 2000: 120-125).

A sobre-valorização cambial não expôs os produtores de flexíveis e descartáveis da região à concorrência internacional. Além do mais, em 1998, 98,43% da produção local era consumida no Brasil (Gastaldon, 2000: 99 e 125).

Os fornecedores da indústria de embalagens plásticas, dominam o mercado. Na região, as estruturas de mercado são oligopolizadas; seis grupos concentram 84,97% dos empregos, 89,60% da receita bruta e 97,33% do valor adicionado (Gastaldon, 2000: 83 e 127).

Os empresários aproveitaram as oportunidades que surgiram nos anos 90 (abertura econômica e sobre valorização cambial) e passaram a construir unidades produtivas fora de Santa Catarina. Segundo um empresário “tudo estava dentro da estratégia de ocupar espaço, se nós não ocupássemos alguém iria ocupar, certamente”¹⁰⁰.

A indústria química em 1999, no sul do estado, era responsável por 6.458 empregos, que representam 5,32% do MFT da região e 27,99% do PFT do subsetor no estado. Todo esse contingente de trabalhadores estava distribuído em 202 estabelecimentos. No universo de 58 empresas fabricantes de embalagens plásticas, 15 eram responsáveis por 3.079 empregos (Anexo 1; Tabelas 16 e 17; Gastaldon, 2000).

⁹⁹ O questionário aplicado pelo autor indagava sobre as áreas que receberam investimentos na década de 90, sendo permitido mais de uma resposta, ex: as quatro áreas em que 66,7% das empresas investiram, significa que esse percentual das empresas da região investiu simultaneamente nessas áreas.

¹⁰⁰ Em 1994, a Empresa Canguru construiu unidade produtiva em Pelotas – RS e a IBRAP no RJ (Santos, 1995: 124).

Tabela 24 - Evolução da importação e do consumo aparente de resinas termoplásticas no Brasil de 1984 a 1998

Ano	Importação	Consumo	% da Importação
1984	5	971	0,51
1986	11	1.423	0,77
1988	8	1.469	0,54
1990	36	1.509	2,39
1992	97	1.530	6,34
1994	180	1.993	9,03
1996	474	2.679	17,69
1998	607	3.321	18,28

Fonte: Gastaldon, 2000: 59.

Elaboração: próprio autor.

Obs. Consumo aparente, o % de importação relação ao consumo aparente.

Em 1999, 83,94% dos empregos do subsetor concentravam-se na faixa etária dos 18 a 39 anos, situação idêntica ao início do período (1985). De igual modo, a distribuição do PFT entre gêneros aumentou um pouco a representatividade masculina em 1999, eles concentravam 81,54% das vagas (Anexos 13 e 12).

O nível de escolaridade dos trabalhadores, na indústria química em 1999, permanecia baixo, 59,68% tinham entre 4 a 8 anos de estudo. Na indústria de plástico, 52,98% tinham até o primeiro grau¹⁰¹ (Anexo 16 e Gastaldon, 2000: 92).

Mesmo com baixa escolaridade dos trabalhadores empregados, durante os 15 anos de cobertura dos dados desta pesquisa, a indústria química da região sempre apresentou salário médio (SM) acima da média da região, sendo em 1999: 4,13 e 3,63, respectivamente. Em 1997, SM da indústria de embalagem plástica no sul catarinense era de 4,09 SM e da indústria química 4,33 SM (Anexo 14; Gastaldon, 2000: 89).

O saldo de 1985 a 1999, no subsetor foi de 4.500 novos empregos, um crescimento de 229,83%. No mesmo período, foram abertos 169 novos estabelecimentos, uma expansão de 512,12%, enquanto o saldo na indústria de embalagem plástica foi de 2.590 empregos. De 1985 a 1994, foram aberta 28 empresas (Tabelas 15, 17 e 23).

As perspectivas para continuidade do crescimento na indústria de embalagem plástica são animadoras. Em 1998, o consumo per capita brasileiro de produto plástico era de 20,52 kg habitante, muito abaixo de outros países em 1997, tais como: Bélgica (152), Taiwan (134), Alemanha (116,4), e USA (112,7). Isso mostra que há muito espaço para crescimento do segmento plástico na região (Gastaldon, 2000: 60-61).

¹⁰¹ Foi consenso absoluto entre os empresários entrevistados por Gastaldon que o aumento da qualificação dos empregados é decisivo para que o segmento plástico mantenha-se competitivo no futuro (Gastaldon, 2000: 130).

Segundo a opinião dos empresários do segmento plástico, os fatores considerados muito importantes para a competitividade das empresas, são preço 62,5%, a qualidade dos produtos 60%, cumprimento no prazo de entrega 43,7% etc (Gastaldon, 2000: 110).

As estratégias mais indicadas pelos empresários a fim de manter a competitividade futura das empresas plásticas e que foram destacadas como - muito importante são: **fatores empresariais** – novos produtos (66,6%), programas de qualidade (60%); **fatores estruturais** - cooperação com clientes(80%), cooperação com fornecedores(60%); e **fatores sistêmicos** – redução de impostos(93,3%), estabilidade macroeconômica (86,7%), incentivos fiscais (73,3%), melhoria na redução básica (66,7%)¹⁰² (Gastaldon, 2000: 130).

As áreas que receberam maior destaque nos investimentos a serem realizados pela indústria de embalagem plástica da região com objetivo de manter a expansão da atividade foram a reposição de equipamentos, 86,7% melhoria na qualidade do produto, 73,4% diversificação da produção, 66,7% e desenvolvimento, 60%; organização e administração, 60% etc¹⁰³ (Gastaldon, 120).

Uma das tendências do mercado de trabalho em todo o mundo e que se verifica também no sul de Santa Catarina é o crescimento da informalidade e do subemprego, que é oxigenado com o crescimento da terceirização das grandes empresas e parte das médias, em quase todos os subsetores econômicos (concentram-se apenas no *core business*, núcleo de negócios). Em vários subsetores e/ou segmentos as etapas menos importantes são repassadas a terceiros através da subcontratação¹⁰⁴. Mas, na indústria de embalagem plástica: “a subcontratação, pelo menos até o momento é algo impensável, o principal motivo apontado para este procedimento é a preocupação com a espionagem industrial. A desconfiança é muito forte entre os empresários do segmento” (Gastaldon, 2000: 107).

¹⁰² Quando os empresários são questionados sobre o nível de cooperação das empresas com instituições, clientes e concorrentes, as respostas que receberam maior destaque foram – não realizam cooperação. A cooperação no segmento plástico da região ainda está engatinhando, e não deslançou devido a: 1) nos anos 80 e 90, o segmento na região apresentou extraordinário crescimento (214,78%) entre 1980/98); 2) medo dos segredos de produção serem copiados; 3) a cooperação pode levar a modificação no padrão produtivo facilitando a entrada de novos concorrentes (Gastaldon, 2000: 145-159).

¹⁰³ Nas pesquisas realizadas por Santos em março de 1995, junto a doze empresas de embalagem plástica, 10 responderam que já realizaram investimentos utilizando recursos públicos – BADESC, BRDE e BNDS (Santos, 1995: 126).

¹⁰⁴ Em regra os trabalhadores subcontratados ou tercerizados recebem menos que os trabalhadores contratados diretamente da empresa produtora, mesmo executando os mesmos serviços e tendo nível de instrução semelhante, e ainda trabalham em condições piores (sem contar a informalidade e/ou subemprego) que é crescente em todo o mundo.

Os empresários temem a terceirização¹⁰⁵ devido ao medo de espionagem industrial e “porque na terceirização há o risco de o empregado não vestir a camisa da empresa”, declarou um empresário que não adota a terceirização (Gastaldon, 2000:107).

A baixa terceirização na indústria de embalagens plásticas, onde a produção é crescente e concentrada em empresas de médio e grande porte, pagando razoavelmente bem e que apresenta perspectivas de continuar crescendo, é ótima para o MTF da região.

Se as perspectivas que são ótimas para o segmento plástico na região acontecerem na prática, mantendo o patamar próximo do atual na relação trabalho X capital, significa a geração de novos PFT, pagando razoavelmente bem (Tabelas 23 e 24 e Gráfico 6 mostra alguns indicadores da evolução do segmento plástico no Brasil e na Região Sul de Santa Catarina).

4.3.5 - Demais subsetores em que houve geração de empregos

Após enfocarmos os quatro subsetores que foram responsáveis pela criação de 28.548 empregos na região, iremos de forma resumida comentar o que ocorreu com os outros (17) subsetores que apresentaram saldo positivo na expansão do MFT da região sul catarinense, mas esse crescimento é inferior aos quatros subsetores já estudados (Tabela 15).

Como mostra a Tabela 15, em muitos casos, esses subsetores apresentaram grande crescimento relativo de 1985 a 1999. Mas com pequeno crescimento absoluto, um exemplo é a indústria de material elétrico e de comunicação, que apresentou crescimento de 852,17%, mas o saldo de 14 anos foi apenas 196 empregos (ver Tabela 15). Observamos na seqüência os subsetores que apresentaram menor crescimento absoluto na geração de empregos, na região, no período 1985/99:

a) O subsetor de Ensino registra em 1985 apenas 291 PFT, representando 0,33% do total da Região Sul Catarinense. É bom lembrar que os professores e funcionários das Secretárias Municipais da Educação são contabilizados como funcionários das APDA - grande parte dos trabalhadores do ensino estão diretamente ligados à atividade de ensino não-público¹⁰⁶ (Tabela 15 e Anexo 1).

¹⁰⁵ “Os serviços de transportes e refeitório correspondem às atividades onde a terceirização se manifesta com maior intensidade e mesmo assim, não chega a metade das empresas pesquisadas. A realização de manutenção é totalmente terceirizada em apenas uma empresa, de forma parcial em oito. Nas demais à pessoal próprio responsável pelo bom funcionamento das máquinas e equipamentos” (Gastaldon, 2000: 107).

¹⁰⁶ Prova disso é que, segundo a RAIS, em 1985 funcionavam na região apenas 20 instituições de ensino, mas o número de municípios da região era de 35 (DATASUS).

A média de anos de estudo da população sul catarinense com mais de 25 anos de idade em 1980 era de 3,1 anos de estudo e passou para 5,2, em 1996. O crescimento da escolaridade exige maior contingente de funcionários, e grande parte dessa demanda é atendida pela iniciativa privada (NIPP/ICV, 2001).

Em 1999, as instituições de ensino da região sul catarinense empregavam 4.218 funcionários distribuídos em 224 estabelecimentos. De 1985/99 foram ofertados 3.927 empregos, havendo uma ampliação relativa de 1.349,48%. No mesmo período, surgiram 204 instituições, registrando crescimento de 1.020% (Tabelas 15 e 17).

b) A Indústria de Madeira e de Mobiliário do Sul Catarinense era responsável, em 1985, por 2.404 empregos, distribuídos entre 305 empresas. Em 1999, o subsetor era responsável por 5.907 PFT e 580 empresas. Portanto, de 1985/99 foram gerados 3.503 empregos (crescimento relativo de 145,72%) e foram abertos 275 novos estabelecimentos (ampliação de 90,16%) (Tabelas 15 e 17).

c) No "Serviço de alojamento, alimentação, reparação" criou-se 1.999 empregos crescendo 29,54%, foram abertas 701 novos estabelecimentos com crescimento de 79,21% (ver Tabela 15 e 17). O crescimento poderia ser maior se "(...) grande parte das ocupações em pauta [não] caracteriza-se pela informalidade (Ouriques e Vieira, 1998: 20).

d) Na "Construção civil" foram gerados 1.945 empregos, um crescimento de 95,25% (Tabela 15). O número de estabelecimentos em funcionamento apresentou crescimento de 698,73%, com 552 novos empregos na ativa (Tabela 17).

e) No "Comércio e administração de imóveis, valores mobiliários" criou-se 1.815 PFT, ampliação de 44,32% (Tabela 15). Foram criadas 679 novas empresas, apresentando uma expansão de 157,54% (Tabela 17).

f) O subsetor de "transporte e comunicação" apresentou um saldo de 1.742 empregos e 414 novos estabelecimentos; o crescimento relativo foi de 42,32% e 144,76%, respectivamente (Tabelas 15 e 17)

g) O "Comércio atacadista" apresentou um saldo favorável de 1.306 empregos, crescimento de 81,93% (Tabela 15). O crescimento no número de estabelecimentos foi de 394 e relativo a 188,52% (Tabela 17).

h) Os "Serviços médicos odontológicos e veterinários" criaram 1.139 empregos, apresentando um crescimento de 59,54% (Tabela 15). O número de pessoas físicas no subsetor cresceu 275,38%, com 358 novos estabelecimentos (tabela 17). A "(...) expansão deve-se ao fato de que inúmeras profissões liberais vem se tornando cada vez mais profissões assalariadas"(Ourique e Vieira, 1998: 20).

- i) A "Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool" ampliou em 1.064 vagas, uma expansão de 39,16%. Foram abertas 243 novas empresas, ampliando em 119,7% (Tabelas 15 e 17). Esse crescimento está associado à expansão da agroindústria que tem apresentado razoável crescimento no estado (Ouriques e Vieira, 1998: 18-19).
- j) Na "Indústria metalúrgica", criou 1.064 PFT houve ampliação de 68,65%, um saldo de 210 novos estabelecimentos e uma taxa de crescimento de 323,08% (Tabelas 15 e 17).
- l) A "Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo", geraram 818 novos empregos, ampliação de 84,61%. Aumentando o número de empresas para 252 na quantidade de empresas, um crescimento de 406,45% (Tabelas 15 e 17).
- m) Na "Indústria de papel, papelão, editorial e gráfica" criou-se 486 empregos, havendo um crescimento de 182,07%. Foram abertas 85 novas empresas, e a taxa de crescimento foi de 202,38% (Tabelas 15 e 17).
- n) Na "Indústria de borracha, forro, couro, pele e similares", gerou-se 352 novos empregos, ampliação relativa de 48,55%, foram abertas 45 novas empresas, expansão de 70,31% (Tabelas 15 e 17).
- o) A "Indústria mecânica" gerou 273 empregos e cresceu 22,45%. O saldo no número de empresas foi de 68 novos estabelecimentos, ampliando 165,82% (Tabelas 15 e 17).
- p) A "Indústria de material de transporte" gerou 218 PFT, crescimento de 115,96%. O saldo no número de estabelecimentos foi modesto, 28 empresas, mas o crescimento relativo foi elevado 186,67% (Tabelas 15 e 17).
- q) A "Indústria de material elétrico e comunicação" gerou apenas 196 empregos enquanto o crescimento relativo foi de 852,17% e o número de estabelecimentos aumentou apenas em 33, ficando próximo do crescimento do PFT, 825% (Tabelas 15 e 17).
- r) Os "Serviços industriais de utilidade pública", entre os subsetores que geraram empregos, foram os que apresentaram menor crescimento absoluto e relativo, 180 e 8,78%, respectivamente. O saldo no número de estabelecimentos foi de 38 empresas e o crescimento relativo de 115,15% (Tabelas 15 e 17).

Capítulo V - Considerações Finais

Na maioria dos itens em que comparamos o MFT dessa região com o de Santa Catarina e do Brasil, constatamos que a região segue a tendência mundial de mudança na estrutura do MFT, mudança essa que é apresentada pela OIT (1996 e 1998) e que no Brasil é visível ao analisarmos os dados da RAIS. Essas mudanças são frutos da reorganização capitalista, expressa nos processos de globalização, neoliberalismo e reestruturação produtiva. Abaixo relacionados as características desses itens no período compreendido entre os anos de 1985 a 1999.

- a) O crescimento relativo da PEA foi maior que o crescimento da população e dos PFT (Tabela 14). Esse fato possibilita concluirmos que na região, assim como no Brasil e na maioria dos países, têm aumentado o emprego informal, o trabalho por conta-própria e o desemprego.
- b) Ocorreu um forte crescimento do número de empresas. De 1985 a 1999, houve um saldo positivo de 9.425 empresas, um crescimento relativo de 175,58% (Tabela 17).
- c) Distribuição dos PFT por faixa etária: diminuiu a representação das faixas etárias dos 10 a 29 anos e aumentou os indivíduos que possuem 30 anos ou mais idade (Tabela 18).
- d) As micros e pequenas empresas estão ampliando a sua participação no MFT; em 1985 as micros e pequenas empresas da região eram responsáveis por 44,96% do MFT, em 1999 representavam 63,67% (Tabela 19).
- e) Distribuição dos PFT por nível de escolaridade dos trabalhadores: está diminuindo a participação dos trabalhadores que possuem pouca escolaridade (menos de 8 anos de estudo completo) e está crescendo a participação dos trabalhadores que possuem mais de 8 anos de estudo no mercado formal (Tabela 20).
- f) Ao mesmo tempo em que aumenta a participação feminina no mercado de trabalho, está gradativamente diminuindo a diferença salarial entre gêneros (Gráfico 1 e Anexo 9).

Na região sul catarinense, o percentual das mulheres no MFT é inferior ao apresentado no Brasil e em Santa Catarina. Na região, a diferença salarial média entre gêneros é maior que a existente no Brasil e em Santa Catarina (Anexos 9, 10 e 11).

Em segundo lugar teceremos os comentários finais sobre os subsetores que, de 1985 a 1999, apresentaram saldo negativo no número de PFT na região.

Dos quatro subsetores que apresentaram saldo negativo no contingente do emprego formal, três pertencem ao grande setor indústria extrativo-mineral, indústria de produtos minerais não-metálicos e indústria de calçados. Segundo a OIT (1998), a partir da década de 80,

em todo o mundo, tem-se observado a tendência de queda no potencial de geração de empregos nos subsetores ligados à indústria.

Em seguida, apresentaremos um breve resumo sobre as características dos subsetores que apresentaram fechamento de PFT no período de 1985 a 1999, na região:

a) A crise que atingiu a indústria extrativa mineral na região e, em especial, os trabalhadores desempregados, demitindo 10.213 funcionários, está diretamente associada à mudança no papel do Estado. No período de êxito da atividade mineradora na região, o Estado brasileiro apesar das deficiências, agia como o dinamizador da economia, mas a partir do momento que passa adotar as medidas proposta pela agenda neoliberal, o Estado se esquivava da responsabilidade de atuar como locomotiva dos subsetores que apresentam dificuldade de caminhar autonomamente (Tabela 15).

As perspectivas para a atividade mineral na região, no que tange à geração de empregos na extração mineral, não são muito alentadoras para os próximos anos. A maior preocupação da população e da sociedade organizada da região não é reativar as minas fechadas, mas diversificar a economia regional e amenizar os problemas ambientais, principalmente nos municípios do epicentro da atividade mineral (Milioli, 1993).

b) O subsetor calçadista começou a demitir em 1987, mas a abertura econômica dos anos 90 e o Plano Real, aprofundaram ainda mais a situação do subsetor na região. De 1985 a 1999 foram demitidos 5.160 funcionários havendo declínio de 85,18% na indústria de calçados (Tabela 15).

c) O declínio no emprego na indústria de produtos minerais não-metálicos está diretamente ligado ao processo de reestruturação produtiva e tecnológica que tem se intensificado nos últimos anos, na busca de maior competitividade para galgar maior espaço no mercado mundial. Esse subsetor fechou 1.386 empregos, ocorrendo contração de 13,38%. (Tabela 15).

d) Nas “instituição de crédito, seguros e capitalização” demitiu 1.155 funcionários uma contração de 39,17% (tabela 15).

Os quatros subsetores que mais geraram empregos na região de 1985 a 1999 foram:

a) Comércio varejista, responsável pela contratação de 10.955 trabalhadores, apresentando crescimento de 104,61% (tabelas 15).

b) Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos, que gerou 8.269 empregos e apresentou crescimento relativo de 278,79% (Tabelas 15).

c) No Brasil e em Santa Catarina (principalmente nos anos 90), está diminuindo o número de funcionários na APDA. Na região no período de 1985 a 1999, ocorreu o inverso. Foram contratados 4.824 trabalhadores, o que gerou um crescimento de 67,5% (Tabelas 15).

d) Indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria contratou 4.500 trabalhadores, representando um crescimento de 229,83% (Tabelas 15).

De 1985 a 1999, as indústrias extrativas minerais da região foram responsáveis pela demissão de 10.213 funcionários, já o comércio varejista contratou 10.955 empregados. Analisando apenas o número dos demitidos em um subsetor e os contratados em outro, diríamos que as contratações no comércio varejista absorveram o impacto causado pela desestruturação das indústrias extrativas minerais da região (Tabela 15).

Juntos os subsetores extrativo mineral, indústria de produtos minerais não-metálicos, indústria de calçados e instituições de crédito, seguros e capitalização, entre 1985 a 1999, no sul catarinense, foram responsáveis pela demissão de 17.914 trabalhadores. Nesse mesmo período os subsetores comércio varejista, indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos, indústria química e APDA foram responsáveis pela geração de 28.548 empregos (Tabela 15).

Em 1985, os PFT da região sul do Estado representavam 11,94% do MFT de Santa Catarina e em 1999 passaram a representar 12%. De 1985 a 1999, na região, houve um saldo de 32.580 empregos com crescimento relativo de 36,69%. A região sul catarinense tem apresentado maior crescimento no mercado formal de trabalho de Santa Catarina, como um todo (Tabela 16 e 15).

Uma parcela dos trabalhadores demitido nos subsetores extrativo mineral, indústria de calçados, indústria de produtos minerais não-metálicos e instituição de crédito, seguros e capitalização foram canalizados pelos 21 subsetores que contrataram no período. Os subsetores que tiveram maior contratação foram: comércio varejista, indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos, APDA e indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria. Outra parte dos trabalhadores demitidos se encontram na informalidade, no subemprego ou mesmo desempregados.

Nas últimas duas década, tem piorado as condições dos trabalhadores. Menores salários, aumento de desemprego, trabalho por tempo parcial, subemprego etc, em vários países e, entre esses o Brasil (e a região sul catarinense) são exemplos das condições que os trabalhadores têm enfrentado. Para amenizar essa situação, a melhor saída é a coletiva: Estado, empresários e trabalhadores, através de pesado investimento na educação, mudança macroeconômica, proteção e auxílio aos setores menos competitivos etc (OIT, 1998).

Isso não significa que não exista espaço para os agentes locais (prefeitos, instituições de pesquisa, educação e de formação profissional, sindicatos patronais e de trabalhadores) agirem. Pelo contrário, existe e deveria ser bem aproveitado. No entanto, muita vezes, a ação impulsiva do poder Público Federal, coloca abaixo algo que foi construído há quase um século e que

envolveu milhares de pessoas das quais muitas pagaram o "desenvolvimento" do subsetor com suas próprias vidas.

VI - Referência Bibliográfica

- ANDERSON, Perry. *Balanço do Neoliberalismo. In Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. RJ: Paz e Terra, 1995.
- ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora da UNESP, 1996.
- BERNARDO, J. *Economia dos conflitos sociais*. SP, Cortez, 1991.
- BETTO, Frei. *Marcas de Batom: como o movimento feminista evoluiu no Brasil e no Mundo: Revista Caros Amigos*, ano 5, n. 54, setembro 2001.
- CARNEIRO, D. D. & MODIANO, E. *Ajuste externo e desequilíbrio a interno: 1980 – 1984. In Ordem do progresso: Cem anos de Política Econômica Republicana 1889 - 1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- CÁRIO, S. A. F. & SOUSA, M. V. "Estudo sobre Centros Tecnológicos da Indústria Têxtil de Santa Catarina". X Seminário de Iniciação Científica da UFSC , Florianópolis, 2000.
- ESPÍNDOLA, Célio. Et alli. *Análise da PEA de Santa Catarina. In Metodologia de Diagnóstico da Demanda de Educação*. Blumenau: IPS/FURB, 2000.
- ESPÍNDOLA, Célio. Et alli. *Síntese das Variações setoriais nas Microrregiões. In Metodologia de Diagnóstico da Demanda de Educação*. Blumenau: IPS/FURB, 2000.
- CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. SP: Xamã, 1996.
- CHESNAIS, François. *Crise da Ásia ou do capitalismo*. Resenha na internet, 11/08/1998. Entrevista à Antônio Martins, 3 p.
- CARNEIRO, Dionísio Dias. *A crise e esperança (1974-80). In Ordem do progresso: Cem anos de Política Econômica Republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p. 295-322.
- CORRÊA, Cristiane & PEIXOTO, Fábio. *Até onde chegam as mulheres?* São Paulo: Revista Exame, ano 35, n. 2, janeiro 2001, p. 36-50.
- DIEESE. *Reestruturação Produtiva e Emprego na Indústria de Santa Catarina*. Florianópolis, Estudo Especial n. 01, 1996.
- ERBER, F. & CASSIOLATO, J. E. *Política Industrial: Teoria e prática no Brasil e na OCDE. In Revista economia política*, v. 17, n° 2 (66), abril-junho de 1997.
- FURTADO, Celso. *A preeminência mundial da economia dos Estados Unidos Pós-Guerra. In Transformação e a Crise na Economia Mundial*: Paz e Terra, p. 11-58.
- GRUPO KRISIS. *Manifesto contra o trabalho*. SP, Caderno do Labor n° 2. Tradução de Heinz D. Heidemann.

GASTALDON, Murialdo Canto. O segmento plástico no Sul Catarinense: uma abordagem sobre a situação recente à luz da problemática dos clusters e distritos industriais. Florianópolis, 2000. 225 p. Dissertação Mestrado Economia - UFSC.

IBGE. Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar. RJ, (vários anos).

IBGE. Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar. Rio de Janeiro, (vários anos).

IBGE. Sínteses dos Indicadores Sociais de 2000. Rio de Janeiro, 2000.

LINS, Hoyêdo N. Reestruturação industrial em Santa Catarina: pequenas e médias empresas têxteis e vestuaristas catarinenses perante os desafios dos anos 90. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.

MILIOLI, Geraldo. Mineração de Carvão e Desenvolvimento Sustentado na Região Sul de Santa Catarina. Estudo Exploratório de Percepção, Valores e Atitude num Bairro do Município de Criciúma. Florianópolis, 1993. 133 p. Dissertação Sociologia Política - UFSC.

MICKLETHWAIT, John & WOOLDRIDGE, Adrian. Os cinco mitos da globalização? São Paulo: Revista Exame, ano 35, n. 2, janeiro 2001, p. 101-110.

MATTOSO, Jorge. O Brasil desempregado: como foram destruídas mais de 3 milhões de emprego nos anos 90. SP: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000, 48 p.

MATTEI, Lauro, LINS, Hoyêdo N. A sociedade Catarinense no limiar do Século XXI, Florianópolis 2000, 33 p. mimeo.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA - DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. Anuário Mineral, Brasília (vários anos).

MINISTERIO DO TRABALHO. Sistema RAIS. Brasília, vários anos (CD-ROM)

MODIANO, E. A. A Ópera dos três Cruzados. *IN* Ordem do progresso: Cem anos de Política Econômica Republicana 1889-1989. RJ: Campus, 1990.

NOGUEIRA, WALDO. O carvão ainda arde. Balanço Anual 1998: Santa Catarina. Gazeta Mercantil, ano V, n. 5, setembro de 1998, p. 34-35.

NOGUEIRA, WALDO. A explosão da cerâmica. Balanço Anual 1998: Santa Catarina. Gazeta Mercantil, ano V, n. 5, setembro de 1998, p. 36-38.

NOGUEIRA, WALDO. De mão em mão. Balanço Anual 1998: Santa Catarina. Gazeta Mercantil, ano V, n. 5, setembro de 1998, p. 39.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. El empleo en el mundo 1996/97 - Las políticas nacionales en la era de la mundialización. Ginebra, 1996.

_____. El empleo en el mundo 1998/99 - Empleabilidad y mundialización, papel fundamental de la formación. Ginebra, 1998.

- OURIQUES, H. R. & VIEIRA, P. A. O emprego formal em Santa Catarina no período de 1986 - 1996: primeiras evidências. Florianópolis, UFSC, 1998. Mimeo.
- POCHAMANN, Márcio. A Batalha pelo primeiro emprego: As perspectiva e a situação atual do jovem no mercado de trabalho brasileiro. SP: Publisher Brasil, 2000.
- QUINTERO, R. A. Política Industrial del calzado en México. Cidade do México: Revista Investigación Económica. v. LV. Octubre-diciembre 1995, p. 143-175.
- RAIS - Relação Anual de Informações Sociais. Brasília, (CD - ROM) vários anos.
- RODRIGUES, Otávio A. A. A Pré-História. Florianópolis, 2001. 20p. mimeo.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Relatório Nacional Brasileiro / Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social / Copenhague, 1995. Brasília. Fevereiro de 1995.
- REGISTROS ADMINISTRATIVOS: RAIS e CAGED. Brasília, MTE, SPPE/DES/CCGETIP, 1999. 22p.
- SERRA, José. Ciclos e mudanças Estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In Desenvolvimento capitalista no Brasil. V. 1, SP: Brasiliense, p. 57-121, 1982.
- SANTA CATARINA. Anuário estatístico de Santa Catarina. V. 1, Florianópolis: SEDEIM, 1997.
- SANTA CATARINA: Perfil do Emprego nas Microregiões do Estado. Florianópolis: Governo do Estado de SC & UFSC, 29 p.26, 1998.
- SANTOS, Maurício A. Crescimento e crise na Região Sul de Santa Catarina. Florianópolis, UFSC, 1995 (Dissertação de Mestrado em Geografia).
- SEIBEL, E. J. & SOUSA, M. V. Análise e avaliação de políticas públicas em Santa Catarina, estudo preparatório para uma avaliação da década de noventa: através dos Indicadores de Condições de Vida em Santa Catarina. Florianópolis: NIPP/CHF/UFSC, 29 p. 2001 (mimeo).
- SILVA, Mauri Antônio da. Bancários e Desemprego: Flexibilização no Trabalho e Estratégias Sindicais, Florianópolis, www.cfh.ufsc.br/ppgs/resumos/mauri_silva.html, 1999.
- SOARES, G. A. & NAKATANI, P. A descentralização do trabalho. XXVII Encontro Nacional de Economia. Belém, 1999.
- SUZIGAN, W. A crise do 70 e a necessidade de reestruturar o setor produtivo nos países avançados. In SUZIGAN, W. et alli. Reestruturação Industrial e competitividade internacional. SP: SEADE, p. 7-31, 1989.
- TIGRE, P. B.; CASIOLATO, J. E.; SZAPIRO, M. H. S.; FERRAZ, J. C. Mudanças institucionais e tecnologia: impactos da liberalização no sistema nacional de inovação. In BAUMANN, R. Brasil: Uma década de Transição. RJ: CEPAL/Campus, 1999.

TURMINA, Sandra Caroline. Base Institucional do cluster de confecção de Criciúma/SC: Observações com base na análise fatorial de correspondências e no método de classificação. Florianópolis, 1999. 156 p. Dissertação Mestrado Economia - UFSC;

VEIGA, Aida. Mais lazer e menos trabalho? Esquece, SP: VEJA, ano 33, nº 14, 5 de abril de 2000, p. 122-129.

VIEIRA, Pedro Antonio.E o homem fez a máquina: a automatização do torno e a transformação do trabalho lho desde a Revolução Industrial até a Revolução Microeletrônica . Florianópolis: Ed. da UFSC, 1989.

VIEIRA, P. A. Control de la Fuerza de Trabajo y Automatizacion de los medios de trabajo. México, D. F. UNAM, 1998(mimeo).

VIEIRA, P. A. O trabalho no alvorecer do século XXI: notas para estimular o debate. Florianópolis, Dep.Economia/UFSC, 1999 (mimeo).

www.bcb.gov.br.

www.ipea.gov.br

www.datasus.gov.br

www.ibge.gov.br

www.mte.gov.br

www.sul-sc.com.br

www.cdiport.com.br

www.durb.sdm.sc.gov.br

www.na.com.br/1997/retro

VII - ANEXOS

Anexo I - Postos Formais de Trabalho por subsetores (dados absoluto e relativo), na Região Sul de Santa Catarina de 1985 à 1999.

	1985	%	1986	%	1987	%	1988	%	1989	%	1990	%	1991	%
Extrativa Mineral	13.781	15,52	12.118	12,51	11.880	11,56	9.883	9,20	8.707	7,77	6.361	6,35	6.178	6,61
Indústria de Produtos Minerais não Metálicos	10.359	11,67	11.793	12,18	13.055	12,71	14.520	13,51	16.174	14,43	12.489	12,47	8.129	8,70
Indústria Metalúrgica	1.550	1,75	1.772	1,83	1.844	1,79	1.818	1,69	2.164	1,93	1.604	1,60	802	0,86
Indústria Mecânica	1.216	1,37	1.983	2,05	2.077	2,02	2.142	1,99	2.339	2,09	1.536	1,53	1.542	1,65
Indústria do Material Elétrico e de Comunicações	23	0,03	23	0,02	29	0,03	32	0,03	42	0,04	39	0,04	60	0,06
Indústria do Material de Transporte	188	0,21	221	0,23	209	0,20	260	0,24	363	0,32	302	0,30	246	0,26
Indústria da Madeira e do Mobiliário	2.404	2,71	2.945	3,04	2.915	2,84	3.185	2,96	3.160	2,82	2.804	2,80	2.783	2,98
Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	368	0,41	478	0,49	452	0,44	387	0,36	408	0,36	368	0,37	427	0,46
Ind. da Borracha, Fumo, Couros, Peles, Similares, Ind. Diversas	725	0,82	733	0,76	901	0,88	1.047	0,97	998	0,89	1.285	1,28	713	0,76
Ind. Química de Produtos Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria,	1.958	2,20	2.346	2,42	2.674	2,60	2.880	2,68	3.243	2,89	2.853	2,85	3.206	3,43
Indústria Têxtil do Vestuário e Artefatos de Tecidos	2.966	3,34	4.594	4,74	4.686	4,56	5.257	4,89	5.872	5,24	5.472	5,46	4.410	4,72
Indústria de Calçados	6.058	6,82	6.500	6,71	5.495	5,35	4.183	3,89	4.938	4,41	4.269	4,26	3.927	4,20
Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e álcool	2.717	3,06	3.017	3,12	3.133	3,05	3.171	2,95	3.386	3,02	3.303	3,30	3.359	3,60
Elétrico	2.050	2,31	2.125	2,19	2.175	2,12	2.288	2,11	2.653	2,37	2.678	2,67	2.599	2,78
Serviços Industriais de Utilidade Pública	2.042	2,30	2.245	2,32	2.865	2,79	3.654	3,40	3.404	3,04	2.763	2,76	3.222	3,45
Construção Civil	10.472	11,79	11.463	11,84	11.961	11,64	12.140	11,30	13.097	11,69	12.639	12,62	11.701	12,53
Comércio Varejista	1.594	1,79	1.645	1,70	1.802	1,75	1.884	1,75	2.029	1,81	2.011	2,01	1.863	1,99
Comércio Atacadista	2.949	3,32	2.773	2,86	2.576	2,51	2.176	2,03	2.272	2,03	2.068	2,06	1.918	2,05
Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização	4.095	4,61	4.528	4,66	4.872	4,74	5.331	4,96	5.069	4,52	4.735	4,73	5.129	5,49
Com. e Administração de Imóveis, Valores Mobiliários, Serv. Técnico...	4.116	4,63	4.704	4,86	4.948	4,82	5.351	4,98	5.846	5,22	4.919	4,91	4.339	4,65
Transportes e Comunicações	6.767	7,62	7.180	7,41	7.827	7,62	8.229	7,66	8.668	7,74	8.126	8,11	7.980	8,54
Serv. de Alojamento, Alimentação, Reparação, Manutenção, Redação, R...	1.913	2,15	2.045	2,11	2.246	2,19	2.314	2,15	2.382	2,13	2.321	2,32	2.444	2,62
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	291	0,33	296	0,31	331	0,32	340	0,32	365	0,33	315	0,31	326	0,35
Ensino	7.147	8,05	8.350	8,62	9.257	9,01	10.098	9,40	9.645	8,61	9.710	9,70	10.337	11,07
Administração Pública Direta e Autárquica	968	1,09	879	0,91	1.082	1,05	1.002	0,93	1.094	0,98	1.045	1,04	1.034	1,11
Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extrativismo Vegetal...	87	0,10	82	0,08	1.458	1,42	3.902	3,63	3.744	3,34	4.133	4,13	4.732	5,07
Outros / Ignorado	88.804	100	96.838	100	102.750	100	107.454	100	112.062	100	100.148	100	93.406	100

Anexo I - Postos Formais de Trabalho por subsetores (dados absoluto e relativo), na Região Sul de Santa Catarina de 1985 à 1999 (continuação).

	1992	%	1993	%	1994	%	1995	%	1996	%	1997	%	1998	%	1999	%
Extrativa Mineral	4.423	4,93	4.599	4,61	4.260	3,93	4.286	4,13	2.846	2,80	3.145	2,87	2.943	2,61	3.568	2,94
Indústria de Produtos Minerais não Metálicos	7.282	8,12	8.292	8,30	9.159	8,45	8.111	7,81	7.770	7,65	8.669	7,91	8.699	7,72	8.973	7,39
Indústria Metalúrgica	732	0,82	900	0,90	1.949	1,80	1.630	1,57	1.654	1,63	2.289	2,09	2.657	2,36	2.614	2,15
Indústria Mecânica	1.479	1,65	1.533	1,54	1.169	1,08	1.245	1,20	956	0,94	1.068	0,97	1.209	1,07	1.489	1,23
Indústria do Material Elétrico e de Comunicações	48	0,05	110	0,11	103	0,10	134	0,13	142	0,14	142	0,13	180	0,16	219	0,18
Indústria do Material de Transporte	219	0,24	301	0,30	299	0,28	293	0,28	390	0,38	388	0,35	395	0,35	406	0,33
Indústria da Madeira e do Mobiliário	3.000	3,35	3.725	3,73	4.444	4,10	4.493	4,33	4.377	4,31	4.919	4,49	5.125	4,55	5.907	4,87
Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	387	0,43	338	0,34	497	0,46	573	0,55	663	0,65	738	0,67	849	0,75	854	0,70
Ind. da Borracha, Fumo, Couros, Peles, Similares, Ind. Diversas	934	1,04	958	0,96	830	0,77	839	0,81	792	0,78	832	0,76	836	0,74	1.077	0,89
Ind. Química de Produtos Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria, ...	3.151	3,51	3.356	3,36	4.134	3,82	5.084	4,90	5.254	5,17	5.846	5,33	6.304	5,59	6.458	5,32
Indústria Têxtil do Vestuário e Artefatos de Tecidos	5.665	6,32	6.951	6,96	8.441	7,79	7.368	7,10	7.948	7,82	9.095	8,30	9.751	8,65	11.235	9,26
Indústria de Calçados	4.085	4,55	4.748	4,75	2.855	2,64	1.522	1,47	902	0,89	930	0,85	736	0,65	898	0,74
Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e álcool Etílico	3.219	3,59	3.509	3,51	5.301	4,89	4.980	4,80	4.573	4,50	4.908	4,48	4.973	4,41	3.781	3,11
Serviços Industriais de Utilidade Pública	2.327	2,59	2.365	2,37	2.799	2,58	2.566	2,47	2.793	2,75	3.050	2,78	2.460	2,18	2.230	1,84
Construção Civil	2.967	3,31	3.402	3,41	4.721	4,36	4.782	4,61	4.341	4,27	3.628	3,31	3.890	3,45	3.987	3,28
Comércio Varejista	10.951	12,21	11.667	11,68	15.364	14,18	15.130	14,57	16.320	16,0	18.262	16,6	19.309	17,13	21.427	17,6
Comércio Atacadista	2.064	2,30	1.926	1,93	2.690	2,48	2.217	2,14	2.285	2,25	2.777	2,53	2.906	2,58	2.900	2,39
Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização	1.765	1,97	2.360	2,36	2.263	2,09	2.046	1,97	1.943	1,91	1.864	1,70	1.785	1,58	1.794	1,48
Com. e Administração de Imóveis, Valores Mobiliários, Serv. Técnico...	4.560	5,08	5.318	5,33	4.062	3,75	4.906	4,72	4.240	4,17	4.971	4,54	4.288	3,80	5.910	4,87
Transportes e Comunicações	3.828	4,27	3.691	3,70	5.294	4,89	5.362	5,16	5.511	5,42	5.577	5,09	5.639	5,00	5.858	4,83
Serv. de Alojamento, Alimentação, Reparação, Manutenção, Redação, R....	7.238	8,07	8.252	8,26	5.270	4,86	6.719	6,47	6.874	6,76	7.242	6,61	8.335	7,39	8.766	7,22
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	2.416	2,69	2.481	2,48	2.780	2,57	2.978	2,87	3.403	3,35	3.358	3,06	3.142	2,79	3.052	2,51
Ensino	317	0,35	280	0,28	1.115	1,03	2.776	2,67	3.082	3,03	3.025	2,76	3.347	2,97	4.218	3,47
Administração Pública Direta e Autárquica	9.693	10,81	10.053	10,07	14.122	13,03	12.018	11,57	11.364	11,1	11.219	10,2	11.302	10,03	11.971	9,86
Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extrativismo Vegetal...	951	1,06	1.084	1,09	1.396	1,29	1.186	1,14	1.111	1,09	1.593	1,45	1.626	1,44	1.787	1,47
Outros / Ignorado	5.982	6,67	7.663	7,67	3.032	2,80	596	0,57	97	0,10	56	0,05	40	0,04	5	0,00
Total	89.683	100	99.662	100	108.349	100	103.840	100	101.631	100	109.591	100	112.726	100	121.384	100

Fonte: RAIS.

Elaboração: Próprio autor.

Anexos 2 - Dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação Economia, História, Geografia e Sociologia, sobre assunto que tem ligação Direta ou Indireta ao tema em Estudo.

A Pírita Humana. Os Mineiros de Criciúma	Terezinha Gascho Volpato	1982	Sociologia
Henrique Lage e o Desenvolvimento Sul Catarinense	Ondina Pereira Bossle	1979	História
Contribuição do Imigrante para o Desenvolvimento das Relações Capitalistas de Produção no Sul do Estado de SC	Valmir Martins	1979	História
Partidos e Sindicatos - um Estudo de caso: o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração de Carvão de Criciúma	Maria Luiza Fernandes	1992	História
Dos Subterrâneos da História: as Trabalhadores das Minas de Carvão de SC (1937-1964)	Carlos Renato Carola	1997	História
Homens de Barro - Olarias em Morro da Fumaça	João Henrique Zanelatto	1998	História
A Situação das Indústria Domésticas das Redes de Subcontratação Têxteis no Espaço Urbano e Microrregional de Tubarão/SC	Fabiola Casleto	2001	Geografia
Criciúma - Memória e Vida Urbana	Luiz Fernando	2001	Geografia
As Curvas do Trem: a Presença da Estrada de Ferro em Criciúma (1919-1975) Cidade, Modernidade e Vida Urbana	Dorval do Nascimento	2000	Geografia
Complexo de Revestimento Cerâmicos do Sul de SC: Análise sob Enfoque do Conceito de Clusters ou Distrito Industrial	Ademar José	1999	Geografia
Porto de Imbituba/SC: de Armação Baleeiro a Porto Carbonífero (da Gênese a Crise)	Márcia Fernandes	1999	Geografia
Laguna: de Ontem a Hoje Espaços Públicos e Vida Urbana	Liliane Monfardini Fernandes	1998	Geografia
Crescimento e Crise na Região Sul de SC	Maurício Aurélio	1995	Geografia
A Inserção da Indústria do Vestuário na Economia do Sul de SC	Alcides Goularti Filho	1995	Geografia
Avaliação dos Impactos Ambientais da Indústria Carbonífera nos Recursos Hídricos da Região Sul Catarinense	Carlos Aberto de Verney Gothe	1993	Geografia
Influência da Exploração Carbonífera nas Atividades Agrícolas e no Desenvolvimento Global de Criciúma/SC	Ruth Emilio Nogueira	1991	Geografia
Tecnologia e Padrão de Concorrência da Indústria de Revestimento Cerâmicos de SC	Elisiane Beltrame	1997	Economia
O Segmento Plástico no Sul Catarinense: Uma Abordagem sobre a Situação Recente à Luz da Problemática dos Clusters e Distritos Industriais	Murialdo Canto Gastaldon	2000	Economia
Centro de Tecnologia em Cerâmica: um Estudo de Caso sobre Cooperação Universidade-Empresa	Liane Sbruzzi	1999	Economia

Fonte: Secretarias dos Mestrados - Economia, História, Geografia e Sociologia.

Elaboração: Próprio autor.

Anexo 3 - Distribuição dos PFT por faixa etária em Santa Catarina em 1985 e 1999.

	1985		1999	
	Total	%	Total	%
10 a 14 Anos	4.292	0,58	240	0,02
15 a 17 Anos	41.664	5,6	28.367	2,8
18 a 24 Anos	213.783	28,76	229.371	22,67
25 a 29 Anos	142.367	19,15	172.182	17,02
30 a 39 Anos	199.314	26,81	315.866	31,21
40 a 49 Anos	94.000	12,64	192.184	18,99
50 a 64 Anos	42.912	5,77	70.058	6,92
65 Anos ou Mais	1.918	0,26	3.533	0,35
Ignorado	3.193	0,43	130	0,01
Total	743.443	100	1.011.931	100

Anexo 4- Distribuição dos PFT por faixa etária no Brasil em 1985 e 1999.

	1985		1999	
	Total	%	Total	%
10 a 14 Anos	72.244	0,35	3.581	0,01
15 a 17 Anos	620.712	3,03	374.578	1,5
18 a 24 Anos	4.820.827	23,53	4.631.580	18,53
25 a 29 Anos	3.920.209	19,13	4.165.661	16,67
30 a 39 Anos	5.962.093	29,09	7.840.829	31,37
40 a 49 Anos	3.202.194	15,63	5.329.831	21,33
50 a 64 Anos	1.640.618	8,01	2.450.372	9,8
65 Anos ou Mais	111.967	0,55	187.372	0,75
Ignorado	141.267	0,69	9.461	0,04
Total	20.492.131	100	24.993.265	100

Fonte: RAIS 1985 e 1999.

Elaboração: próprio autor.

Anexo 5- Distribuição dos PFT por tamanho das Empresas de Santa Catarina em 1985 e 1999.

	1985		1999	
	Total	%	Total	%
De 0 a 19	137.639	18,51	319.272	31,55
De 20 a 99	163.997	22,06	223.011	22,04
De 100 a 499	177.626	23,89	207.428	20,5
Acima de 500	264.181	35,53	262.220	25,91
Total	743.443	100	1.011.931	100

Anexo 6- Distribuição dos PFT por tamanho das Empresas no Brasil em 1985 e 1999.

	1985		1999	
	Total	%	Total	%
De 0 a 19	3.527.299	17,21	6.592.696	26,38
De 20 a 99	3.869.963	18,89	4.811.100	19,25
De 100 a 499	4.789.194	23,37	5.131.692	20,53
Acima de 500	8.305.675	40,53	8.457.777	33,84
Total	20.492.131	100	24.993.265	100

Fonte: RAIS 1985 e 1999.

Elaboração: próprio autor.

Anexo 7 - Distribuição dos PFT por Nível de Escolaridade em Santa Catarina - 1985 e 1999.

	1985		1999	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Analfabeto	10.617	1,43	9.808	0,97
4ª Série Incompleta	78.182	10,52	46.087	4,55
4ª Série Completa	197.178	26,52	148.281	14,65
8ª Série Incompleta	108.590	14,61	157.420	15,56
8ª Série Completa	154.545	20,79	223.817	22,12
2º Grau Incompleto	51.933	6,99	95.348	9,42
2º Grau Completo	79.830	10,74	194.163	19,19
Superior Incompleto	18.792	2,53	31.163	3,08
Superior Completo	37.895	5,1	105.843	10,46
Ignorado	5.881	0,79	1	0
Total	743.443	100	1.011.931	100

Anexo 8 - Distribuição dos PFT por Nível de Escolaridade no Brasil - 1985 e 1999.

	1985		1999	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Analfabeto	692.553	3,38	517.434	2,07
4ª Série Incompleta	2.806.010	13,69	1.935.363	7,74
4ª Série Completa	4.261.537	20,8	2.936.482	11,75
8ª Série Incompleta	2.765.641	13,5	3.574.370	14,3
8ª Série Completa	2.503.110	12,21	4.303.411	17,22
2º Grau Incompleto	1.437.236	7,01	2.100.368	8,4
2º Grau Completo	3.167.183	15,46	5.649.008	22,6
Superior Incompleto	755.516	3,69	902.668	3,61
Superior Completo	1.844.832	9	3.071.661	12,29
Ignorado	258.513	1,26	2.500	0,01
Total	20.492.131	100	24.993.265	100

Fonte: RAIS 1985 e 1999.

Elaboração: próprio autor.

Anexo 9 - Remuneração média em salários mínimo por subsetores e gênero no Sul Catarinense em 1985 e 1999.

	1985			1999		
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
Extrativa Mineral	3,88	3,79	3,88	5,19	6,63	5,2
Indústria de Produtos Minerais não Metálicos	2,69	1,93	2,52	4,42	3,82	4,3
Indústria Metalúrgica	2,96	2,08	2,91	3,67	2,25	3,5
Indústria Mecânica	3,46	2,13	3,41	4,57	4,22	4,5
Indústria do Material Elétrico e de Comunicações	1,62	1,52	1,61	2,81	1,99	2,7
Indústria do Material de Transporte	1,79	2,75	1,87	3,19	3,26	3,2
Indústria da Madeira e do Mobiliário	1,36	1,14	1,33	2,49	2,25	2,5
Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	1,86	1,29	1,76	2,56	2,34	2,5
Ind. da Borracha, Fumo, Couros, Peles, Similares, Ind. Diversas	4,4	1,76	3,95	2,7	1,87	2,4
Ind. Química de Produtos Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria, ...	4,67	2,02	4,15	4,39	2,95	4,1
Indústria Têxtil do Vestuário e Artefatos de Tecidos	1,59	1,17	1,22	2,31	1,81	1,9
Indústria de Calçados	1,54	1,1	1,32	1,86	1,44	1,7
Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e álcool Etílico	2,04	1,25	1,8	2,73	1,9	2,5
Serviços Industriais de Utilidade Pública	7,21	4,8	7,07	13	7	12
Construção Civil	1,79	1,36	1,77	2,83	2,16	2,8
Comércio Varejista	2,12	1,42	1,86	3,05	2,3	2,8
Comércio Atacadista	2,55	1,55	2,4	3,3	2,68	3,2
Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização	7,74	5,43	7,03	17,1	11,47	15
Com. e Administração de Imóveis, Valores Mobiliários, Serv. Técnico...	3,85	1,6	3,56	3,87	3,08	3,6
Transportes e Comunicações	2,95	2,56	2,93	3,88	2,89	3,8
Serv. de Alojamento, Alimentação, Reparação, Manutenção, Redação, R...	2,62	1,71	2,21	2,72	2,2	2,4
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	2,43	1,75	1,89	4,61	3,43	3,6
Ensino	1,98	1,94	1,96	7,27	5,36	6,1
Administração Pública Direta e Autárquica	2,12	1,55	1,92	4,24	3,23	3,7
Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extrativismo Vegetal...	2,38	1,44	2,07	4,42	3,38	4,1
Outros / Ignorado	1,83	1,17	1,69	2	2,13	2,1
Total	3,13	1,69	2,74	4,08	2,85	3,6

Fonte: RAIS 1985 e 1999.

Elaboração: próprio autor.

Anexo 10 - Remuneração média em salários mínimo por subsetores e gênero em Santa Catarina em 1985 e 1999.

	1985			1999		
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
Extrativa Mineral	3,75	3,3	3,74	4,79	4,53	4,8
Indústria de Produtos Minerais não Metálicos	2,36	1,81	2,25	3,98	3,35	3,9
Indústria Metalúrgica	3,61	2,34	3,49	5,42	3,85	5,3
Indústria Mecânica	3,9	2,62	3,72	6,35	5,03	6,2
Indústria do Material Elétrico e de Comunicações	3,81	2,37	3,44	5,08	3,65	4,8
Indústria do Material de Transporte	3,25	2,47	3,2	5,04	4,21	5
Indústria da Madeira e do Mobiliário	1,68	1,34	1,63	2,61	2,16	2,5
Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	3,41	1,7	3,16	4,84	3,42	4,6
Ind. da Borracha, Fumo, Couros, Peles, Similares, Ind. Diversas	3,85	1,92	3,4	3,97	2,43	3,5
Ind. Química de Produtos Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria, ...	4,14	2,28	3,73	4,94	3,17	4,5
Indústria Têxtil do Vestuário e Artefatos de Tecidos	4,17	1,97	2,78	4,56	2,63	3,4
Indústria de Calçados	1,62	1,2	1,41	1,96	1,67	1,8
Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e álcool Etilico	2,77	1,62	2,47	3,79	2,66	3,4
Serviços Industriais de Utilidade Pública	7,77	5,52	7,46	12,71	9,69	12
Construção Civil	2,21	2,18	2,21	3,22	3,28	3,2
Comércio Varejista	2,38	1,61	2,08	3,2	2,56	2,9
Comércio Atacadista	2,74	1,76	2,55	3,82	2,89	3,6
Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização	7,98	5,33	7,15	17,63	12,08	15
Com. e Administração de Imóveis, Valores Mobiliários, Serv. Técnico...	3,19	2,29	3,01	4,29	3,08	3,9
Transportes e Comunicações	3,17	3,23	3,17	4,58	4,14	4,5
Serv. de Alojamento, Alimentação, Reparação, Manutenção, Redação, R...	2,76	1,96	2,41	3,87	2,56	3,2
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	3,28	2,13	2,4	5,56	3,49	3,9
Ensino	2,04	1,91	1,94	7,61	5,36	6,2
Administração Pública Direta e Autárquica	4,08	3,32	3,72	7,99	5,84	6,9
Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extrativismo Vegetal...	2,59	1,78	2,46	3,71	3,06	3,6
Outros / Ignorado	3,43	1,97	3,06	3,8	3,03	3,2
Total	3,38	2,41	3,06	4,9	3,77	4,5

Fonte: RAIS 1985 e 1999.

Elaboração: próprio autor.

Anexo 11 - Remuneração média em salários mínimo por subsetores e gênero no Brasil em 1985 e 1999.

	1985			1999		
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
Extrativa Mineral	5,28	5,19	5,28	5,98	5,36	5,93
Indústria de Produtos Minerais não Metálicos	3,6	2,6	3,47	3,86	3,72	3,85
Indústria Metalúrgica	4,84	3,19	4,66	6,16	4,69	6,01
Indústria Mecânica	5,37	3,44	5,17	7,54	5,65	7,27
Indústria do Material Elétrico e de Comunicações	6,59	3,19	5,49	8,28	4,78	7,21
Indústria do Material de Transporte	6,93	4,39	6,71	9,6	7,31	9,37
Indústria da Madeira e do Mobiliário	2,07	1,72	2,02	2,71	2,47	2,67
Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	4,56	2,93	4,2	7,07	5,96	6,78
Ind. da Borracha, Fumo, Couros, Peles, Similares, Ind. Diversas	4,6	2,31	3,93	5,61	3,45	4,99
Ind. Química de Produtos Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria, ...	6,97	3,44	6,12	7,82	5,14	7,07
Indústria Têxtil do Vestuário e Artefatos de Tecidos	3,46	1,76	2,47	3,91	2,32	2,93
Indústria de Calçados	2,34	1,64	2,02	2,85	1,96	2,42
Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e álcool Etilico	3,01	1,75	2,72	4,15	2,96	3,83
Serviços Industriais de Utilidade Pública	7,14	6,39	7,04	10,4	9,32	10,19
Construção Civil	2,7	2,93	2,71	3,86	4,46	3,91
Comércio Varejista	2,46	1,74	2,21	3,22	2,59	2,98
Comércio Atacadista	3,68	2,35	3,39	4,87	4,07	4,66
Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização	8,32	5,61	7,37	17,6	12,3	15,21
Com. e Administração de Imóveis, Valores Mobiliários, Serv. Técnico...	4,25	2,95	3,93	5,35	4,47	5,09
Transportes e Comunicações	4,01	4,05	4,01	5,87	5,89	5,87
Serv. de Alojamento, Alimentação, Reparação, Manutenção, Redação, R...	2,94	2,3	2,67	3,76	3	3,39
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	3,04	1,94	2,23	6,14	4,17	4,67
Ensino	3,14	2,23	2,54	8,32	6,07	6,92
Administração Pública Direta e Autárquica	4,71	3,25	3,98	7,43	5,28	6,2
Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extrativismo Vegetal...	2,06	1,58	1,99	2,38	2,28	2,37
Outros / Ignorado	2,39	2,04	2,32	6,5	7,52	6,97
Total	4,11	2,8	3,69	5,51	4,5	5,12

Fonte: RAIS 1985 e 1999.

Elaboração: próprio autor.

Anexo 12 - PFT por subsetores e gênero no Sul de Santa Catarina de 1985 a 1999.

	1985						1986						1987					
	M	M%	F	F%	Total	M	M%	F	F%	Total	M	M%	F	F%	Total			
Extrativa Mineral	1	13.524	98,14	257	1,86	13.781	11.898	98,18	220	1,82	12.118	11.652	98,08	228	1,92	11.880		
Indústria de Produtos Minerais não Metálicos	2	8.072	77,92	2.287	22,08	10.359	9.109	77,24	2.684	22,76	11.793	10.222	78,30	2.833	21,70	13.055		
Indústria Metalúrgica	3	1.459	94,13	91	5,87	1.550	1.668	94,13	104	5,87	1.772	1.730	93,82	114	6,18	1.844		
Indústria Mecânica	4	1.175	96,63	41	3,37	1.216	1.882	94,91	101	5,09	1.983	1.960	94,37	117	5,63	2.077		
Indústria do Material Elétrico e de Comunicações	5	21	91,30	2	8,70	23	21	91,30	2	8,70	23	26	89,66	3	10,34	29		
Indústria do Material de Transporte	6	173	92,02	15	7,98	188	202	91,40	19	8,60	221	191	91,39	18	8,61	209		
Indústria da Madeira e do Mobiliário	7	1.984	82,53	420	17,47	2.404	2.322	78,85	623	21,15	2.945	2.324	79,73	591	20,27	2.915		
Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	8	303	82,34	65	17,66	368	372	77,82	106	22,18	478	366	80,97	86	19,03	452		
Ind. da Borracha, Fumo, Couros, Peles, Similares, Ind. Diversas	9	602	83,03	123	16,97	725	582	79,40	151	20,60	733	678	75,25	223	24,75	901		
Ind. Química de Produtos Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria, ...	10	1.571	80,23	387	19,77	1.958	1.833	78,13	513	21,87	2.346	2.073	77,52	601	22,48	2.674		
Indústria Têxtil do Vestuário e Artêfatos de Tecidos	11	328	11,06	2.638	88,94	2.966	549	11,95	4.045	88,05	4.594	607	12,95	4.079	87,05	4.686		
Indústria de Calçados	12	3.044	50,25	3.014	49,75	6.058	3.188	49,05	3.312	50,95	6.500	2.663	48,46	2.832	51,54	5.495		
Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e Alcool Etilico	13	1.894	69,71	823	30,29	2.717	2.050	67,95	967	32,05	3.017	2.185	69,74	948	30,26	3.133		
Serviços Industriais de Utilidade Pública	14	1.931	94,20	119	5,80	2.050	1.998	94,02	127	5,98	2.125	2.049	94,21	126	5,79	2.175		
Construção Civil	15	1.935	94,76	107	5,24	2.042	2.131	94,92	114	5,08	2.245	2.755	96,16	110	3,84	2.865		
Comércio Varejista	16	6.547	62,52	3.925	37,48	10.472	7.073	61,70	4.390	38,30	11.463	7.418	62,02	4.543	37,98	11.961		
Comércio Atacadista	17	1.351	84,76	243	15,24	1.594	1.369	83,22	276	16,78	1.645	1.490	82,69	312	17,31	1.802		
Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização	18	2.039	69,14	910	30,86	2.949	1.932	69,67	841	30,33	2.773	1.790	69,49	786	30,51	2.576		
Com. e Administração de Imóveis, Valores Mobiliários, Serv. Técnico...	19	3.558	86,89	537	13,11	4.095	3.803	83,99	725	16,01	4.528	4.032	82,76	840	17,24	4.872		
Transportes e Comunicações	20	3.861	93,80	255	6,20	4.116	4.396	93,45	308	6,55	4.704	4.610	93,17	338	6,83	4.948		
Serv. de Alojamento, Alimentação, Reparação, Manutenção, Redação, R...	21	3.719	54,96	3.048	45,04	6.767	4.040	56,27	3.140	43,73	7.180	4.323	55,23	3.504	44,77	7.827		
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	22	402	21,01	1.511	78,99	1.913	417	20,39	1.628	79,61	2.045	490	21,82	1.756	78,18	2.246		
Ensino	23	109	37,46	182	62,54	291	93	31,42	203	68,58	296	112	33,84	219	66,16	331		
Administração Pública Direta e Autárquica	24	4.627	64,74	2.520	35,26	7.147	5.311	63,60	3.039	36,40	8.350	5.495	59,36	3.762	40,64	9.257		
Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extrativismo Vegetal...	25	651	67,25	317	32,75	968	610	69,40	269	30,60	879	739	68,30	343	31,70	1.082		
Outros / Ignorado	26	69	79,31	18	20,69	87	69	84,15	13	15,85	82	1.141	78,26	317	21,74	1.458		
Total	27	64.949	73,14	23.855	26,86	88.804	68.918	71,17	27.920	28,83	96.838	73.121	71,16	29.629	28,84	102.750		

Anexo 12 - PFT por subsetores e gênero no Sul de Santa Catarina de 1985 a 1999 (continuação).

	1988					1989					1990					1991				
	M	M%	F	F%	Total	M	M%	F	F%	Total	M	M%	F	F%	Total	M	M%	F	F%	Total
1	9.699	98,14	184	1,86	9.883	8.522	97,88	185	2,12	8.707	6.228	97,91	133	2,09	6.361	6.045	97,85	133	2,15	6.178
2	11.692	80,52	2.828	19,48	14.520	13.034	80,59	3.140	19,41	16.174	10.089	80,78	2.400	19,22	12.489	6.830	84,02	1.299	15,98	8.129
3	1.709	94,00	109	6,00	1.818	2.018	93,25	146	6,75	2.164	1.492	93,02	112	6,98	1.604	751	93,64	51	6,36	802
4	2.027	94,63	115	5,37	2.142	2.218	94,83	121	5,17	2.339	1.474	95,96	62	4,04	1.536	1.457	94,49	85	5,51	1.542
5	30	93,75	2	6,25	32	39	92,86	3	7,14	42	38	97,44	1	2,56	39	57	95,00	3	5,00	60
6	237	91,15	23	8,85	260	325	89,53	38	10,47	363	270	89,40	32	10,60	302	219	89,02	27	10,98	246
7	2.472	77,61	713	22,39	3.185	2.501	79,15	659	20,85	3.160	2.239	80,56	545	19,44	2.804	2.217	79,66	566	20,34	2.783
8	324	83,72	63	16,28	387	338	82,84	70	17,16	408	311	84,51	57	15,49	368	343	80,33	84	19,67	427
9	753	71,92	294	28,08	1.047	768	76,95	230	23,05	998	905	70,43	380	29,57	1.285	492	69,00	221	31,00	713
10	2.219	77,05	661	22,95	2.880	2.561	78,97	682	21,03	3.243	2.234	79,00	599	21,00	2.853	2.567	80,07	639	19,93	3.206
11	633	12,04	4.624	87,96	5.257	810	13,79	5.062	86,21	5.872	695	12,70	4.777	87,30	5.472	645	14,63	3.765	85,37	4.410
12	1.966	47,00	2.217	53,00	4.183	2.303	46,64	2.635	53,36	4.938	2.010	47,08	2.259	52,92	4.269	1.818	46,29	2.109	53,71	3.927
13	2.171	68,46	1.000	31,54	3.171	2.314	68,34	1.072	31,66	3.386	2.302	69,69	1.001	30,31	3.303	2.325	69,22	1.034	30,78	3.359
14	2.129	93,87	139	6,13	2.268	2.495	94,04	158	5,96	2.653	2.508	93,65	170	6,35	2.678	2.415	92,92	184	7,08	2.599
15	3.483	95,32	171	4,68	3.654	3.211	94,33	193	5,67	3.404	2.609	94,43	154	5,57	2.763	3.074	95,41	148	4,59	3.222
16	7.516	61,91	4.624	38,09	12.140	8.115	61,96	4.982	38,04	13.097	7.764	61,43	4.875	38,57	12.639	7.281	62,23	4.420	37,77	11.701
17	1.557	82,64	327	17,36	1.884	1.666	82,11	363	17,89	2.029	1.648	81,95	363	18,05	2.011	1.492	80,09	371	19,91	1.863
18	1.446	66,45	730	33,55	2.176	1.513	66,59	759	33,41	2.272	1.377	66,59	691	33,41	2.068	1.274	66,42	644	33,58	1.918
19	4.421	82,93	910	17,07	5.331	4.032	79,54	1.037	20,46	5.069	3.660	77,30	1.075	22,70	4.735	3.985	77,70	1.144	22,30	5.129
20	4.967	92,82	384	7,18	5.351	5.403	92,42	443	7,58	5.846	4.523	91,95	396	8,05	4.919	3.981	91,75	358	8,25	4.339
21	4.494	54,61	3.735	45,39	8.229	4.646	53,60	4.022	46,40	8.668	4.344	53,46	3.782	46,54	8.126	4.119	51,62	3.861	48,38	7.980
22	456	19,71	1.858	80,29	2.314	426	17,88	1.956	82,12	2.382	404	17,41	1.917	82,59	2.321	429	17,55	2.015	82,45	2.444
23	103	30,29	237	69,71	340	93	25,48	272	74,52	365	91	28,89	224	71,11	315	81	24,85	245	75,15	326
24	5.857	58,00	4.241	42,00	10.098	5.200	53,91	4.445	46,09	9.645	5.264	54,21	4.446	45,79	9.710	5.387	52,11	4.950	47,89	10.337
25	688	68,66	314	31,34	1.002	724	66,18	370	33,82	1.094	696	66,60	349	33,40	1.045	709	68,57	325	31,43	1.034
26	3.302	84,62	600	15,38	3.902	2.959	79,03	785	20,97	3.744	2.850	68,96	1.283	31,04	4.133	3.230	68,26	1.502	31,74	4.732
27	76.351	71,05	31.103	28,95	107.454	78.234	69,81	33.828	30,19	112.062	68.065	67,96	32.083	32,04	100.148	63.223	67,69	30.183	32,31	93.406

Anexo 12 - PFT por subsetores e gênero no Sul de Santa Catarina de 1985 a 1999 (continuação).

	1992					1993					1994					1995				
	M	M%	F	F%	Total	M	M%	F	F%	Total	M	M%	F	F%	Total	M	M%	F	F%	Total
1	4.315	97,56	108	2,44	4.423	4.490	97,63	109	2,37	4.599	4.136	97,09	124	2,91	4.260	4.175	97,41	111	2,59	4.286
2	6.237	85,65	1.045	14,35	7.282	7.148	86,20	1.144	13,80	8.292	7.988	87,21	1.171	12,79	9.159	7.044	86,85	1.067	11,67	8.111
3	692	94,54	40	5,46	732	849	94,33	51	5,67	900	1.867	95,79	82	4,21	1.949	1.548	94,97	82	5,03	1.630
4	1.405	95,00	74	5,00	1.479	1.455	94,91	78	5,09	1.533	1.116	95,47	53	4,53	1.169	1.181	94,86	64	5,14	1.245
5	47	97,92	1	2,08	48	106	96,36	4	3,64	110	93	90,29	10	9,71	103	122	91,04	12	8,96	134
6	197	89,95	22	10,05	219	274	91,03	27	8,97	301	279	93,31	20	6,69	299	276	94,20	17	5,80	293
7	2.302	76,73	698	23,27	3.000	2.802	75,22	923	24,78	3.725	3.417	76,89	1.027	23,11	4.444	3.506	78,03	987	21,97	4.493
8	313	80,88	74	19,12	387	273	80,77	65	19,23	338	384	77,26	113	22,74	497	440	76,79	133	23,21	573
9	689	73,77	245	26,23	934	706	73,70	252	26,30	958	658	79,28	172	20,72	830	668	79,62	171	20,38	839
10	2.516	79,85	635	20,15	3.151	2.714	80,87	642	19,13	3.356	3.320	80,31	814	19,69	4.134	4.045	79,56	1.039	20,44	5.084
11	765	13,50	4.900	86,50	5.665	1.063	15,29	5.888	84,71	6.951	1.539	18,23	6.902	81,77	8.441	1.494	20,28	5.874	79,72	7.368
12	1.977	48,40	2.108	51,60	4.085	2.314	48,74	2.434	51,26	4.748	1.471	51,52	1.384	48,48	2.855	773	50,79	749	49,21	1.522
13	2.227	69,18	992	30,82	3.219	2.450	69,82	1.059	30,18	3.509	3.513	66,27	1.788	33,73	5.301	3.274	65,74	1.706	34,26	4.980
14	2.164	93,00	163	7,00	2.327	2.198	92,94	167	7,06	2.365	2.452	87,60	347	12,40	2.799	2.293	89,36	273	10,64	2.566
15	2.830	95,38	137	4,62	2.967	3.263	95,91	139	4,09	3.402	4.519	95,72	202	4,28	4.721	4.526	94,65	256	5,35	4.782
16	6.774	61,86	4.177	38,14	10.951	7.128	61,10	4.539	38,90	11.667	9.591	62,43	5.773	37,57	15.364	9.324	61,63	5.806	38,37	15.130
17	1.668	80,81	396	19,19	2.064	1.576	81,83	350	18,17	1.926	2.095	77,88	595	22,12	2.690	1.774	80,02	443	19,98	2.217
18	1.178	66,74	587	33,26	1.765	1.587	67,25	773	32,75	2.360	1.493	65,97	770	34,03	2.263	1.312	64,13	734	35,87	2.046
19	3.472	76,14	1.088	23,86	4.560	3.989	75,01	1.329	24,99	5.318	2.883	70,97	1.179	29,03	4.062	3.293	67,12	1.613	32,88	4.906
20	3.537	92,40	291	7,60	3.828	3.425	92,79	266	7,21	3.691	4.892	92,41	402	7,59	5.294	4.963	92,56	399	7,44	5.362
21	3.734	51,59	3.504	48,41	7.238	4.302	52,13	3.950	47,87	8.252	2.777	52,69	2.493	47,31	5.270	3.527	52,49	3.192	47,51	6.719
22	451	18,67	1.965	81,33	2.416	461	18,58	2.020	81,42	2.481	492	17,70	2.288	82,30	2.780	519	17,43	2.459	82,57	2.978
23	87	27,44	230	72,56	317	69	24,64	211	75,36	280	372	33,36	743	66,64	1.115	1.091	39,30	1.685	60,70	2.776
24	4.774	49,25	4.919	50,75	9.693	4.880	48,54	5.173	51,46	10.053	6.517	46,15	7.605	53,85	14.122	5.043	41,96	6.975	58,04	12.018
25	724	76,13	227	23,87	951	877	80,90	207	19,10	1.084	1.067	76,43	329	23,57	1.396	879	74,11	307	25,89	1.186
26	4.041	67,55	1.941	32,45	5.982	5.266	68,72	2.397	31,28	7.663	1.456	48,02	1.576	51,98	3.032	373	62,58	223	37,42	596
27	59.116	65,92	30.567	34,08	89.683	65.665	65,76	34.197	34,24	99.862	70.387	64,96	37.962	35,04	108.349	67.463	64,97	36.377	35,03	103.840

Anexo 12 - PFT por subsetores e gênero no Sul de Santa Catarina de 1985 a 1999 (continuação).

	1996					1997					1998					1999				
	M	M%	F	F%	Total	M	M%	F	F%	Total	M	M%	F	F%	Total	M	M%	F	F%	Total
1	2.758	96,91	88	3,09	2.846	3.052	97,04	93	2,96	3.145	2.847	96,74	96	3,26	2.943	3.460	96,97	108	3,03	3.568
2	6.768	87,10	1.002	12,90	7.770	7.531	86,87	1.138	13,13	8.669	7.549	86,78	1.150	13,22	8.699	7.748	86,35	1.225	13,65	8.973
3	1.569	94,86	85	5,14	1.654	2.175	95,02	114	4,98	2.289	2.433	91,57	224	8,43	2.657	2.380	91,05	234	8,95	2.614
4	900	94,14	56	5,86	956	1.011	94,66	57	5,34	1.068	1.131	93,55	78	6,45	1.209	1.384	92,95	105	7,05	1.489
5	126	88,73	16	11,27	142	123	86,62	19	13,38	142	155	86,11	25	13,89	180	191	87,21	28	12,79	219
6	361	92,56	29	7,44	390	355	91,49	33	8,51	388	363	91,90	32	8,10	395	379	93,35	27	6,65	406
7	3.546	81,01	831	18,99	4.377	3.998	81,28	921	18,72	4.919	4.193	81,81	932	18,19	5.125	4.802	81,29	1.105	18,71	5.907
8	501	75,57	162	24,43	663	576	78,05	162	21,95	738	640	75,38	209	24,62	849	642	75,18	212	24,82	854
9	625	78,91	167	21,09	792	639	76,80	193	23,20	832	577	69,02	259	30,98	836	618	57,38	459	42,62	1.077
10	4.174	79,44	1.080	20,56	5.254	4.669	79,87	1.177	20,13	5.846	5.122	81,25	1.182	18,75	6.304	5.266	81,54	1.192	18,46	6.458
11	1.571	19,77	6.377	80,23	7.948	1.746	19,20	7.349	80,80	9.095	1.923	19,72	7.828	80,28	9.751	2.319	20,64	8.916	79,36	11.235
12	453	50,22	449	49,78	902	478	51,40	452	48,60	930	348	47,28	388	52,72	736	455	50,67	443	49,33	898
13	3.091	67,59	1.482	32,41	4.573	3.344	68,13	1.564	31,87	4.908	3.433	69,03	1.540	30,97	4.973	2.707	71,59	1.074	28,41	3.781
14	2.399	85,89	394	14,11	2.793	2.415	79,18	635	20,82	3.050	2.093	85,08	367	14,92	2.460	1.950	87,44	280	12,56	2.230
15	4.126	95,05	215	4,95	4.341	3.401	93,74	227	6,26	3.628	3.672	94,40	218	5,60	3.890	3.738	93,75	249	6,25	3.987
16	10.255	62,84	6.065	37,16	16.320	11.480	62,86	6.782	37,14	18.262	12.033	62,32	7.276	37,68	19.309	13.441	62,73	7.986	37,27	21.427
17	1.810	79,21	475	20,79	2.285	2.215	79,76	562	20,24	2.777	2.324	79,97	582	20,03	2.906	2.292	79,03	608	20,97	2.900
18	1.220	62,79	723	37,21	1.943	1.161	62,29	703	37,71	1.864	1.109	62,13	676	37,87	1.785	1.106	61,65	688	38,35	1.794
19	2.900	68,40	1.340	31,60	4.240	3.376	67,91	1.595	32,09	4.971	2.839	66,21	1.449	33,79	4.288	4.006	67,78	1.904	32,22	5.910
20	5.091	92,38	420	7,62	5.511	5.155	92,43	422	7,57	5.577	5.198	92,18	441	7,82	5.639	5.389	91,99	469	8,01	5.858
21	3.436	49,99	3.438	50,01	6.874	3.547	48,98	3.695	51,02	7.242	3.786	45,42	4.549	54,58	8.335	3.805	43,41	4.961	56,59	8.766
22	627	18,42	2.776	81,58	3.403	599	17,84	2.759	82,16	3.358	545	17,35	2.597	82,65	3.142	529	17,33	2.523	82,67	3.052
23	1.241	40,27	1.841	59,73	3.082	1.140	37,69	1.885	62,31	3.025	1.224	36,57	2.123	63,43	3.347	1.650	39,12	2.568	60,88	4.218
24	4.761	41,90	6.603	58,10	11.364	4.417	39,37	6.802	60,63	11.219	5.028	44,49	6.274	55,51	11.302	5.214	43,56	6.757	56,44	11.971
25	830	74,71	281	25,29	1.111	1.117	70,12	476	29,88	1.593	1.144	70,36	482	29,64	1.626	1.198	67,04	589	32,96	1.787
26	45	46,39	52	53,61	97	25	44,64	31	55,36	56	18	45,00	22	55,00	40	1	20,00	4	80,00	5
27	65.184	64,14	36.447	35,86	101.631	69.745	63,64	39.846	36,36	109.591	71.727	63,63	40.999	36,37	112.726	76.670	63,16	44.714	36,84	121.384

Fonte: RAIS (vários anos).

Elaboração: próprio autor.

Anexo 13 - Postos Formais de Trabalho por faixa etária (dados absoluto e relativo) nos 26 subsetores, na Região Sul de Santa Catarina de 1985 e 1999.

	10 A 14	% 15 A 17	% 18 A 24	% 25 A 29	% 30 A 39	% 40 A 49	% 50 A 64	% 65 OU MAIS	% IGNORADO	Total	%									
Extrativa Mineral	1	0,18	30	0,71	2.766	10,30	3.929	21,35	5.188	21,66	1.454	14,23	374	9,31	14	10,07	25	6,04	13.781	15,52
Indústria de Produtos Minerais não Metálicos	40	7,34	266	6,26	3.992	14,86	2.233	12,13	2.545	10,62	943	9,23	307	7,64	7	5,04	26	6,28	10.359	11,67
Indústria Metalúrgica	0	0,00	56	1,32	564	2,10	362	1,97	372	1,55	132	1,29	53	1,32	1	0,72	10	2,42	1.550	1,75
Indústria Mecânica	0	0,00	46	1,08	408	1,52	296	1,61	329	1,37	113	1,11	23	0,57	1	0,72	0	0,00	1.216	1,37
Indústria do Material Elétrico e de Comunicações	0	0,00	0	0,00	9	0,03	7	0,04	3	0,01	4	0,04	0	0,00	0	0,00	0	0,00	23	0,03
Indústria do Material de Transporte	0	0,00	7	0,16	70	0,26	34	0,18	51	0,21	17	0,17	7	0,17	0	0,00	2	0,48	188	0,21
Indústria da Madeira e do Mobiliário	16	2,94	137	3,22	758	2,82	456	2,48	606	2,53	284	2,88	127	3,16	3	2,16	7	1,69	2.404	2,71
Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	1	0,18	23	0,54	139	0,52	74	0,40	94	0,39	31	0,30	6	0,15	0	0,00	0	0,00	368	0,41
Ind. da Borracha, Fumo, Couros, Peles, Similares, Ind. Diversas	4	0,73	40	0,94	191	0,71	124	0,67	206	0,86	113	1,11	43	1,07	1	0,72	3	0,72	725	0,82
Ind. Química de Produtos Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria, ...	3	0,55	73	1,72	647	2,41	433	2,35	557	2,32	185	1,81	54	1,34	2	1,44	4	0,97	1.956	2,20
Indústria Têxtil do Vestuário e Aterfatos de Tecidos	29	5,32	341	8,02	1.114	4,15	510	2,77	663	2,77	254	2,49	48	1,19	0	0,00	7	1,69	2.966	3,34
Indústria de Calçados	334	61,28	1.427	33,57	2.281	8,49	688	3,74	773	3,23	336	3,29	104	2,59	2	1,44	113	27,29	6.058	6,82
Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e álcool Etílico	12	2,20	224	5,27	959	3,57	441	2,40	611	2,55	324	3,17	132	3,28	5	3,60	9	2,17	2.717	3,06
Serviços Industriais de Utilidade Pública	0	0,00	6	0,14	200	0,74	468	2,54	788	3,29	447	4,37	136	3,38	4	2,88	1	0,24	2.050	2,31
Construção Civil	3	0,55	88	2,07	618	2,30	380	2,06	532	2,22	283	2,77	117	2,91	5	3,60	16	3,86	2.042	2,30
Comércio Varejista	52	9,54	817	19,22	4.404	16,40	2.018	10,97	2.053	8,57	768	7,52	289	7,19	9	6,47	62	14,98	10.472	11,79
Comércio Atacadista	3	0,55	59	1,39	547	2,04	353	1,92	414	1,73	148	1,45	62	1,54	0	0,00	8	1,93	1.594	1,79
Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização	9	1,65	97	2,28	1.164	4,33	741	4,03	783	3,27	128	1,25	27	0,67	0	0,00	0	0,00	2.949	3,32
Com. e Administração de Imóveis, Valores Mobiliários, Serv. Técnico...	16	2,94	122	2,87	1.190	4,43	781	4,24	1.176	4,91	550	5,38	228	5,67	12	8,63	20	4,83	4.095	4,61
Transportes e Comunicações	9	1,65	76	1,79	975	3,63	979	5,32	1.321	5,51	611	5,98	130	3,23	3	2,16	12	2,90	4.116	4,63
Serv. de Alojamento, Alimentação, Reparação, Manutenção, Redação, R...	6	1,10	174	4,09	1.557	5,80	1.272	6,91	2.050	8,56	1.196	11,70	489	11,67	18	12,95	25	6,04	6.767	7,62
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	2	0,37	23	0,54	626	2,33	472	2,56	514	2,15	196	1,92	72	1,79	4	2,88	4	0,97	1.913	2,15
Ensino	0	0,00	3	0,07	68	0,25	58	0,32	114	0,48	42	0,41	5	0,12	1	0,72	0	0,00	291	0,33
Administração Pública Direta e Autárquica	0	0,00	55	1,29	1.291	4,81	1.104	6,00	1.953	8,15	1.501	14,69	1.148	28,56	43	30,94	52	12,56	7.147	8,05
Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extrativismo Vegetal...	5	0,92	59	1,39	293	1,09	167	0,91	242	1,01	138	1,35	56	1,39	4	2,88	4	0,97	968	1,09
Cultos / Ignorado	0	0,00	2	0,05	27	0,10	22	0,12	19	0,08	11	0,11	2	0,05	0	0,00	4	0,97	87	0,10
Total	545	100	4.251	100	26.858	100	18.402	100	23.957	100	10.219	100	4.019	100	139	100	414	100	88.804	100

Anexo 13 - Postos Formais de Trabalho por faixa etária (dados absoluto e relativo) nos 26 subsetores, na Região Sul de Santa Catarina de 1985 e 1999 (continuação).

	10 A 14	% 15 A 17	% 18 A 24	% 25 A 29	% 30 A 39	% 40 A 49	% 50 A 64	% 65 OU MAIS	% IGNORADO	Total	%									
Extrativa mineral	0	0,00	8	0,21	331	1,16	488	2,44	1.732	4,48	868	3,95	133	1,64	8	2,66	0	0,00	3.568	2,94
Indústria de produtos minerais não metálicos	1	3,13	234	6,21	2.365	8,29	1.742	8,71	3.103	8,03	1.243	5,65	281	3,46	3	1,00	1	6,67	8.973	7,39
Indústria metalúrgica	0	0,00	77	2,04	793	2,78	504	2,52	811	2,10	334	1,52	93	1,14	2	0,66	0	0,00	2.614	2,15
Indústria mecânica	0	0,00	30	0,80	337	1,18	299	1,50	516	1,34	245	1,11	62	0,76	0	0,00	0	0,00	1.489	1,23
Indústria do material elétrico e de comunicações	0	0,00	8	0,21	66	0,23	47	0,24	62	0,16	30	0,14	6	0,07	0	0,00	0	0,00	219	0,18
Indústria do material de transporte	0	0,00	9	0,24	124	0,43	77	0,39	115	0,30	58	0,26	22	0,27	1	0,33	0	0,00	406	0,33
Indústria de madeira e do mobiliário	1	3,13	303	8,05	1.957	6,86	1.041	5,21	1.589	4,11	727	3,30	282	3,47	7	2,33	0	0,00	5.907	4,87
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	0	0,00	49	1,30	342	1,20	155	0,78	192	0,50	92	0,42	22	0,27	2	0,66	0	0,00	854	0,70
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	0	0,00	64	1,70	334	1,17	208	1,04	294	0,76	136	0,62	41	0,50	0	0,00	0	0,00	1.077	0,89
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...	0	0,00	127	3,37	1.964	6,89	1.316	6,58	2.141	5,54	732	3,33	172	2,12	5	1,66	1	6,67	6.458	5,32
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	9	28,13	911	24,19	3.513	12,32	1.951	9,26	2.928	7,58	1.604	7,29	406	4,99	12	3,99	1	6,67	11.235	9,26
Indústria de calçados	2	6,25	39	1,04	231	0,81	182	0,91	287	0,74	107	0,49	49	0,60	1	0,33	0	0,00	898	0,74
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	3	9,38	176	4,67	1.028	3,60	660	3,25	1.113	2,88	597	2,71	213	2,62	1	0,33	0	0,00	3.781	3,11
Serviços industriais de utilidade pública	0	0,00	1	0,03	171	0,60	162	0,81	938	2,43	754	3,43	193	2,37	11	3,65	0	0,00	2.230	1,84
Construção civil	1	3,13	65	1,73	800	2,80	607	3,04	1.255	3,25	901	4,10	351	4,32	7	2,33	0	0,00	3.987	3,28
Comércio varejista	6	18,75	1.002	26,61	6.805	23,86	4.009	20,05	5.856	15,16	2.749	12,50	974	11,98	25	8,31	1	6,67	21.427	17,65
Comércio atacadista	1	3,13	93	2,47	754	2,64	556	2,78	881	2,28	475	2,16	136	1,67	4	1,33	0	0,00	2.900	2,39
Instituições de crédito, seguros e capitalização	0	0,00	6	0,16	151	0,53	149	0,75	779	2,02	642	2,92	66	0,81	1	0,33	0	0,00	1.794	1,48
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, Serv. técnico...	3	9,38	127	3,37	1.464	5,13	1.037	5,19	1.864	4,83	991	4,50	404	4,97	19	6,31	1	6,67	5.910	4,87
Transportes e comunicações	0	0,00	68	1,81	997	3,50	885	4,43	1.985	5,14	1.482	6,74	436	5,36	5	1,66	0	0,00	5.858	4,83
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, F...	5	15,63	252	6,69	1.888	5,92	1.157	5,79	2.613	6,77	2.052	9,33	961	11,82	38	12,62	0	0,00	8.766	7,22
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	0	0,00	18	0,48	550	1,93	485	2,43	1.103	2,86	685	3,11	205	2,52	6	1,99	0	0,00	3.052	2,51
Ensino	0	0,00	61	1,62	439	1,54	690	3,45	1.574	4,08	949	4,31	484	5,95	21	6,98	0	0,00	4.218	3,47
Administração pública direta e autárquica	0	0,00	9	0,24	864	3,03	1.388	6,94	4.296	11,12	3.242	14,74	2.043	25,12	119	39,53	10	66,67	11.971	9,86
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal...	0	0,00	29	0,77	455	1,60	312	1,56	591	1,53	301	1,37	96	1,18	3	1,00	0	0,00	1.787	1,47
Outros / Ignorado	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,00	3	0,01	1	0,01	0	0,00	0	0,00	5	0,00
Total	32	100	3.766	100	28.523	100	19.997	100	38.619	100	21.999	100	8.132	100	301	100	15	100	121.384	100

Fonte: RAIS 1985 e 1999.

Elaboração: próprio autor.

Anexo 14 - Remuneração Média em Salários Mínimo por Subsetores na Região Sul de Santa Catarina de 1985 à 1999.

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Extrativa Mineral	3,88	4,04	4,66	5,41	4,09	5,26	4,81	5,28	5,25	4,62	5,44	5,34	5,66	5,59	5,23
Indústria de Produtos Minerais não Metálicos	2,52	2,87	3,35	3,64	3,56	4,40	4,37	5,11	5,04	4,17	5,38	5,08	4,85	4,45	4,34
Indústria Metalúrgica	2,91	2,80	3,62	3,58	3,05	4,22	3,48	3,28	3,01	5,20	3,80	3,87	4,04	3,51	3,54
Indústria Mecânica	3,41	2,82	4,36	4,66	3,97	5,05	5,10	3,85	4,44	6,76	4,24	4,89	4,85	4,70	4,54
Indústria do Material Elétrico e de Comunicações	1,61	1,96	1,97	1,83	1,70	2,74	4,20	3,55	3,26	4,75	2,58	2,53	2,58	2,68	2,70
Indústria do Material de Transporte	1,87	2,53	2,31	2,07	2,03	2,66	2,40	1,91	1,99	4,25	3,29	2,93	3,31	3,04	3,19
Indústria da Madeira e do Mobiliário	1,33	1,52	1,67	1,60	1,58	1,99	1,81	2,05	2,07	2,53	2,40	2,38	2,43	2,38	2,45
Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	1,76	2,00	2,13	1,79	1,73	2,47	2,13	1,85	1,96	4,96	2,59	2,60	2,76	2,80	2,51
Ind. da Borracha, Fumo, Couros, Peles, Similares, Ind. Diversas	3,95	3,76	4,29	3,94	3,81	4,03	2,60	2,88	2,33	4,30	3,25	3,35	2,82	2,58	2,35
Ind. Química de Produtos Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria, ...	4,15	4,01	6,31	5,54	5,42	6,34	6,20	6,20	4,92	4,98	4,64	4,53	4,33	4,15	4,13
Indústria Têxtil do Vestuário e Arterafos de Tecidos	1,22	1,22	1,25	1,34	1,48	2,08	1,98	1,68	1,98	4,26	1,98	2,03	2,06	1,92	1,92
Indústria de Calçados	1,32	1,38	1,31	1,19	1,66	1,69	1,81	1,55	1,36	1,85	1,61	1,65	1,62	1,60	1,65
Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e álcool Etílico	1,80	2,03	2,26	2,31	2,31	3,08	3,05	3,08	2,74	3,90	3,23	3,20	3,05	2,85	2,49
Serviços Industriais de Utilidade Pública	7,07	9,45	13,01	12,52	13,04	14,17	15,11	5,76	5,76	12,30	12,67	12,62	11,8	12,2	12,27
Construção Civil	1,77	2,30	2,91	2,99	2,71	2,94	2,75	3,08	2,62	3,05	2,88	3,18	2,72	2,68	2,79
Comércio Varejista	1,86	2,06	2,22	2,09	2,21	2,86	2,82	2,82	2,36	3,10	2,85	2,88	2,92	2,79	2,77
Comércio Atacadista	2,40	2,54	2,76	2,69	2,56	3,46	3,17	4,42	3,67	4,06	3,34	3,19	3,08	3,03	3,17
Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização	7,03	8,01	10,19	11,76	14,14	17,00	15,98	15,03	14,0	16,07	18,06	17,13	16,1	16,4	14,94
Com. e Administração de Imóveis, Valores Mobiliários, Serv. Técnico...	3,56	3,71	4,24	4,06	4,00	4,81	4,92	4,17	4,83	3,91	3,95	3,79	3,75	3,79	3,61
Transportes e Comunicações	2,93	3,11	3,72	3,76	3,61	4,69	3,47	3,35	3,61	5,47	4,21	4,52	4,41	4,21	3,80
Serv. de Alojamento, Alimentação, Reparação, Manutenção, Redação, R...	2,21	2,37	2,71	2,52	2,47	3,03	3,08	2,55	2,62	3,08	3,12	2,79	2,63	2,53	2,43
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	1,89	2,03	2,06	2,05	2,07	2,59	2,85	3,06	2,79	3,47	3,36	3,54	3,64	3,59	3,63
Ensino	1,96	1,87	2,61	2,30	2,47	3,34	3,56	3,24	3,62	4,76	5,28	5,74	5,78	5,92	6,11
Administração Pública Direta e Autárquica	1,92	2,34	2,64	2,28	2,30	3,31	2,95	2,32	2,36	5,14	3,45	3,56	3,65	3,66	3,67
Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extrativismo Vegetal...	2,07	2,47	2,90	2,58	2,67	3,12	3,08	3,00	3,11	4,73	5,77	5,27	4,45	4,29	4,08
Outros / Ignorado	1,69	1,87	1,82	4,60	5,42	3,68	3,65	3,54	3,23	8,03	2,38	1,95	2,38	2,06	2,10
Total	2,74	2,92	3,43	3,49	3,44	4,14	3,99	3,55	3,44	4,73	4,07	4,05	3,93	3,74	3,63

Fonte: RAIS.

Elaboração: Próprio autor.

Anexo 15 - Número de Estabelecimentos por setores na Região Sul Catarinense de 1985 à 1999.

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Mineral	76	76	82	84	81	89	83	80	86	94	92	87	85	94	104
Indústria de Produtos Minerais não Metálicos	233	253	298	305	301	317	290	272	259	343	371	361	409	443	443
Indústria Metalúrgica	65	77	96	96	98	109	110	103	103	176	193	192	228	267	275
Indústria Mecânica	41	52	62	62	63	69	76	79	89	70	74	72	90	89	109
Indústria do Material Elétrico e de Comunicações	4	4	5	8	6	9	12	14	21	17	27	32	28	35	37
Indústria do Material de Transporte	15	15	15	17	15	20	21	19	25	30	38	36	40	39	43
Indústria da Madeira e do Mobiliário	305	336	369	368	384	401	397	375	375	405	437	438	518	548	580
Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	42	42	48	49	55	57	59	69	63	68	94	97	114	121	127
Ind. da Borracha, Fumo, Couros, Peles, Similares, Ind. Diversas	64	69	82	79	70	85	81	81	73	66	78	79	90	99	109
Ind. Química de Produtos Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria, ...	33	41	52	57	57	54	67	66	74	114	122	143	160	182	202
Indústria Têxtil do Vestuário e Artefatos de Tecidos	187	318	394	355	350	418	437	446	530	573	769	694	753	806	861
Indústria de Calçados	62	84	88	77	82	82	86	81	88	88	84	73	72	64	64
Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e álcool Etílico	203	218	221	224	231	245	237	218	230	268	304	329	380	435	446
Serviços Industriais de Utilidade Pública	33	34	32	33	37	38	37	43	45	68	60	59	62	68	71
Construção Civil	79	92	98	127	279	317	318	272	354	520	606	611	630	613	631
Comércio Varejista	1.706	1.961	2.093	2.193	2.204	2.364	2.414	2.392	2.469	3.322	3.766	3.940	4.476	4.955	5.378
Comércio Atacadista	209	224	247	252	268	271	286	278	293	420	444	441	525	577	603
Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização	115	124	102	83	87	92	95	94	136	160	164	158	184	178	198
Com. e Administração de Imóveis, Valores Mobiliários, Serv. Técnico...	431	488	525	521	546	605	603	637	661	581	740	867	988	1.026	1.110
Transportes e Comunicações	286	370	391	402	369	327	350	331	315	557	661	659	676	693	700
Serv. de Alojamento, Alimentação, Reparação, Manutenção, Redação, R...	885	1.061	1.157	1.251	1.184	1.182	1.209	1.137	1.107	961	1.166	1.264	1.381	1.501	1.586
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	130	151	138	129	149	150	173	200	208	310	379	447	473	470	488
Ensino	20	21	17	17	13	15	14	14	12	119	153	168	194	227	224
Administração Pública Direta e Autárquica	62	68	66	68	67	67	63	58	56	70	74	77	77	83	89
Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extrativismo Vegetal...	62	72	68	69	72	77	81	175	168	220	248	286	303	312	314
Outros / Ignorado	20	32	661	810	534	675	854	957	1.158	355	141	40	20	9	1
Total	5.368	6.283	7.407	7.736	7.602	8.135	8.453	8.491	8.998	9.975	11.285	11.650	12.956	13.934	14.793

Fonte: RAIS

Elaboração: Próprio autor.

Anexo 16 - PFT por subsetores e nível de escolaridade no Sul de Santa Catarina em 1985 e 1999.

	ANAL. FAB.	% 4SER. INC.	% 4SER. COMP.	8SER. INC.	% 8SER. COMP.	% 2GR. INC.	% 2GR. COMP.	% SUP. INC.	% SUP. COMP.	% IGNOR. ADO	% Total										
Extrativa Mineral	85	0,62	1.798	13,05	5.586	40,53	1.780	12,92	1.461	10,60	461	3,35	700	5,08	152	1,10	291	2,11	1.467	10,65	13.781
Indústria de Produtos Minerais não Metálicos	110	1,06	1.383	13,35	3.215	31,04	2.334	22,53	1.742	16,82	519	5,01	620	5,99	132	1,27	252	2,43	52	0,50	10.359
Indústria Metalúrgica	14	0,90	159	10,26	457	29,48	413	26,65	219	14,13	82	5,29	110	7,10	33	2,13	51	3,29	12	0,77	1.550
Indústria Mecânica	7	0,58	64	5,26	342	28,13	180	14,80	296	24,34	104	8,55	155	12,75	20	1,64	45	3,70	3	0,25	1.216
Indústria do Material Elétrico e de Comunicações	1	4,35	0	0,00	6	26,09	4	17,39	3	13,04	3	13,04	6	26,09	0	0,00	0	0,00	0	0,00	23
Indústria do Material de Transporte	1	0,53	9	4,79	77	40,96	42	22,34	41	21,81	7	3,72	7	3,72	3	1,60	1	0,53	0	0,00	188
Indústria da Madeira e do Mobiliário	23	0,96	407	16,93	766	31,86	506	21,05	397	16,51	148	6,16	95	3,95	18	0,75	16	0,67	28	1,16	2.404
Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	2	0,54	34	9,24	29	7,88	127	34,51	75	20,38	47	12,77	31	8,42	15	4,08	6	1,63	2	0,54	368
Ind. da Borracha, Fumo, Couros, Peles, Similares, Ind. Diversas	1	0,14	42	5,79	191	26,34	161	22,21	90	12,41	58	8,00	109	15,03	25	3,45	48	6,62	0	0,00	725
Ind. Química de Produtos Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria, ...	19	0,97	302	15,42	451	23,03	324	16,55	259	13,23	124	6,33	295	15,07	69	3,52	112	5,72	3	0,15	1.958
Indústria Têxtil do Vestuário e Artefatos de Tecidos	18	0,61	282	9,51	697	23,50	745	25,12	949	32,00	152	5,12	94	3,17	11	0,37	16	0,54	2	0,07	2.966
Indústria de Calçados	46	0,76	816	13,47	2.695	44,49	1.654	27,30	571	9,43	133	2,20	90	1,49	9	0,15	18	0,30	26	0,43	6.058
Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e álcool Etílico	85	3,13	564	20,76	862	31,73	452	16,64	323	11,89	126	4,64	153	5,63	30	1,10	43	1,58	79	2,91	2.717
Serviços Industriais de Utilidade Pública	13	0,63	149	7,27	374	18,24	188	9,17	396	19,32	134	6,54	547	26,68	57	2,78	188	9,17	4	0,20	2.050
Construção Civil	32	1,57	355	17,38	1.034	50,64	275	13,47	169	8,28	49	2,40	69	3,38	26	1,27	28	1,37	5	0,24	2.042
Comércio Varejista	71	0,68	563	5,38	1.543	14,73	1.857	17,73	3.006	28,71	1.455	13,89	1.469	14,03	230	2,20	183	1,75	95	0,91	10.472
Comércio Atacadista	10	0,63	148	9,28	325	20,39	234	14,68	370	23,21	149	9,35	263	16,50	51	3,20	37	2,32	7	0,44	1.594
Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização	4	0,14	29	0,98	15	0,51	69	2,34	333	11,29	561	19,02	1.222	41,44	460	15,60	255	8,65	1	0,03	2.949
Com. e Administração de Imóveis, Valores Mobiliários, Serv. Técnico...	79	1,93	453	11,06	1.271	31,04	449	10,96	676	16,51	322	7,86	530	12,94	109	2,66	144	3,52	62	1,51	4.095
Transportes e Comunicações	20	0,49	343	8,33	874	21,23	986	23,96	865	21,02	341	8,28	510	12,39	85	2,07	85	2,07	7	0,17	4.116
Serv. de Alojamento, Alimentação, Reparação, Manutenção, Redução, R...	97	1,43	573	8,47	1.239	18,31	1.085	16,03	1.016	15,01	411	6,07	759	11,22	243	3,59	1.077	15,92	267	3,95	6.767
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	12	0,63	81	4,23	206	10,77	318	16,62	539	28,18	158	8,26	205	10,72	15	0,78	57	2,98	322	16,83	1.913
Ensino	3	1,03	12	4,12	16	5,50	10	3,44	19	6,53	5	1,72	49	16,84	41	14,09	134	46,05	2	0,69	291
Administração Pública Direta e Autárquica	357	5,00	1.313	18,37	1.939	27,13	875	12,24	681	9,53	372	5,20	1.015	14,20	232	3,25	329	4,60	34	0,48	7.147
Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extrativismo Vegetal...	29	3,00	219	22,62	397	41,01	113	11,67	73	7,54	29	3,00	49	5,06	15	1,55	36	3,72	8	0,83	968
Outros / Ignorado	3	3,45	24	27,59	12	13,79	19	21,84	10	11,49	1	1,15	10	11,49	7	8,05	1	1,15	0	0,00	87
Total	1.142	1,29	10.122	11,40	24.619	27,72	15.200	17,12	14.579	16,42	5.951	6,70	9.162	10,32	2.088	2,35	3.453	3,89	2.488	2,80	88.804

Fonte: RAIS 1985 e 1999.

Elaboração: próprio autor.

Anexo 16 - PFI por subsetores e nível de escolaridade no Sul de Santa Catarina em 1985 e 1999 (Continuação).

	ANAL. F.	%	4.SER. INC.	%	4.SER. COMP.	%	8.SER. INCOMP.	%	8.SER. COMP.	%	2.GR. INCOMP.	%	2.GR. COMP.	%	SUP. INC.	%	SUP. COMP.	%	Total
Extraiva Mineral	26	0,73	294	8,24	777	21,78	718	20,12	671	18,81	511	14,32	397	11,13	48	1,35	126	3,53	3.568
Indústria de Produtos Minerais não Metálicos	90	1,00	444	4,95	1.559	17,37	1.782	19,86	1.731	19,29	727	8,10	1.894	21,11	396	4,41	350	3,90	8.973
Indústria Metalúrgica	15	0,57	90	3,44	332	12,70	560	21,42	878	33,59	254	9,72	379	14,50	51	1,95	55	2,10	2.614
Indústria Mecânica	10	0,67	49	3,29	274	18,40	323	21,69	356	23,91	150	10,07	240	16,12	36	2,42	51	3,43	1.489
Indústria do Material Elétrico e de Comunicações	3	1,37	4	1,83	22	10,05	43	19,63	74	33,79	35	15,98	36	16,44	1	0,46	1	0,46	219
Indústria do Material de Transporte	7	1,72	23	5,67	57	14,04	106	26,11	103	25,37	49	12,07	52	12,81	4	0,99	5	1,23	406
Indústria da Madeira e do Mobiliário	67	1,13	397	6,72	1.172	19,84	1.437	24,33	1.696	28,71	454	7,69	539	9,12	75	1,27	70	1,19	5.907
Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	4	0,47	15	1,76	94	11,01	146	17,10	288	33,72	135	15,81	127	14,87	23	2,69	22	2,58	854
Ind. da Borracha, Fumo, Couros, Peles, Similares, Ind. Diversas	15	1,39	45	4,18	193	17,92	341	31,66	233	21,63	85	7,89	128	11,88	18	1,67	19	1,76	1.077
Ind. Química de Produtos Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria, ...	32	0,50	215	3,33	1.021	15,81	1.592	24,65	1.241	19,22	711	11,01	1.208	18,71	219	3,39	219	3,39	6.458
Indústria Têxtil do Vestuário e Artefatos de Tecidos	72	0,64	540	4,81	1.981	17,63	3.286	29,25	3.113	27,71	1.153	10,26	877	7,81	126	1,12	87	0,77	11.235
Indústria de Calçados	12	1,34	95	10,58	278	30,96	271	30,18	151	16,82	38	4,23	40	4,45	8	0,89	5	0,56	898
Indústria de Produtos Alimentícios, Bebidas e álcool Etílico	29	0,77	242	6,40	828	21,90	841	22,24	1.062	28,09	344	9,10	326	8,62	45	1,19	64	1,69	3.781
Serviços Industriais de Utilidade Pública	9	0,40	117	5,25	199	8,92	186	8,34	255	11,43	113	5,07	601	26,95	76	3,41	674	30,22	2.230
Construção Civil	71	1,78	271	6,80	909	22,80	1.165	29,22	921	23,10	273	6,85	229	5,74	57	1,43	91	2,28	3.987
Comércio Varejista	168	0,78	856	3,99	2.089	9,75	3.402	15,88	6.200	28,94	3.368	15,72	4.354	20,32	485	2,26	505	2,36	21.427
Comércio Atacadista	25	0,86	91	3,14	304	10,48	481	16,59	861	29,69	348	12,00	592	20,41	117	4,03	81	2,79	2.900
Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização	20	1,11	4	0,22	8	0,45	16	0,89	135	7,53	154	8,58	648	36,12	335	18,67	474	26,42	1.794
Com. e Administração de Imóveis, Valores Mobiliários, Serv. Técnico...	62	1,05	283	4,79	1.066	18,04	1.216	20,58	1.169	19,78	518	8,76	1.066	18,04	252	4,26	278	4,70	5.910
Transportes e Comunicações	27	0,46	408	6,96	987	16,85	1.411	24,09	1.494	25,50	482	8,23	811	13,84	115	1,96	123	2,10	5.858
Serv. de Alojamento, Alimentação, Reparação, Manutenção, Redação, R...	108	1,23	412	4,70	1.331	15,18	1.697	19,36	2.537	28,94	789	9,00	1.293	14,75	158	1,80	441	5,03	8.766
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	15	0,49	109	3,57	211	6,91	305	9,99	709	23,23	406	13,30	989	32,40	79	2,59	229	7,50	3.052
Ensino	34	0,81	96	2,28	179	4,24	247	5,86	242	5,74	165	3,91	532	12,61	359	8,51	2.364	56,05	4.218
Administração Pública Direta e Autárquica	278	2,32	1.074	8,97	1.918	16,02	913	7,63	1.415	11,82	513	4,29	3.885	32,45	388	3,24	1.587	13,26	11.971
Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extrativismo Vegetal...	14	0,78	130	7,27	817	45,72	298	16,68	195	10,91	68	3,81	141	7,89	24	1,34	100	5,60	1.787
Outros / Ignorado	0	0,00	0	0,00	2	40,00	0	0,00	2	40,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	20,00	5
Total	1.213	1,00	6.304	5,19	18.608	15,33	22.783	18,77	27.732	22,85	11.843	9,76	21.384	17,62	3.495	2,88	8.022	6,61	121.384

Fonte: RAIS 1985 e 1999.

Elaboração: próprio autor.

Anexo 17 - Metodologia de Projeção da PEA do Sul de Santa Catarina.

Tabela 1 - Representação percentual da PEA de Santa Catarina em relação a PIA.

	PIA (A)	PEA (B)	$C=B/A * 100$
1985	3.087.820	1.873.092	60,66%
1999	4.087.038	2.951.179	72,508%

Fonte: DATASUS e PNAD.

Tabela 2 - Representação percentual da PIA do Sul de Santa Catarina em relação a PIA de Santa Catarina.

	PIA SC(A)	PIA Sul de SC (B)	$C=B/A * 100$
1985	3.087.820	487.566	15,789%
1999	4.087.038	638.191	15,615%

Fonte: DATASUS.

Se na região Sul Catarinense a relação PEA/PIA for a mesma de Santa Catarina (tabela 1) a PEA do Sul Catarinense para 1985 e 1999 será:

Tabela 3 - Projeção da PEA do Sul de Santa Catarina a partir da relação existente entre PEA e PIA de Santa Catarina (ver tabela 1).

	PIA do Sul de SC(A)	C da tabela 1 (B)	$C=A*B/100$
1985	487.566	60,66	295.758
1999	638.191	72,208	460.825

Fonte: DATASUS.

Considerando que a representação PEA do Sul de Santa Catarina em relação a PEA Catarinense seja a mesma existente entre a PIA do Sul de Santa Catarina e a PIA Catarinense, a PEA da região será:

Tabela 4 - Projeção da PEA do Sul de Santa Catarina a partir da relação existente entre PIA da região e a PIA de Santa Catarina (ver tabela 2).

	PIA de SC (A)	C da tabela 2 (B)	$C=A*B/100$
1985	1.873.092	15,789	295.742
1999	2.951.179	15,615	460.827

Fonte: PNAD.

Para uma melhor aproximação das projeções realizada (ver tabelas 3 e 4) realizamos uma média simples entre as duas projeções:

Tabela 5 - Projeção final ou média, extraída da média entre as duas projeções (ver tabela 3 e 4).

	PEA do Sul de SC - Projeção 1 (A)	PEA do Sul de SC - Projeção 2 (B)	$C=A+B/2$
1985	295.758	295.742	295.750
1999	460.825	460.827	460.826